

A história da imigração no Rio Grande do Sul: experiências de pesquisa

*René E. Gertz**

Vou começar falando de mim mesmo. Penso que isso não é de todo desimportante no momento em que ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – esta é minha “conferência de posse”, como diz o convite solene – e passo a ser colega daqueles que já se encontram aqui há mais tempo. Certamente não deixará de ter algum valor para as senhoras e para os senhores colegas se tento transmitir-lhes uma impressão mínima sobre aquele que está ingressando na “confraria” e com quem lidarão de agora em diante.

Podem ficar tranqüilos – vou falar muito pouco de minha pessoa. Logo, logo passarei a apresentar algumas informações talvez um pouco mais interessantes sobre aquilo que tenho feito na qualidade de pesquisador da área de História e que constitui a razão de meu ingresso nesta casa.

Antes disso, porém, poucas palavras sobre mim mesmo. Nasci em 1949, num lugarejo chamado Machado, então pertencente ao município de Santa Rosa, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, localizado 45 quilômetros ao norte da sede municipal. Pouco mais tarde, passamos a pertencer por algum tempo a Horizontina, para, no final da década de 1950, passarmos a ser município de Tucunduva. Como lá por 1965 fui trocar minha certidão de nascimento original por uma nova, passei a constar em toda a documentação posterior como nascido não mais em Santa Rosa, mas em Tucunduva. Desde 1992, o lugar em que nasci adotou o nome de *Novo Machado* e passou a ser município. Até o momento não ouvi dizer que seja capital de qualquer coisa – mas na época de sua criação não deixaram de ter uma certa repercussão nacional as filhas trigêmeas do primeiro prefeito.

Meus pais nasceram na ex-colônia de Guarani, localizada ao sul de Santa Rosa, numa região que se estende desde a sede desse município até a cidade de Guarani das Missões – mesmo que a antiga colônia de Guarani, em termos territoriais, tenha a ver

* Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS. O texto reproduz o discurso de posse como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 5 de agosto de 2005.

relativamente pouco com o atual município de Guarani das Missões. Tenho certeza de que essa colônia foi uma das mais interessantes experiências de colonização em nosso estado, ao lado de Ijuí e de mais alguns outros casos.

Trata-se de uma colônia do período republicano e se caracterizou pelo grande pluralismo étnico e religioso. Meus quatro avós, apesar de pertencerem à etnia alemã, vieram, no início do século XX, da Volínia, na Ucrânia, juntamente com colonizadores russos e poloneses. Nesse sentido, li com muito interesse no número de maio de 2005 do *Jornal da Universidade* (UFRGS) uma matéria sobre o professor de física Fernando Cláudio Zawislak, nascido na Linha Laranjeiras, hoje pertencente ao município de Ubiretama, na mesma picada em que meu pai nascera, 20 anos antes do professor Lawislak.

Costumo lembrar a minhas filhas que suas bisavós do lado paterno eram analfabetas – porém políglotas. Falavam, de forma intercambiável, alemão, polonês e russo. Assim, para elas, não constituía nenhum problema que os vizinhos da direita fossem a família Belineck e os vizinhos da esquerda fossem os Skaleci.

Da mesma forma que meus avós, meus pais foram colonos, pequenos proprietários rurais, que sobreviveram com a produção em um lote-padrão, uma “meia colônia”, daquele período – 12 hectares e meio de terra.

Estou convicto de que esse background familiar marcou profundamente a minha vida, minha forma de ser e de pensar. No contexto social em que me criei, prezava-se ao extremo a autonomia colona. Não estar devendo nada a ninguém, nem em dinheiro nem em favores, constituía um dos maiores orgulhos de qualquer colono. Meu pai só se sentia livre, se sentia dono de si quando se encontrava nessa condição de não dever nada a ninguém. Preferia passar algum grau de necessidade, a pedir um favor a alguém. Penso que até na minha atividade intelectual esses princípios de meu pai, às vezes, me perseguem. Alguns anos atrás, editei um livro com textos sobre a relação entre Max Weber e Karl Marx. Como epígrafe do livro, coloquei as seguintes frases desses dois gigantes das Ciências Humanas: “Qualquer juízo contendo uma crítica científica me é bem-vindo. Em relação aos preconceitos da assim chamada opinião pública, à qual nunca fiz qualquer concessão, continua valendo o lema do grande florentino: ‘seguí el tuo corso, e lascia dir le genti!’” (Karl Marx). Mas é principalmente na frase de Max Weber que vejo refletidos os ideais de meu pai: “O político pode e deve assumir compromissos, mas a minha profissão é a de erudito [ou intelectual], e o erudito [ou intelectual] não pode assumir compromissos e acobertar o ‘contra-senso’”.

Reputo também de suma importância a influência que devem ter exercido sobre mim os pluralismos étnico e religioso. Devo antecipar-me e destacar que o ambi-

ente em que me criei não esteve isento de preconceitos étnicos e religiosos – não saberia dizer se foram maiores ou menores do que aqueles existentes em qualquer lugar. Mas a diferença certamente está no fato de que conheci cara a cara os “outros” e convivi com eles. E esse convívio me mostrou que, mesmo sendo diferentes que nós, não eram monstros ou criaturas exóticas. Ainda que a nossa religião defendesse princípios diferentes da igreja dos nossos vizinhos, nós sabíamos que os vizinhos eram tão humanos, tão éticos, tão amorosos, tão solidários quanto nós luteranos. Inclusive tínhamos algumas tias e alguns tios que tinham casado com integrantes de outras confissões religiosas e aderido às mesmas, sem que isso causasse qualquer problema. Não é invenção a história que contei cerca de um ano atrás num pequeno artigo de jornal: meu pai lamentou por toda a vida o fato de que Machado não possuísse uma igreja católica. Das dez confissões religiosas de cuja existência ele sabia, nove tinham igreja em Machado, e, como ele pensava que uma “cidade” que se prezasse deveria ter igrejas de todas as religiões, incentivava as duas ou três famílias católicas do lugar a construírem um templo, comprometendo-se a ajudar dentro naquilo que fosse possível, inclusive financeiramente. Posso testemunhar que essa era uma promessa séria.

Portanto, penso ter herdado alguns elementos das seguintes características: uma valorização extrema da autonomia pessoal e a tolerância. Quando, às vezes, me autodefinio como “liberal radical”, estou pensando no seguinte: na tolerância para com todos os credos culturais, intelectuais e religiosos, desde que também tolerantes e consistentes. Não posso fazer aqui qualquer manifestação política, pois este não é o lugar adequado para isso, mas aprendi com Max Weber que também em outras áreas a única possibilidade de ao menos postergar-se a implantação definitiva da “jaula de ferro da submissão” que ameaça a todo o gênero humano que presa o “eu”, a pessoalidade, está na garantia da existência e da valorização da iniciativa pessoal, em sentido lato.

Por último, uma palavra sobre minha vida profissional. Como pretendia ser pastor, deixei Machado em 1962 para estudar em São Leopoldo numa escola equivalente ao seminário menor no sistema educacional católico. Passei ali os anos correspondentes ao ginásio e ao colegial clássico, depois, em vez de ir estudar Teologia, fiz o curso de História, na UNISINOS. Uma vez formado, fiz o mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e depois o doutorado, na mesma área, na Universidade Livre de Berlim. Trabalho desde 1982 no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e desde 1987 também no mesmo Departamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*

Com isso, tracei um rápido panorama sobre mim mesmo, para passar agora àquilo que possivelmente interessa mais, isto é, à minha produção como pesquisador da área de História.

Claro, não posso falar de tudo aquilo que já fiz na vida em termos de produção intelectual. O professor universitário vê-se, a toda hora, desafiado a fazer pequenas pesquisas para atender a demandas cotidianas e à curiosidade pública. Vou ater-me, portanto, àqueles campos em que penso ter dado uma pequena contribuição para o conhecimento histórico dentro de nosso estado. Não entrarei em detalhes sobre uma pequena contribuição que penso ter dado à divulgação da historiografia alemã contemporânea no Brasil, contribuição que se concretizou, sobretudo, na tradução de textos de historiadores alemães para o português. Nesse campo sou apenas um divulgador, mas diante da massacrante influência francesa em nossa historiografia, penso que essa ação talvez tenha contribuído justamente para garantir um mínimo de pluralismo, que me é tão caro.

Mas vamos aos principais trabalhos de pesquisa histórica a que me dediquei até este momento. Minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado giraram em torno dos temas germanismo, nazismo e integralismo nas regiões de colonização alemã durante a década de 1930, no Rio Grande do Sul (na dissertação de mestrado) e em Santa Catarina, numa comparação com o Rio Grande do Sul (na tese de doutorado). Em termos mais abstratos, poderia dizer-se que tratei de questões político-culturais nas regiões de colonização alemã do sul do Brasil nos anos 1930. Não vou relatar os caminhos percorridos para chegar a esse tema. Isso levaria muito tempo. Devo dizer apenas que encontrei uma bibliografia para a qual esse tema estava resolvido, tinha “transitado em julgado”, de modo que não haveria nada de novo a pesquisar ou a problematizar e a explicar. Tudo parecia claríssimo. Mas uma leitura mais atenta dessa bibliografia me mostrava que ela incorria em muitas contradições. A leitura de algumas fontes novas reforçou as suspeitas de que as afirmações e explicações da bibliografia não eram tão consistentes quanto pareciam à primeira vista.

Que havia de explicação para a existência de germanismo, nazismo e integralismo na década de 1930?

De forma muito resumida, havia o seguinte. Desde o início do processo de imigração e colonização alemã no sul do Brasil, afirmava-se que o papel econômico que se esperava fosse cumprido pelos imigrantes e por seus descendentes havia sido cumprido a contento. Mas do ponto de vista político-cultural se teria criado um enorme problema, porque os imigrantes e seus descendentes se teriam mantido avessos à integração cultural e política, mantendo-se isolados e enquistados em território brasi-

leiro, totalmente avessos à participação política, formando “quistos étnicos” brutalmente prejudiciais à constituição da nacionalidade e responsáveis por ameaças imperialistas, sobretudo em períodos de crise internacional.

Não é possível entrar em detalhes, mas quem tem um conhecimento mínimo sobre o tema sabe que, durante o período imperial brasileiro, imigrantes e acatólicos tiveram problemas formais, objetivos, para uma integração política, pois havia restrições para sua participação eleitoral e seu acesso a cargos públicos. Nesse sentido, a ausência de integração era causada pela própria ordem jurídica que vigorava no Brasil.

Objetivo também é o fato de que desde longa data, mas principalmente a partir de aproximadamente 1870, com a criação do império alemão, agentes intelectuais muitas vezes pregavam entre as populações de origem alemã uma doutrina que defendia a segregação como um ideal. Essa doutrina ficou conhecida pela expressão “germanismo”.

Na tradição política e intelectual brasileiras, essas bases históricas, que tinham suas raízes no século XIX, teriam sobrevivido nos primeiros 40 anos da República e com isso se teria chegado à década de 1930 com a seguinte equação, na aparência, extremamente plausível: o germanismo estaria profundamente enraizado na população de origem alemã, em decorrência da ausência da integração; o nazismo, por sua vez, constituiria um germanismo radicalizado, provocando uma adesão total e irrestrita a ele; e o integralismo, como um nazismo brasileiro, seguiria no mesmo rastro. A sequência germanismo = nazismo = integralismo parecia muito lógica e plausível, e, com isso, não haveria nada a explicar.

Para a massa dos cidadãos brasileiros, até hoje, tudo isso parece extremamente lógico e evidente. Muitas vezes, anunciar a necessidade de uma revisão nesse quadro até parece provocação. Quem, porém, não se satisfaz com a simples “lógica” histórica, mas se esforça por confrontá-la com os fatos ou – como disse um historiador alemão – quem pensa que se deva conceder aos fatos o direito de veto sobre a teoria, esse vai ver que muita coisa não “fecha” nesse quadro, nessa “lógica” aparentemente tão perfeita.

E um dos fatos empíricos que a pesquisa nos indica se refere ao número de nazistas que existiram no Brasil na época. A documentação que se encontrou nos arquivos da Alemanha até este momento indica que houve menos de 3.000 nazistas filiados ao partido no Brasil. Esse dado não é desprezível. Quem ouviu falar no assunto sabe que o senso comum pensa em milhares e milhares de nazistas fardados circulando em território brasileiro da época. E essa suspeita tinha alguma razão de ser no contexto dos acontecimentos da década de 1930. É que havia, provavelmente, uns

100.000 alemães natos vivendo no Brasil. Desses, possivelmente, uns 70.000 tinham vindo após a Primeira Guerra Mundial, como fugitivos da crise econômica que atingira a Alemanha. Além disso, a partir de 1933 a presença econômica alemã aumentou muito no Brasil, quando vieram mais alemães como funcionários das novas empresas ou da ampliação da presença das antigas. Ambos os grupos, tanto os fugitivos da crise econômica dos anos 1920 quanto os que vieram, posteriormente, trabalhar nas empresas alemãs, tinham muitas razões subjetivas e objetivas para aderir ao nazismo. Por isso, o número de, no máximo, 3.000 filiados certamente é decepcionante, ou melhor: suspeito, para muita gente.

Claro, havia, sem dúvida, milhares de simpatizantes. No entanto – e isso muitas vezes é difícil de ser aceito como argumento, mas representa um fato incontestável –, ser simpatizante do nazismo constituía quase um imperativo político naquele contexto para alemães e descendentes no nosso estado e no nosso país, pois o presidente da República brasileira se mostrava profundamente simpático ao regime alemão e o governador do Rio Grande do Sul não deixava de dar publicidade à sua amizade com o cônsul alemão. Nesse contexto, manifestar-se antinazista poderia ser interpretado como um ato antibrasileiro – já que na amizade com a Alemanha e com o regime nazista estavam em jogo grandes interesses econômicos e políticos do Brasil da época.

Da mesma forma que em relação ao nazismo, para o senso comum, entre alemães e descendentes, quem não vestia a camisa parda do nazismo, vestia, evidentemente, a camisa verde do integralismo. Mas quem vai às fontes, e faz um levantamento também sobre o número de integralistas que de fato havia nas regiões de colonização alemã pode ficar mais uma vez decepcionado. Os números concretos e objetivos de que dispomos para o Rio Grande do Sul são os das eleições municipais de 1935 – as últimas antes da implantação do regime do Estado Novo, em 1937. E elas indicam que nos municípios mais típicos de colonização alemã o percentual mais elevado foi alcançado em Novo Hamburgo, com cerca de 20% dos votos. Nos demais municípios, esse percentual variou de 0% a 7%.

Uma comparação entre Novo Hamburgo e os demais municípios mostrou que esse fora o único no qual se formara apenas uma única chapa de oposição, a dos integralistas. A localização da ata eleitoral do município de São Leopoldo – deve-se lembrar que não é muito fácil localizar detalhes dos dados eleitorais anteriores a 1945 – evidenciou um fenômeno extremamente interessante sobre as duas chapas de oposição que lá se apresentaram. Naquelas urnas em que havia um maior número de votos integralistas, a outra chapa de oposição não conseguira número significativo de votos, e vice-versa. Essa constatação sugere o seguinte raciocínio: os integralistas eram apenas *uma* das alternativas para congregar a oposição potencial nos municípios, que o

voto integralista não tinha nenhuma conotação étnica especial, e que o voto nos integralistas, portanto, não podia ser derivado do fato de que as pessoas eram de etnia alemã, pois os votos da outra facção oposicionista o eram na mesma medida.

Essa constatação levou à formulação de uma hipótese que até hoje não foi refutada por pesquisas posteriores às minhas. Como em qualquer lugar, estrutura social, problemas políticos locais, habilidade das lideranças, descontentamento com a administração – aspectos que caracterizam a vida política em todos os lugares e em todos os tempos – levaram ao surgimento de partidos de oposição, dentre os quais se situava também a Ação Integralista Brasileira. E que para entender o integralismo, também nas regiões de colonização alemã, se deveria aplicar uma lógica universalista e não uma lógica particularista, no caso, étnica.

A partir dessa opção metodológica, isto é, a partir da decisão de não mais valorizar a variável étnica como fator explicativo único e suficiente, abriu-se um quadro extremamente claro para explicar a situação de cada lugar. Não posso entrar em detalhes por falta de tempo, mas ficou muito evidente que o sucesso do integralismo em Campo Bom, por exemplo, se devia à insatisfação de uma parcela significativa da população com seu pertencimento a São Leopoldo, enquanto a sede municipal de Novo Hamburgo estava muito mais próxima. A presença integralista em Caf e um famoso episódio acontecido naquela localidade, em fevereiro de 1935, se deviam à inabilidade política do prefeito Moraes Fortes, e assim por diante. Se a gente esquece que está lidando com uma população de origem alemã em todos esses casos, não se perde absolutamente nada em qualidade explicativa sobre a presença integralista.

Mesmo que alguns pontos específicos de minhas explicações e interpretações tenham sofrido pequenas correções por parte de pesquisadores mais recentes, ninguém conseguiu refutar essa tese mais geral. Eu diria, dentro da perspectiva de Karl Popper, que minha hipótese está resistindo às tentativas de refutação – ao menos até agora.

Claro, ensaístas que não fazem pesquisa empírica continuam a classificar minhas conclusões de pura bobagem ou, no mínimo, a ignoram. Nunca me preocupei com isso.

Detalhes sobre os resultados dessa minha primeira grande pesquisa foram publicadas num livro intitulado *O fascismo no sul do Brasil*, em 1987. Em 1991, publiquei um pequeno volume chamado *O perigo alemão*, no qual não apresento, a rigor, nenhuma tese nova, mas apenas uma linguagem mais simples, num texto bem mais curto, e alguns dados novos.

*

Uma próxima etapa das minhas pesquisas foi aquela dedicada à presença alemã entre o operariado e o movimento operário no Rio Grande do Sul, em especial na Capital. A rigor, nesse campo não defendi nenhuma tese nova ou inovadora. Os trabalhos foram muito mais descritivos, e a novidade talvez tenha estado muito mais no fato de simplesmente chamar a atenção para uma realidade relativamente desconhecida do que de abrir uma perspectiva nova sobre um campo já tratado pela historiografia. Se em São Paulo os italianos tinham tido um papel muito importante no campo operário e se esse fato foi tratado com frequência pela historiografia, no Rio Grande do Sul os italianos, nesse campo, se destacaram muito menos, como mostrou Stela Maris Borges, e minhas pesquisas mostraram que os “alemães” estiveram muito mais presentes do que se imaginava até então. Inclusive pude trazer à luz o fato de que se na historiografia brasileira o anarquismo e algumas outras doutrinas e práticas que hoje chamaríamos de “alternativas” costumam ser vinculadas a espanhóis e italianos, em Porto Alegre os “alemães” se destacam nesse campo.

Como resultado não acadêmico desse trabalho, Porto Alegre homenageia hoje em dia não só membros da burguesia e intelectuais de origem alemã através dos nomes de suas ruas, mas também um imigrante alemão anarquista – Frederico Kniestedt.

Além da descoberta de uma nova área de estudos, a dedicação aos anarquistas foi pessoalmente muito gratificante, na medida em que estes manifestavam de forma heróica e apaixonada sua indignação com a insensatez, insurgindo-se contra ela ali onde a maioria da população se submetia qual cordeiros a imposições sem sentido. Estabeleceu-se, no mínimo, uma “afinidade eletiva” entre os anarquistas e aquele que se dedicava ao estudo de sua história.

A satisfação máxima desse período de estudos, porém, foi atingida numa tarde quente de verão no bairro Navegantes, em Porto Alegre, num encontro com a viúva de um desses anarquistas (Ernst Kolbe), quando ela, em meio a lágrimas, contou que não era militante, no entanto, como esposa de um deles, acompanhava toda a sua luta, mas jamais imaginara que um dia – décadas depois – alguém poderia vir a interessar-se por eles e pela sua atuação. Foi uma enorme compensação emocional pelo tempo dispendido na pesquisa. Outra compensação se renova cada vez que leio algum trabalho sobre o operariado ou o movimento operário no Rio Grande do Sul do entre-guerras e lá encontro sempre de novo referido o resultado maior dessa fase de pesquisas que é a tradução e edição das notas autobiográficas de Frederico Kniestedt, publicadas por frei Rovílio Costa pelas Edições EST, sob o título *Memórias de um imigrante anarquista*.

*

Outro tema a que dediquei algum esforço investigativo foi a Revolução Federalista. Como a Revolução Farroupilha aconteceu num momento em que a imi-

gração alemã apenas estava começando, ela tem uma importância relativamente pequena na memória histórica das regiões de colonização alemã. A Revolução Federalista, pelo contrário, está muito presente na memória histórica. Quem chega a Santa Clara do Sul, por exemplo, ouve, como primeira manifestação de patriotismo local, louvores às belas mulheres do lugar, como Shirley Mallmann e a mãe de Gisele Bündchen. A segunda referência, porém, será ao monumento à gloriosa resistência à invasão maragata durante a Revolução Federalista. E manifestações desse tipo encontram-se em muitos lugares. Há também uma bibliografia relativamente extensa a respeito do tema. Lembro apenas o livro do padre Alberto Träsel *Der Maragatenkrieg auf den deutschen Kolonien von Rio Grande do Sul* (A guerra dos maragatos nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul).

Esse livro pode ser considerado paradigmático sobre a forma pela qual o assunto fora tratado até então. Assumindo a amplamente difundida tese do isolamento cultural, social e político das populações de origem alemã, o “enquistamento étnico” e seus corolários, como o total indiferentismo político, por um lado, mas a fidelidade absoluta ao poder constituído, por outro lado, a quase totalidade da bibliografia sobre o assunto tenta vender a idéia de que as populações de origem alemã estavam totalmente indiferentes ao conflito, porém leais aos republicanos castilhistas, que os colonos só pensavam em trabalhar para sua nova pátria e que, em algumas ocasiões, foram covardemente atacados pelos insurgentes federalistas. Esses, muitas vezes, são desclassificados como escória da sociedade, que atacava pacíficos e ordeiros colonos. Não há dúvida de que em alguns casos essa visão corresponde, grosso modo, à realidade. Mas, essa visão está muito, mas muito longe de corresponder aos fatos, quando se leva em consideração o conjunto das regiões de colonização alemã.

Como havia aprendido em meus estudos sobre a década de 1930 que com esse tipo de análise não se ia muito longe e o brejo interpretativo era o destino inevitável, resolvi acercar-me mais ou menos com os mesmos instrumentos analíticos deste período do final do século XIX. Ou seja, tentei esquecer o fato de que estava interessado em populações de origem alemã, e abandonei a idéia de que a variável etnia podia explicar tudo. Recorri – como grande parte dos historiadores faz até hoje com a maioria dos temas históricos – a aspectos sociais, políticos, ideológicos, religiosos para tentar explicar aquilo que aconteceu durante a Revolução Federalista nas diversas regiões de colonização alemã.

Uma primeira constatação foi a de que se é verdade que outras regiões do Rio Grande do Sul foram mais atingidas que as citadas, o sangue por elas derramado não foi desprezível. Cataloguei, nominalmente, cerca de 200 mortes; algumas, é verdade, na forma de assassinatos covardes, a maioria, porém, em confrontos armados. Os

responsáveis pelos assassinatos também não foram, sempre, integrantes de uma outra etnia, como faz crer a historiografia existente.

A lealdade absoluta ao governo constituído se mostrou como uma grande mentira. As regiões de colonização alemã produziram alguns importantes líderes maragatos. Certamente o mais lendário deles foi José Altenhofen na região do Alto Taquari, que tinha sua base de operações num lugar que pelo senso comum era considerado um dos mais exóticos do planeta, o povoado luterano de Teutônia. Mas podem ser citados muitos outros: os Jungblut na região de Venâncio Aires, os Schilling e os Schwantes na região de Santa Cruz do Sul, os Eickhoff na região de Taquara. Do lado do governo, temos os Lautert na região de Lajeado, os Bürgel no vale do rio Caí – e muitos outros.

Constatado o fato objetivo de que as regiões de colonização alemã, no seu todo, não estavam maciçamente de um ou de outro lado, que não foram espectadores neutros e desinteressados, que o propalado abstencionismo e a propalada antinacionalidade não pode ser detectada durante a Revolução Federalista, fiz uma tentativa para entender por que em certos lugares, efetivamente, havia maior simpatia pelo governo, em outros a simpatia era maior em relação aos maragatos, e ainda em outros lugares, de fato, havia uma certa neutralidade em relação aos dois lados.

Para entender tudo isso, mais uma vez deve-se abstrair do fato de que se tratava de populações de etnia alemã. Não leva a lugar algum qualquer tentativa de análise histórica desse episódio que se proponha a verificar como “os alemães” se inseriram na Revolução Federalista. Quero tentar clarear isso com exemplos. Não é possível recuar até Adão e Eva, mas para a região do vale do rio dos Sinos vale o seguinte quadro geral: ali forças políticas marcadas pelo luteranismo e pela maçonaria assumiram o poder local com a proclamação da República. Talvez isso tenha a ver com as articulações políticas do pastor Wilhelm Rotermund e seus colegas desde o império. A oposição estava claramente identificada com o catolicismo. Mesmo que não se possa ignorar as eventuais bases socioeconômicas do conflito político regional, a clivagem política pode ser claramente *visualizada* como religiosa, até 1930. No entanto, São Leopoldo e adjacências revelaram um grau relativamente baixo de conflito durante a Revolução Federalista. Como se explica isso?

De forma relativamente simples. No nível estadual, se estabelecera uma aliança entre o Partido Republicano Riograndense e os católicos, logo após a proclamação da República. Essa aliança se caracterizou, entre outros, pela inclusão de nomes indicados pelo catolicismo nas chapas republicanas à Assembléia de Representantes. No decorrer da República Velha, a presença de deputados como Luís Englert e Alberto Bins evidenciam essa aliança, que na última legislatura, no final dos anos 1920, che-

gou a incluir um sacerdote, monsenhor Nicolau Marx. Exatamente na mesma categoria se enquadravam os deputados Jacob Kroeff Filho, no início, e mais tarde Jacob Kroeff Neto, representantes de São Leopoldo. Mesmo que os Kroeff e seus seguidores, de um lado, e os luteranos, maçons e seus seguidores, de outro lado, hipoteticamente, poderiam ter ido às vias de fato no conturbado período revolucionário, isso não aconteceu, porque ambos eram aliados de Júlio de Castilhos e, por isso, deveriam manter-se no mesmo lado – e sem confrontos (ao menos armados) entre si. Dessa forma, o período pós-revolucionário foi muito mais conturbado, na região, do que o período revolucionário propriamente dito.

Na outra ponta, temos Santa Cruz do Sul, um município muito agitado durante a revolução. Santa Cruz fora, historicamente, um dos mais importantes redutos liberais durante o Império, e dos mais politizados. Foi ali, e não em São Leopoldo, que já em 1880 se elegera a primeira câmara municipal com nomes exclusivamente alemães, e um filho de Santa Cruz do Sul, Gaspar Bartholomay, fora eleito nesse mesmo ano para a Assembléia Provincial, constituindo-se, juntamente com Friedrich Haensel, nos primeiros dois sobrenomes alemães a ingressarem nessa instância política. Com isso, Santa Cruz do Sul estava “na oposição” quando a República foi proclamada. E a oposição se aprofundou e levou à rebelião armada quando o governo castilhista começou a interceptar os caboclos ligados ao líder Zeca Ferreira, cuja base de atuação se localizava na encosta da serra ao norte do município, para recrutá-los de forma compulsória.

O que causou a rebelião contra o governo não foi o fato de que os “alemães” de Santa Cruz se tivessem comovido com a injustiça causada a essa pobre gente, mas sim o fato de que os comerciantes santa-cruzenses mantinham um comércio não desprezível com a gente do Zeca Ferreira. E foi o prejuízo causado pela interrupção desse comércio que levou à tomada de Santa Cruz, em fevereiro de 1894, numa grande confraternização entre os “alemães” e os caboclos de Zeca Ferreira.

Claro, algum especialista talvez poderia dizer que essas explicações – tanto para a situação em São Leopoldo quanto para a de Santa Cruz do Sul – são um pouco simples demais. Talvez. Mas, em primeiro lugar, nós historiadores nunca conseguimos abarcar a complexidade total da realidade que nos cerca, sempre somos obrigados a simplificar, para poder apreender. Em segundo lugar, essas explicações podem receber complementações e pequenas correções, mas, com absoluta certeza, não se enroscam nos insolúveis emaranhamentos em que incorrem absolutamente todas as tentativas de interpretação que se propõem a estudar “os alemães” na Revolução Federalista. E isso pelo simples fato de que “os alemães” nunca existiram!

*

Em 2001, publiquei meu último trabalho mais amplo, um livro chamado *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. O ponto de partida foi extremamente modesto. Havia trazido do arquivo da Igreja Evangélica Alemã, em Berlim, um dossiê sobre uma crise econômica e administrativa na livraria e editora da família Rotermund, de São Leopoldo. O pastor Wilhelm Rotermund tinha sido o fundador do Sínodo Riograndense, a maior congregação luterana do Rio Grande do Sul, e sua livraria e editora exercera um papel muito importante na administração e na divulgação do sínodo. Mas ainda antes de sua morte, em 1925, o empreendimento havia apresentado alguns sinais de crise, os quais se tornaram mais fortes depois de sua morte. A crise fora motivada, entre outros, pelo fato de que nenhum dos filhos seguira o pai na profissão de pastor. Para a Igreja Evangélica Alemã, a preservação desse patrimônio para o Sínodo Riograndense era importante, tendo em vista que, na época, a igreja alemã sustentava o sínodo gaúcho.

Uma tentativa de enriquecer as informações contidas no dossiê com outras fontes levou à descoberta de que essa crise se inseria num contexto muito amplo que ia da teologia à filosofia, da religião à política, da cultura à economia – e isso não só no âmbito acanhado de São Leopoldo, mas de todo o estado e até do Brasil inteiro. O jornal da família Rotermund (*Deutsche Post*) e a própria editora acabaram sendo empastelados, em setembro de 1928, com que o foco de investigação ficou centrado na tentativa de explicação desse episódio.

Como, nessa altura de minha produção historiográfica, eu não mais escrevia para agradar a eventuais bancas de avaliação, sejam de teses ou de concursos, imaginei fazer algo diferente. Foi um grande erro. Para começar, dei ao trabalho um título literário (*O aviador e o carroceiro*), mas o desastre provavelmente não deriva daí. É que resolvi fazer um texto que seria exclusivamente narrativo, sem qualquer frase explicativa. Eu contaria a história e o leitor estabelecería as conexões, interpretaria os acontecimentos. Consegui cumprir esse objetivo em alto grau – em apenas duas ou três passagens me vi obrigado a inserir pequenas frases explicativas. Mas talvez o erro fatal ainda não estivesse nesse detalhe. É que resolvi não escrever uma introdução para explicar ao leitor onde queria chegar. E pior, não dei títulos aos capítulos, os quais ficaram identificados apenas com números romanos. O fracasso editorial era inevitável. Mas considero que este é o livro mais “tamborilado” e mais importante que escrevi.

Por isso, me afasto das considerações sobre os erros que cometi ao escrevê-lo, e passo a fazer algumas referências àquilo que considero seus méritos. Em primeiro lugar, cada capítulo conta uma história e pode ser lido de forma independente do todo. Quem quiser saber das influências étnicas e religiosas em nossa Universidade Federal

durante os primeiros 30 anos de existência das então “escolas livres” pode ler o capítulo VI; quem quiser saber algo sobre o fervor nacionalista brasileiro do arcebispo D. João Becker leia o capítulo IV; quem quiser conhecer a história da emancipação política do município de Novo Hamburgo, o menor do Brasil na época e enquistado dentro do seu município-mãe, leia o capítulo VIII. E há outros assuntos interessantes. Mas reputo o capítulo III o mais importante para a linha em que orientei todos os meus trabalhos sobre a imigração alemã. Faço ali uma análise da integração política das populações de origem alemã no Rio Grande do Sul de 1924 a 1928. E julgo ter feito algumas descobertas fantásticas, que inclusive colocam nova luz sobre minhas primeiras pesquisas, aquelas sobre os anos 1930. De uma forma extremamente resumida, as conclusões desse capítulo são as seguintes: quando o Pacto de Pedras Altas, de 1923, informou às populações de origem alemã que o poder quase absoluto de Borges de Medeiros fora quebrado e que também os eternos intendentos que ele impunha em todo o estado, mas principalmente nas regiões de colonização, não poderiam mais reeleger-se, essa população considerou chegada sua hora. E, para lidar com a nova situação, recorreu-se a práticas políticas consideradas, algumas décadas mais tarde, como as mais democráticas e republicanas possíveis. Principalmente nas eleições de 1928, prévias eleitorais, antes, e orçamento participativo, depois, foram as idéias-de-ordem mais ouvidas entre os colonos. O entusiasmo com a nova situação chegou a um ponto de mobilização tal que, em alguns municípios, cerca de 40% da população participou das eleições. – Só para se ter uma idéia daquilo que isso significava, deve-se informar que nessas mesmas eleições de 1928 na supostamente iluminista e metropolitana Porto Alegre apenas míseros 4% da população compareceram às urnas.

Se eu tivesse sabido dessa realidade quando fiz minhas pesquisas sobre a situação da década de 1930, muitas coisas teriam sido explicadas de forma muito mais clara e convincente do que consegui fazer com os dados escassos de que dispunha naquela época. Informei, no início, que Novo Hamburgo tivera nas eleições de 1935 o maior percentual de votos integralistas. Eu tinha, então, apenas a informação de que os integralistas formavam o único agrupamento oposicionista no município. Mas com as informações obtidas agora sobre o acordo entre os principais agrupamentos políticos locais, costurado em 1927, durante a campanha para a emancipação, entendi por que não se constituiu nenhuma oposição tradicional e, conseqüentemente, por que os integralistas obtiveram um relativo sucesso. Não posso entrar em detalhes, por falta de tempo, mas posso garantir, agora com muito maior convicção, que os 20% de eleitores que deram seu voto aos integralistas em 1935 definitivamente não o fizeram por causa de uma ordem de Hitler transmitida em código através da Rádio de Berlim – como costume dizer, jocosamente, diante do fato de que um certo folclore desse gênero continua a ser divulgado até hoje.

*

Não por último, por ser cidadão e, como tal, por sofrer cobranças em relação a temas atuais, também me dedico esporadicamente àquilo que historiadores contemporâneos muitas vezes chamam de “história do tempo presente”. Minhas pesquisas nesse sentido ainda não resultaram em nenhum trabalho de maior extensão, consistindo, por enquanto, em poucos escritos breves, alguns publicados na imprensa. Essas pesquisas também não são muito sistemáticas e profundas, baseando-se, em geral, em informações fornecidas pela imprensa diária. Além disso, a intuição tem nesse caso uma importância maior do que nas pesquisas anteriormente referidas.

Na verdade, essas pesquisas derivaram de observações ocasionais. E eu diria que duas observações foram fundamentais para mim. Um primeira, foi a constatação de que se traçarmos um linha imaginária que vai das mais tradicionais regiões de colonização alemã ao norte de Porto Alegre, sobretudo as menos urbanizadas, onde as características alemãs na cultura, na língua ainda estão mais presentes, até a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na região da qual venho, e observarmos os resultados eleitorais do período posterior ao regime militar constatamos que, em especial nas eleições majoritárias com segundo turno, quando os eleitores são confrontados pela exigência em definir-se entre um candidato mais “à direita” e outro mais “à esquerda”, os eleitores das colônias mais antigas, ao norte da Capital, apresentam um tendência eleitoral claramente “à direita”. Isso fez com que em alguns municípios do vale do rio Caí, por exemplo, os candidatos “à direita” tenham recebido até 82% dos votos do segundo turno nas eleições para governador. Mas à medida que se vai para o oeste essa proporção muda. Na altura de Carazinho, no centro do estado, nos municípios de Não-Me-Toque, Selbach, Ibirubá, a proporção média se localiza (ainda) em 60% de votos “à direita” e 40% “à esquerda”. Finalmente, no extremo oeste, na região de Santa Rosa, temos um claro empate entre as duas tendências.

Essa constatação me tem dado oportunidade de fazer algumas brincadeiras com militantes mais exaltados. Quando algum desses militantes me diz que as regiões de colonização alemã têm constituído um empecilho para a existência de governos mais progressistas no Rio Grande do Sul, já que os “alemães” seriam muito conservadores ou até reacionários, costumo responder ao meu interlocutor que ele deve estar pensando no comportamento reacionário do povo de Cerro Largo, lá nas Missões. Como a maioria das pessoas que me confrontam com essa questão costuma tocar de ouvido, até porque não sabe ler partituras, logo acenam afirmativamente com a cabeça. E então eu aproveito para dizer que sempre desconfiei que o governo estadual anterior ao atual (estou escrevendo em 2005) foi um dos mais reacionários que já tivemos, pois em Cerro Largo o então candidato a governador recebeu 62% dos votos já no primeiro turno.

Peço desculpas por cometer um ato politicamente incorreto e citar essa brincadeira aqui. Mas ela é importante por mostrar mais uma vez a falácia de se falar em comportamento político “dos alemães”.

Não posso estender-me numa explicação desse fenômeno nem tenho provas definitivas da correção das minhas tentativas de explicação, mas minha intuição me diz que esse fenômeno se deve a dois fatores. Em primeiro lugar, tivemos no Rio Grande do Sul um processo de migração, que, grosso modo, partiu do leste e foi para o oeste. Ninguém tem dúvida de que a razão básica da migração é a pressão social. Mas, hipoteticamente, pode-se imaginar dois cidadãos sofrendo os efeitos da mesma pressão social e, mesmo assim, um deles não se deixa abalar e fica morando no lugar em que se encontra, mesmo que isso signifique continuar sofrendo. O outro afirma que a situação está ruim, mas que não vai ficar assim, e se decide pela migração. Não há dúvida de que este último é o mais empreendedor, o mais moderno. E pelo processo de migração sucessiva e da conseqüente seleção dos mais dinâmicos e mais modernos, à medida que vamos ao oeste, poderia explicar-se a tendência de votar mais “à esquerda” desse povo que mora em regiões de migração mais recente.

Além disso, minha intuição me diz que a presença de um maior pluralismo étnico e religioso nas regiões mais a oeste poderia reforçar essa tendência, pois aquele que é aberto à aceitação da diferença étnica e religiosa também poderia tender a ser mais ecumênico e mais progressista em assuntos políticos, na sua tendência eleitoral.

Tenho plena consciência de que essa explicação não é definitiva. Mas a mantenho enquanto não surgir uma explicação mais elaborada. Como hipótese de trabalho, considero-a válida.

Um primeiro problema dessa interpretação está na ausência de qualquer referência à variável socioeconômica. Alguns críticos têm apontado para a existência de uma crise econômica de longa duração afetando toda a região noroeste do Rio Grande do Sul, e que deva ser ela que explica a votação mais “à esquerda” nessas regiões. Pode ser verdade, mas também é verdade que as regiões mais a leste têm enfrentado crises econômicas, sem que seus habitantes tenham passado a votar mais “à esquerda”.

Mas existe ainda um outro problema. Eu próprio – talvez como autocrítica à minha própria biografia – imaginava que colonos “alemães” efetivamente fossem conservadores em todos os sentidos da vida. E foi o povo de meu povoado, Machado, que despertou em mim a desconfiança de que não é bem assim. Quando as referidas trigêmeas do meu povoado posaram para a revista *Playboy*, em 1992, um grande jornal de Porto Alegre destacou um repórter para cobrir o fenômeno. Não tenho informações de bastidores dessa missão, mas posso muito bem imaginar que a direção do

jornal tivesse pedido ao repórter que viajasse até Santa Rosa, um lugar mais conhecido e de fácil localização, e que de lá em diante as grossas colunas de fumaça certamente causadas pelos incêndios provocados pela população intolerante e enfurecida contra a sem-vergonhice das moças, indicariam o caminho a seguir. De fato, o jornal dedicou três páginas ao tema, mas a única voz de indignação contra a nudez publicada das moças foi a do pastor de uma das confissões religiosas locais. Absolutamente todas as demais pessoas entrevistadas se declararam, no mínimo, indiferentes, relegando a questão ao livre arbítrio pessoal; a maioria não viu qualquer problema no ato, e várias moças inclusive lamentaram não terem despertado o interesse da revista.

Escrevendo um capítulo para um livro sobre *Os alemães no sul do Brasil*, publicado em 1994, pela ULBRA, sob o impacto dessa constatação, afirmei, de forma irônica, que, mesmo que até então tivessem fracassado todas as tentativas para encenar a peça *Esperando Godot*, de Samuel Beckett – considerada uma peça extremamente hermética –, o episódio das moças na *Playboy* mostrava que Machado era também *culturalmente* moderno – já que do ponto de vista material, por exemplo, o lugar utilizava os mais modernos produtos e a mais moderna maquinaria – e também os venenos mais devastadores – na sua agricultura.

A partir dessa brincadeira inicial, tenho trabalhado com essa idéia, e entrementes registro uma série de aspectos no mínimo interessantes nessa perspectiva. Quero dar alguns exemplos. Mesmo que o município de Tupandi, no vale do Café, seja o município que depois da queda do regime militar tenha votado mais “à direita”, ele já teve uma legislatura em que a metade de sua câmara municipal esteve composta por mulheres, e também já teve uma prefeita, modernidade que muitos municípios supostamente bem mais “esquerdinhos” deste estado ainda não podem apresentar. Aliás, a predominância dos sobrenomes alemães entre as prefeitas eleitas até hoje é clara em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Um outro exemplo que costumo citar também se refere a um município da supostamente “direitista” região de colonização ao leste. Trata-se do bucólico município de Santa Maria do Herval, no alto do Morro Reuter. Em 2002, um repórter de um grande jornal de Porto Alegre foi para lá fazer a cobertura da campanha eleitoral daquele ano. Sofreu uma decepção brutal, pois não encontrou faixas, não encontrou postes lambuzados nem pichações por todo lado. Veio à sua mente o óbvio. Sempre lhe haviam dito que essa gente é estranhíssima, que não sabe se a terra em que habitam é o Brasil ou a Alemanha, se aqui vigora uma república ou uma monarquia – enfim, a tese do “enquistamento étnico” continua grassando no senso comum. O dado objetivo, porém, é que naquelas eleições Santa Maria do Herval foi o município com a *menor* abstenção eleitoral em todo o Rio Grande do Sul. No ano seguinte, em 2003,

a Organização das Nações Unidas proclamou que este mesmo Santa Maria do Herval era o município com a *melhor* distribuição de renda do Brasil – e deve-se dizer que se a abundância não é ilimitada naquele município, não se está distribuindo exatamente só miséria; há, no mínimo, um nível de riquezas digno de ser distribuído da forma mais eqüitativa possível. Não tenho acesso a nenhum grande centro eletrônico de armazenamento de indicadores sociais, mas considero muito possível que se “perguntarmos” a um supercomputador que esteja armazenando os indicadores sociais, políticos e culturais de todos os municípios gaúchos qual é o município mais moderno do Rio Grande do Sul – ou até do Brasil – ele venha a “responder-nos” que é Santa Maria do Herval.

O exemplo nos mostra mais uma vez a abissal distância entre aquilo que é propagado por gente que toca de ouvido e aquilo que resulta de uma investigação histórica objetiva, com dados quantitativos e qualitativos mais consistentes do que a simples impressão.

Mais um exemplo. Nas eleições municipais de 2004, no município de Ivoti todos os postulantes ao cargo de prefeito foram mulheres, em número de três. Mais uma vez, o fato despertou a curiosidade da imprensa metropolitana. E mais uma vez, não tenho dados de bastidores da missão, mas pela leitura do texto posteriormente publicado pelo mesmo grande jornal da Capital, que novamente foi lá cobrir o caso, pode-se inferir que se desconfiava de alguma tramóia ou, no mínimo, de algum exotismo. Quando o repórter chegou à cidade de Ivoti, defrontou-se com Sílvio Prudêncio da Silva – ainda não consegui esclarecer, mas tenho fortes razões para imaginar que se trata de um afrodescendente, de quem o repórter certamente imaginava arrancar alguma informação mais “quente” sobre essa estranha candidatura de três mulheres. Para decepção do repórter, o entrevistado não manifestou nenhuma estranheza em relação ao fato de que fossem três mulheres nem qualquer ressentimento pelo fato de que fossem três “alemoas”, e partiu direto para uma análise absolutamente racional e lógica sobre aquilo que estava acontecendo em Ivoti. Uma das candidatas era vice-prefeita pela coligação da administração em fim de mandato, mas o prefeito não cumprira os compromissos assumidos, o que a obrigou a romper a coligação até então existente e lançar candidato próprio de seu partido, tendo a escolha recaído sobre a própria, como maior liderança do seu partido, no momento. Isso, por sua vez, obrigou o partido do prefeito a refazer suas alianças e a lançar a candidatura que tinha mais chances de aceitação e sucesso eleitoral – causalmente, também uma mulher. E no terceiro caso, a mesma candidata já concorrera em oportunidades anteriores, continuando a ser a candidata natural do seu agrupamento político. Portanto, para esse cidadão comum do município não acontecera absolutamente nenhuma esquisitice.

Na verdade, na metrópole ainda grassam coisas tão arcaicas quanto o feminismo. Por isso, na metrópole, discute-se acirradamente sobre quotas femininas nas instâncias partidárias e sobre a necessidade de colocar ao menos uma mulher na chapa do partido, nem que seja para o cargo secundário de vice-prefeito. Em Ivoti, questões desse tipo estão totalmente superadas. Ali há uma igualdade relativa entre os sexos, e as três candidaturas femininas surgiram ao natural. Se na próxima eleição se candidatarem somente homens, não terá acontecido nada de anormal. A constelação política do momento ditará a escolha das candidaturas, e não preceitos dogmáticos ditados por ideologias feministas, por exemplo.

Inclusive o fator religioso referido *ad nauseam* como empecilho para a chegada da modernidade ao interior, em Ivoti não deve ter sido considerado, pois, no mínimo, duas das candidatas são luteranas.

Tenho destacado que a modernidade não imaginada pelo senso comum para Ivoti tem ali uma longa tradição. Em 1907, Fernando Abbott, em campanha eleitoral ao governo do estado contra o candidato do Partido Republicano Riograndense, Carlos Barbosa, chegou também a Bom Jardim, nome pelo qual Ivoti atendia na época. Na entrada da cidade, recebeu um emissário do chefe local do PRR, Jacob Knierim, que o convidou para o almoço. No outro dia, os jornais de São Leopoldo e de Porto Alegre noticiaram, com destaque, que o chefe republicano de Bom Jardim havia aderido à oposição. Mas Knierim se apressou a publicar uma matéria paga n'A Federação comunicando que não aderira de forma alguma; disse que conhecia a prática política usual do estado, onde a oposição costumava ser recebida a bala. Vituperou, porém, o preconceito da opinião pública, ensinando que Ivoti, aliás Bom Jardim, se caracterizava por uma cultura política moderna, que era pelo respeito à oposição, pelo aproveitamento de suas críticas às administrações vigentes, em benefício do bem comum.

*

Tomo a liberdade de intercalar neste ponto uma pequena consideração de caráter mais teórico, para tentar mostrar que essas minhas considerações, nas quais, em última instância, estatuo em moderno aquilo que dificilmente é visto dessa forma pelo senso comum e, em contrapartida, insinuo que a modernidade pode não estar tão presente ali onde o senso comum a localiza como evidente. Minhas considerações partem de dois pressupostos que considero importantes nesse contexto. O primeiro, é o da importância dos resultados não intentados da ação humana. Um dos mais importantes historiadores alemães da atualidade, Jürgen Kocka, falando da linha historiográfica denominada Ciência Social Histórica, que ele ajudou a fundar na década de 1970, disse recentemente o seguinte: “Estávamos de alguma forma convictos – e eu o continuo até hoje – de que ... a História não se resume àquilo que as pessoas tentam atingir

em suas relações recíprocas, e que a coisa mais importante a fazer é tentar entender os processos e as estruturas que não estavam presentes nas motivações, nas concepções e nas ações dos contemporâneos”.

E é dessa perspectiva que parto para o segundo aspecto importante das minhas conjecturações. A perspectiva mais difundida sobre a modernidade é aquela que parte do pressuposto de que os avanços no campo material (científico, por exemplo) estão acompanhados de um correspondente processo mental consciente das transformações – em última análise: que os atores sociais estão conscientes da sua própria modernidade. Diria que esse processo está representado de forma paradigmática pela tradição francesa. Só que essa tradição corre o sério risco de desembocar no autoritarismo ou até no totalitarismo. Lembro-me de um dos meus professores de História do colégio, um alemão, que, em alemão, nos citava um suposto refrão da Revolução Francesa que, em tradução livre, dizia: “E se não quiseses ser meu irmão, te rebento a cara!”

Do outro lado, temos um caminho em direção à modernidade que é percorrido de forma inconsciente, até contra a vontade e as intenções dos atores. O exemplo paradigmático, neste caso, é o americano, a partir da doutrina calvinista. Max Weber combatia com toda a ênfase a posição de marxistas vulgares de seu tempo que viam em Calvino um ideólogo da burguesia. Para ele, não havia qualquer dúvida de que Calvino era, simplesmente, um teólogo, que tentava acertar o céu, mas como resultado não intentado de sua ação acabou dando um tiro certeiro na terra – o capitalismo moderno. Os calvinistas, se o soubessem, certamente até teriam tentado evitar essa modernidade. Mas ela se implantou contra sua intenção. E justamente por isso resultou não dogmática, tolerante, duradoura.

O povo simples de Ivoti também não tem a mínima consciência de que vive uma admirável modernidade. E não serei eu que irei até lá para dizer a esse povo que ele não é tão atrasado quanto muita gente imagina.

Notem os ouvintes que em nenhum momento até aqui me referi a algo como “cultura alemã”. Nunca imaginei que essas coisas tivessem a ver especificamente com uma tal de “cultura alemã”. Penso que tudo isso decorre, muito antes, da forma da colonização, da organização da vida econômica, social, religiosa das comunidades de imigrantes, com seu comunitarismo, com suas assimetrias sociais relativamente pequenas, ao menos lá no início do processo, sua relativa distância em relação ao aparelho de Estado brasileiro etc.

*

Para finalizar. Como comecei minha trajetória de pesquisa trabalhando com temas sobre a década de 1930, no decorrer do tempo, fui procurado por estudantes

para orientar trabalhos sobre história política desse período que não tivessem necessariamente a ver com as regiões de colonização alemã ou italiana. Surgiu daí uma linha de pesquisa voltada para a história política mais geral do período. Escrevi alguns trabalhos a respeito. Recentemente, terminei um estudo sobre o Estado Novo no Rio Grande do Sul. Prometo apresentá-lo quando sair publicado.

Peço desculpas pelo meu estilo muitas vezes irônico, em certas passagens até debochado. Esse estilo, ao menos em parte, não é desproposital. Penso estar trabalhando sob a influência do pensamento de Max Weber com seus tipos ideais. E tipos ideais sempre são propositalmente unilaterais e, portanto, exagerados, justamente para deixar bem claro contra quem ou contra quem se voltam. Da mesma forma, a citação de Weber que apresentei no início diz que o intelectual não pode pactuar com o contra-senso. Por isso costumo denunciar o contra-senso – no caso, o contra-senso historiográfico – sem meias palavras –, às vezes num texto debochado e até agressivo. É o meu estilo.

Os primórdios da advocacia em Porto Alegre

Sérgio da Costa Franco

O ofício de advogar foi, desde muito cedo, rigorosamente normatizado pelas Ordenações do Reino de Portugal. As Ordenações Filipinas, consolidando disposições que remontavam ao Código Manuelino, de Dom Manuel I, e ao Código Sebastião, do desventurado Dom Sebastião, estabeleciam em seu Primeiro Livro um regimento minucioso da advocacia sob o Título XLVIII: “Dos advogados e procuradores e dos que o não podem ser”. Em princípio a profissão de advogado era reservada a pessoas de alta qualificação: “Mandamos que todos os letrados, que houverem de advogar e procurar em nossos Reinos, tenham oito anos de estudos cursados na Universidade de Coimbra em Direito Canônico ou Cível, ou em ambos”. E posto que acabasse o Letrado de estudar os oito anos, “não usará o dito ofício até passarem dois anos”. Era uma quarentena de amadurecimento antes de enfrentarem as dificuldades do foro.

Em verdade, o rigor das exigências da graduação e da quarentena só poderia ser mantido na capital do Reino. Tanto que um Alvará de 1713 já declarou que fora da Corte, poderia ser advogado qualquer pessoa idônea, ainda que não fosse formada, tirando provisão. Coimbra não poderia abastecer de causídicos todo o Reino e colônias. E as provisões obtidas mediante exame perante o Desembargo do Paço substituíram eficazmente os difíceis e onerosos diplomas universitários. Nas distantes colônias, afastadas dos tribunais superiores, o provimento de requerentes para o foro ainda se tornou mais sumário, sendo aqui no Rio Grande do Sul determinado pelo arbítrio dos governadores da Capitania.

Abaixo dos advogados diplomados, as Ordenações distinguiam a classe dos Solicitadores, integrantes de uma categoria inferior, privados que eram de assinar cotas nos autos, articulados e razões. Tais restrições, obviamente, não prevaleciam onde não houvesse advogado diplomado, como acontecia no Rio Grande do Sul em todo o período colonial. Autênticos letrados de Coimbra só os tivemos na condição de magistrados (ouvidores e juízes-de-fora), como o Desembargador Luis Corrêa Teixeira de Bragança, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Antônio Monteiro da Rocha, Joaquim Bernadino de Sena Ribeiro da Costa, José Antônio de Miranda, José Maria de Sales Gameiro de Mendonça Peçanha, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Domingos Francisco Pereira D’Andrade, Caetano Xavier Pereira de Brito. Mesmo os naturais da

Província que se diplomavam em Coimbra, como José de Araújo Ribeiro ou Antônio Fernandes Braga, não consta que houvessem advogados. Destinavam-se desde logo a vãos mais altos. Requerer no foro de uma vila modesta, como era Porto Alegre, era atividade que não proporcionava “status”, e estava, demais, submetida ao crivo e à disciplina dos corregedores.

Em 1781, quando veio a Porto Alegre o Ouvidor e Corregedor da comarca de Laguna, Dr. Manoel Pires Querido Leal, em minucioso provimento que então baixou, recomendou aos juizes ordinários da Vila, únicos então existentes, que acautelassem “as usuras e vexames que os advogados e requerentes costumam fazer às partes que lhes fazem procurações”, não consentindo que cobrassem por seus serviços mais do que o autorizado pelo Regimento de 10 de outubro de 1754. E a Câmara não tardou em seguir as instruções do Ouvidor: na vereança de 07 de outubro de 1782(livro n° 2, de Atas da Câmara), lê-se que “acordaram em mandar intimar os dois letrados que há nesta Vila, que observassem o seu Regimento do estipêndio que devem levar as partes(SIC), por representações do Povo queixando-se que pedem exorbitâncias grandes pelas causas em que advogam”. A ata não registrou os nomes dos dois causídicos tidos por infratores. Na incipiente vila de Porto Alegre seriam apenas dois, pois do contrário não se escreveria “os dois letrados que há nesta vila”. E esclarecemos que “letrado” seria usado como sinônimo de advogado, segundo se vê em antigos dicionários e no próprio texto do Título XLVIII das Ordenações, que atrás citamos. Um mês depois da vereança que determinou a intimação dos causídicos, um deles ficou identificado como Manuel Fernandes de Mello(ata de 23/11/1782), de quem não coletamos qualquer outra informação. Seria ele um dos primeiros solicitadores a operar no foro local.

Só a partir de 1805, começam a aparecer nos códice de registro da Real Fazenda(transcritos em síntese no vol. 11 dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) as provisões para o exercício das funções de Solicitador junto aos auditórios de Porto Alegre. Às vezes também se usa nelas a expressão “advogado”, acreditamos que sem maior rigor legal, sendo certo que não se tratava de advogados na precisa acepção que lhes reservavam as Ordenações. De 1805 é a provisão passada a Antônio José de Azevedo e Cunha para servir como “solicitador dos resíduos, capelas e cativos”, dizendo-se que substituíra Joaquim José de Oliveira Borges, que até então servira. Este Oliveira Borges foi provido posteriormente em cargo de Ajudante de Tabelião em Porto Alegre e, a partir de 1812, tabelião em Rio Grande. Esclareça-se que o “solicitador dos resíduos” tinha por principal função o fazer cumprir os testamentos, para isso funcionando junto às provedorias.

José Peixoto de Miranda, em 1808, foi provido como solicitador da Real Fazenda e Henrique da Silva Loureiro como solicitador de resíduos, capelas e cativos.

Trata-se de dois causídicos que atuaram por bastante tempo na sede da Capitania. Mas não eram os únicos. Uma informação prestada pelo Ouvidor da Comarca, Dr. José Carlos Pinto de Souza, ao Governador da Capitania, em 15/12/1809, menciona que eram **seis** os solicitadores em atividade e expressou opinião sobre competência dos mesmos. Sua informação, por valiosa, merece ser transcrita na íntegra:

Ilmo. Exmo. Sr.

Por ofício datado de 14 do presente mês e ano me ordena V. Exa. que por bem público e do real serviço lhe dê uma informação circunstanciada do número de advogados e solicitadores dos auditórios desta capitania, suas condutas e inteligências, se têm cartas de formaturas ou servem com provimentos e por quem passados, ultimamente quantos serão bastantes para patrocinar e procurar o direito dos clientes nos mesmos auditórios, propondo logo a V. Exa. aqueles que eu julgar dignos de novos provimentos.

Sobre o que me oferece dizer: que neste auditório não há advogado algum formado; e um que há, chamado Henrique da Silva Loureiro, é por um ano por provimento do Desembargo do Paço, cuja conduta exemplar, assim como em instrução que tem do Foro não é ordinária. Os solicitadores que há são seis, dos quais José Francisco de Faria e Costa é o que tem algum conhecimento do foro. Eu daria a primazia a um requerente atual chamado Ignácio de Souza Maciel Sardinha, se não fosse os seus muitos anos; mas ainda assim mesmo sabe o que requer. Dos ditos seis requerentes o mais fraco é um chamado José Peixoto de Miranda, o qual serve também por provimento do Desembargo do Paço para três anos. Das condutas dos sobreditos nada sei que lhes possa servir de nota. Os referidos requerentes são providos pelos Ouvidores, não mandando V. Exa. o contrário. Acho que não devem ser nem mais nem menos de seis para desafogo das partes e não quererem exorbitâncias pelos seus serviços. Sobre a dignidade do merecimento para novos provimentos já acima digo que de todos os requerentes o que acho mais prático no ofício é o já dito José Francisco de Faria e Costa.

Devo informar a V. Exa. que os mesmos requerentes são os que assinam os papéis das partes. Deus guarde a V. Exa.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 1809.

Ilmo. Exmo. Senhor Dom Diogo de Souza, Govor. e Cap. Gen. Desta Capitania.

(ass.) José Carlos Pinto de Souza.

(Doc. Do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Maço n° 023 – correspondência da Ouvidoria Geral)

Possivelmente, a informação do dr. Ouvidor tenha influído no espírito do governador Diogo de Souza, para que incrementasse o provimento de novos profissionais do foro, tanto que já a partir de janeiro de 1810, um mês depois da informação, multiplicaram-se os provimentos de novos “advogados” e solicitadores para a vila de Porto Alegre, a saber:

1810 – João Azevedo Barbosa; Antônio Manoel de Jesus e Andrade, Joaquim Francisco Álvares, José Alvares de Carvalho, José Francisco de Faria e Costa, Joaquim Lopes de Barros, Antônio José de Alencastre (ou Alencastro); Manoel José Cardoso.

1811 – Tomás Francisco Flores.

1813 – Antônio Francisco de Freitas.

1814 – Revdo. Amaro de Souza Machado.

A criação da Junta de Justiça – um tribunal de amplos poderes em matéria criminal – em 1816, terá induzido outras provisões, dado que o movimento forense se incrementaria.

De 1816 foram as provisões de Luis Martins Colaço, João Pedro dos Santos Robalo, José de Souza Marmelo, José Fernandes da Silva;

de 1817, Antônio Francisco dos Santos;

de 1818, Joaquim José Fulgêncio Carlos de Castro;

de 1819, Francisco de Paula Siqueira, Manuel Pereira Fernandes, João Antônio de Barros e Silva e Manuel José de Oliveira;

de 1821, Domingos Ferreira Ribeiro, Manuel Maria Ricalde Marques e Antônio Francisco de Freitas Guimarães.

Talvez porque as provisões fossem temporárias e dependessem de renovação, muitos desses nomes se apagaram e não deixaram maior traço de sua presença na infância da cidade. O que não é o caso de José Francisco de Faria e Costa, Henrique da Silva Loureiro, José Peixoto de Miranda, Joaquim Francisco Álvares, Antônio José de Alencastre, José de Souza Marmelo e Manuel Maria Ricalde Marques.

José Francisco de Faria e Costa, antes de atuar como solicitador, destacado na informação do Dr. Ouvidor pelo seu “conhecimento do foro” e como “prático no ofício”, fora vereador (1789) transitoriamente Escrivão da Camara (1792) e, a partir de 1794, “tabelião do público judicial e notas” por muitos anos. Por certo que lhe sobrava experiência para o ofício de advogar.

Henrique da Silva Loureiro foi provavelmente o advogado de maior fama nos anos que precederam e sucederam à independência pátria. Se já não bastasse a recomendação que dele fez o Ouvidor Pinto de Souza, é certo que não lhe faltaram distinções especiais, como a de ter sido nomeado Juiz das Sesmarias por 3 anos, a partir de 1810, e, em 1816, Procurador da Real Coroa e Fazenda. Foi vereador em 1815. E, ao estabelecer-se, em 1824, o primeiro Júri de Imprensa, foi ele o escolhido para funcionar como promotor público junto àquele tribunal especial. Em 1822, numa relação dos chefes de família da capital, aparece como morador da Rua Nova, hoje Andrade Neves. Perante a Junta de Justiça, que funcionou entre 1818 e 1832, repetidas vezes oficiou como defensor. Vimos no Arquivo Público do Estado (processo n.º 50, maço 2, do Cartório do Júri de Porto Alegre) a defesa que ofereceu em favor de Antônio, escravo do Sargento – mór Francisco Diogo Vellez, alcançando a absolvição do réu. E vimos também sua esforçada defesa de Antônio Monjolo, escravo de Inácio Antônio dos Santos (n.º 140, maço 6, do Cartório do Júri de Porto Alegre). Após condenação do réu à morte, os embargos da defesa conseguiram a comutação da pena para degredo perpétuo em Benguela. A defesa perante a Junta, privada de produzir prova, limitava-se ao oferecimento de razões finais, depois de toda a instrução. Lavrado o acórdão, cabia o oferecimento de um recurso de embargo. E só!

Henrique da Silva Loureiro esteve presente à posse da primeira Junta Governativa da Capitania, subsequente à revolução liberal do Porto, em 25/02/1822. Em 1827, recebeu a nomeação de Juiz da Alfândega, em substituição ao Visconde de São Leopoldo. Mas não tardou muito a falecer, em 13/11/1832.

Da Junta Governativa antes citada, participou outro advogado, Manoel Maria Ricalde Marques (com provisão de 1821), que foi figura saliente em todo o processo de independência nacional em Porto Alegre. Ainda advogava em 1836, quando foi procurador de alguns réus do processo movido contra os farrapos. Aurélio Porto refere-o como nascido em Lisboa em 1777, casado em Porto Alegre com Feliciano Vitória da Cunha. Em declaração que fez, em 1822, doando metade de seus estipêndios de Secretário da Junta Governativa ao Tesouro Público, afirmou que se achava havia 20 anos no Brasil (Rev. do Arquivo Público, vol. 7). Segundo a lista de chefes de família, levantada naquele mesmo ano, Ricalde Marques residia na Rua de Bragança.

De Joaquim José Fulgêncio Carlos de Castro, sem outras informações sobre sua identidade, vimos defesas exitosas que apresentou em processo da Junta de Justiça. Defendendo Luís, escravo de Bernardino José de Sena, em abril de 1822, depois de condenado o réu à pena capital, obteve a comutação para galés perpétuas (proc. n.º 153, maço 6, do Cart. do Júri de Porto Alegre). Também ao defender Manoel, escravo de Bernardo José Álvares, depois de condenado o réu à morte na

força, conseguiu da Junta a comutação da pena para galés perpétuas, com a condição de o réu servir de carrasco nas execuções que se seguiram... (proc. n.º 102, maço 4, cart. do Júri de POA).

O Padre Amaro de Souza Machado, provisionado como solicitador pela primeira vez em 1814, foi personagem de destaque na vida comunitária, tendo participado de atividades teatrais e da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia.

Presentes à instalação oficial da Vila de Porto Alegre em 11 de dezembro de 1810, estavam o advogado Antônio José de Alencastre e outros três que, mais além, seriam também solicitadores provisionados: Antônio Francisco dos Santos, Tomás Francisco Flores e Manuel Pereira Fernandes.

Por várias indicações, os causídicos porto-alegrenses dos primeiros tempos, não sobressaíam pela abastança. Numa capitação lançada em 1812 pela Câmara local para suprir-se de recursos, na qual os munícipes concorreram de acordo com suas posses, os advogados não se destacaram. Tanto Henrique da Silva Loureiro quanto Joaquim Francisco Álvares e o Padre Amaro de Souza Machado contribuíram cada um com 4\$000 (quatro mil – réis), havendo contribuições de 32\$000 (do Desembargador Bragança), de 16\$000, de 12\$000, e numerosas entre 6\$000 e 8\$000.

Somente a partir de 1832, quando chegaram à Província os primeiros bacharéis, formados pela faculdade de Direito de São Paulo, começaria a modificar-se para melhor o padrão das atividades forenses. O mesmo ano assinalaria a promulgação do Código de Processo Criminal, de grande repercussão na prestação jurisdicional, pela criação dos juizados municipais, do Tribunal do Júri e das promotorias públicas. Os antigos ouvidores foram convertidos em juizes de direito, com maior grau de independência e prerrogativas legais.

O novo Código ampliou as possibilidades de emprego dos bacharéis, muitos dos quais foram logo atraídos para a magistratura. Relativamente poucos foram os que abraçaram a advocacia como profissionais liberais, de modo que a profissão continuou muito freqüentada por solicitadores, provisionados e meros requerentes experimentados na vida cartorial e forense. Foi necessário transcorrer um século até que a criação da Ordem dos Advogados do Brasil ordenasse e normatizasse efetivamente a profissão.

Bibliografia consultada:

CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. 14.ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1870.

PROVIMENTOS dos corregedores 1781 a 1827. In: ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELHINHO, 1996. **Anais...**[Porto Alegre]: [s.n.], 1996. p. 15– 32. v.3.

CÓDICES da Real Fazenda. In: ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1995. **Anais....**[Porto Alegre]: [s.n.], 1995. p.97-852. vol.11.

PESSOA, Vicente Alves de Paula. **Código de processo criminal de primeira instância.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1882.

DOCUMENTAÇÃO

Listas de jurados de Porto Alegre em 1834 e 1841

(Pesquisa e nota de S. da Costa Franco)

O Tribunal do Júri, instituído pelo Código de Processo Criminal de 1832, implicava a formação de um corpo de jurados, anualmente revisado. O art. 23 do referido Código dispunha que “São aptos para serem Jurados, todos os cidadãos que podem ser eleitores, sendo de reconhecido bom senso e probidade”. E o art. 24 determinava: “As listas dos cidadãos que estiverem nas circunstâncias de serem jurados serão feitas em cada Distrito por uma junta composta do Juiz de Paz, Pároco ou Capelão, e o Presidente ou algum dos vereadores da Câmara Municipal respectiva...”

As duas listas de jurados de Porto Alegre, que adiante reproduzimos, a primeira de 1834 e a segunda, de 1841, permitem verificar a sensível mudança ocorrida na elite local, em função da Revolução Farroupilha. Na lista de 1841, pouco depois de cessado o sítio da Capital, desaparecem algumas centenas de nomes da relação de 1834, como óbvia decorrência da guerra civil.

Major Antônio José de Faria e Souza	Alexandre Ferreira Ramos
Dr. Américo Cabral de Mello	Antônio d'Azevedo Barbosa Fº
Antônio José da Costa	Antônio Paulo da Fontoura
Antônio Venâncio da Rosa	Antônio Cândido Gomes da Silva
Antônio José de Moraes	Antônio Coelho de Souza
Antônio José Coelho	Antônio Álvares Pereira Coruja
Antônio Soares de Pinho	Antônio Joaquim do Couto
Antônio Moreira de Paiva	Antônio Azambuja Cidade, casado
Antônio José Telles de Menezes	André Jesuino d'Oliveira Barreto
Antônio Marques da Cunha	Anacleto José de Mattos
Antônio José de Castro Guimarães	Augusto César Muzzi
Antônio José Rodrigues Ferreira	Antônio de Azevedo Barbosa

Antônio José da Costa Barboza	Antônio Caetano Damasio
Antônio Francisco Peixoto	<u>Padre</u> Antônio de Azevedo e Souza
Antônio José Pereira Machado	Antônio de Moraes Andrade
Antônio Joaquim da Silva Maia	Antônio José Pedrozo
Antônio Francisco da Silva Paranhos	Antônio Maria Calvet
Américo Leal Pimentel	Antônio Florêncio do Esp. Santo
Alexandre Francisco de Campos	Álvaro José de Araújo
Antônio Manoel Pacheco	Antônio Gonçalves Pereira Duarte
Antônio Joaquim de Carvalho	Antônio José Ramos
Apolinário José Gomes	Ant ^o Pedro Frazão de Lima
Antônio Ennes Bandeira	Américo Antunes Pinto
Albino da Costa Moreira	Antônio Caetano de Souza
Antônio da Cunha Guimarães	Antônio Azambuja Cidade, solteiro
Antônio Martins Barboza	Antônio Leite d'Oliveira
Antônio José da Silva Guimarães	Alberto José Senteno
Antônio Maria de Abreu	Albino José Ferreira
Antônio Simões Pereira Jr.	Antônio Bento da Silva
Antônio José da Silva	Domingos Martins Pereira e Souza
Angélico Gomes Jardim	David Pereira Dias
Antônio José Vieira	Domingos José Dias
Antônio de Vargas de Andrade	Eulelio Antônio Moniz
Antônio Martins d'Ávila	Encas Apolinário Pereira de Moraes
Antônio Paim de Andrade	Eufrázio José Dias
Antônio Vieira Soares	Francisco Vieira de Aguiar
Antônio de Magalhães e Vasconcellos	Francisco Soares da Costa Leiria
Bernardo José Rodrigues Filho	Francisco Antônio Olinto de Carvalho
Bento Corrêa da Câmara	Francisco Rebello de Figueiredo
Bernardo José de Freitas Guimarães	Francisco Silveira dos Santos
Balthasar Joaquim da Silva	Francisco Pedro de Miranda e Castro
Boaventura da Costa Torres	Francisco de Lemos Pinto

Cândido José Ferreira Alvim	Francisco Dias Moreira
Cândido Rodrigues Pereira	Francisco Ferreira Jardim Bravo
Christóvão José Leite	Francisco Tavares de Mello
Custódio de Almeida Castro	Feliciano Antônio de Castro
Custódio José Dias	<u>Padre</u> Francisco de Paula Macedo
Caetano Antônio de Moares	Felicíssimo Rafael de Azevedo
Custódio José Gonçalves	Felisberto Peixoto d'Oliveira
Cipriano Ferreira Soares	Francisco Xavier de Mello
Dionísio da Fonseca Reis	Francisco Prestes de Paula Barreto
Dimas Antônio dos Santos	Francisco de Azevedo e Souza
Domingos Martins Barboza	Francisco Pinto de Souza
Domingos Alves Leite	Francisco Ferreira Bastos
Domingos José de Araújo Bastos Fº	Francisco José da Rosa
Domingos José da Silva Flores	Felisberto Fagundes de Souza
Domingos d'Almeida Lemos Peixoto	Francisco José Furtado Fº
Desidério de Souza Feijó	<u>Padre</u> Francº das Chagas Martins Ávila
Francisco das Chagas Santos e Souza	José Maria da Silveira Vianna
Francisco de Castro Matutina Pita	José Pereira de Barros
Francisco Félix da Fonseca Perª Pinto	José Pinto da Fonseca Guimarães
Francisco de Azambuja Cidade	José Francisco Vaz Vianna
Francisco de Paula Soares	José Pinto Gomes
Francisco de Sá e Brito	José Cesário de Abreu
<u>Padre</u> Francisco de Paula Baptista	José Antônio dos Santos Lara
Francisco Estácio Bittencourt do Canto	José Gomes de Andrade
Francisco Caetano de Souza	<u>Padre</u> José da Cunha e Souza
Francisco José de Souza	José Antônio Xavier de Angra
Francisco José de Figueiredo	José Ignácio da Silveira
Félix José Bernardes	José de Freitas Paranhos
Francisco de Paula Monteverde	José Thomaz de Lima
Francisco de Paula Oliveira Fogaça	José Carlos Pinto

Florenço Gonçalves dos Santos	João dos Santos Castro
Francisco Pereira Pinheiro	João José Nunes
Gaspar Fróes da Silva	João Corrêa d'Oliveira
Gabriel de Araujo e Silva	João Pedro de Medeiros
Graciano Leopoldino dos Santos Per ^a .	João Baptista da Silva Pereira
Gabriel Martins Bastos	João Ferreira de Assis
Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem	João Pereira de Barros
Marechal José Ignacio da Silva	João Afonso Vieira de Amorim
Januário José Fernandes	João de Sant'Ana (Ajudante)
José de Paiva Magalhães Calvet	João Francisco de Barros
José Gregório de Pontes	João Thomaz de Menezes
José Antônio Machado Ourique	João José de Carvalho e Freitas
José Dias de Souza	João Pedro Freire Barém
José Pereira Coimbra	João Guilherme Catelen
José Joaquim dos Passos	João Baptista da Silva
João Damasceno Ferreira	Joaquim Cláudio de Barboza Pitta
Joaquim José Ferreira Barboza	João Antônio de Paiva
Joaquim Coelho das Neves	Joaquim da Fonseca Barandas
Joaquim Coelho Barboza	João Antônio da costa
Joaquim José da Silva Jr.	<u>Padre</u> Ignácio Soares Vianna
Joaquim José Antônio Pinto	Joaquim Manoel de Azevedo
Joaquim José Brochado	Jácome da Silva Áreas
Justino Ant ^o Pinto de Miranda	José Gonçalves Lopes Ferrugem
Israel Antônio da Silva	José dos Santos Telles de Menezes
<u>Padre</u> Juliano de Faria Lobato	José Ferreira da Silva
Jacinto Ferreira da Silva	Joaquim da Costa Moreira
Joaquim José Rodrigues	José de Souza Costa
José Caetano Ferraz	João Antônio Mendes Totta
Joaquim Ant ^o d'Oliveira e Silva	Joaquim Rodrigues Pereira
Joaquim Balbino Cordeiro	João Xavier de Azambuja

Ignácio Joaquim de Paiva	Cap. José Fernandes da Silva
Joaquim Gomes dos Santos	Joaquim Rodrigues do Valle
Joaquim Pedro de Almeida	José Ignácio Teixeira Júnior
Joaquim de Azevedo e Souza	Joaquim Antônio da Silva
José Luiz de Andrade	João dos Santos da Silveira
José Rodrigues Pereira	João Baptista Gomes
Joaquim Procópio Pinto Chichorro	José Antônio Pimenta
José Francisco de Carvalho	Joaquim Francisco de Moraes
João José Pimentel	José Jacintho Pereira
João de Azevedo Barboza	Joaquim José Liocádio Guerra
José Rodrigues de Oliveira	Joaquim Ignácio Xavier
Joaquim José de Andrade	João Francisco dos Santos
Joaquim de Souza França	João Baptista de Souza Cabral
João José d'Oliveira Guimarães	José Joaquim Barboza
José Joaquim de Alencastro	José Ramos de Oliveira
Joaquim Pereira de Borba	Jacintho José Flores
Joaquim José de Araújo	José Bernardo de Sá e Miranda
João Marcos dos Santos Bitancourt	José Ferreira Soares
José Ferreira da Silva Santos	João Ribeiro da Cunha
José Joaquim Ribeiro Guimarães	Joaquim Ignacio das Chagas
João Rodrigues de Azevedo	José Fernandes Moreira
Joaquim Manoel de Gusmão	João Álvares de Sousa
José Simeão de Oliveira	José Luiz Soares
José Rodrigues Mendes	José Pereira da Silva
José Antônio de Araújo Ribeiro	João Manoel ...
José Joaquim Alves de Moraes	João Antônio Guimarães
Joaquim Xavier Caldeira	João Pereira da Silva
Joaquim Ferreira Soares	José Paulo da Silva
Cônego João Bapt ^a Leite d'Oliveira Salgado	Jerônimo Gomes Jardim
João Lempireiro Lopes Silva	José Gomes Ferreira Jardim

José Custódio Alves de Souza	João Bernardes da Silva
José de Oliveira Guimarães	José Pereira Pinheiro
Ignacio dos Santos Abreu	José de Vargas Soares
José Ignácio dos Santos Feijó	João Paim de Andrade
<u>Padre</u> João Chrisóstomo da Silva	José Ignacio Soares
José Ignacio Teixeira	José Angelo da Fonseca
Joaquim José Pereira	José Francisco Rodrigues
Ignácio Venceslau de Azevedo	Luiz Ennes Bandeira
José Pires Cerveira	Luiz Caetano José da Rocha
Ignácio José de Alencastro	Lopo Gonçalves Bastos
José de Azevedo e Souza	Padre Ludovico Ennio Homem da Costa
João de Azevedo e Souza	Luiz Caetano Ferraz
Joaquim José da Silva Rocha	Leonel Coelho da Silva
Luiz Manoel Gonçalves Lages	Manoel Godinho Leitão
Lourenço Justiniano	Padre Manoel Francisco de Andrade
Libânio Pereira da Silva	Manoel Coutinho da Silva
Luiz de Azevedo e Souza	Manoel José da Câmara
Luiz José da Fontoura Palmeiro	Manoel Ferreira Porto Filho
Luiz José dos Reis Alpoim	Marcos Alves Pereira Salgado
Luiz César de Athaide	Manoel José Henrique da Cruz
Luiz Caetano de Souza	Manoel Martine da Silveira Lemos
Luiz Rodrigues da Rosa	Manoel José Ferreira da Silva
Laurindo Domingues Boeira	Manoel José Vieira Lima
Luiz Guedes Ferreira de Moraes Sarmento	Manoel Rodrigues Chaves
Manoel José Pinheiro	Máximo Antônio Moreira Torres
Manoel Américo da Costa	Marcelino José do Carmo
Dr. Marciano Pereira Ribeiro	Manoel José de Freitas Travassos
Manoel José de Souza Ribeiro	Manoel Ignácio Xavier
Manoel Rodrigues Lopes	Manoel Pinto de Azevedo
Manoel Marques Pereira Lima	Manoel Antônio de Magalhães Calvet

Manoel Alves dos Reis Louzada	Manoel Ignácio de Sousa Filho
Manoel José de Leão	Manoel Vaz Pinto
Manoel Pereira de Barros	Manoel Felizardo de Sousa e Mello
Dr. Manoel Antônio Rocha Faria	Manoel Monteiro de Azevedo Barros
Manoel Luiz Feijó	Manoel Tavares da Silva
Manoel da Silva Freire	Miguel Lino de Moraes
Manoel Francisco Moreira	Manoel Marques de Souza
Manoel da Silva Ramos	Manoel Pires Cerveira
Manoel José Saraiva	Manoel Machado de Souza
Manoel Pereira da Silva	Manoel Bento Alves
Manoel Rodrigues da Silva	Manoel Joaquim de Sousa
Manoel Ignácio de Souza	Miguel Gonçalves dos Santos
Manoel Ignácio da Silva Filho	Rodrigo José de Figueiredo Moreira
Manoel Alves de Azambuja	Rafael Fortunato da Silva Brandão
Narciso Peixoto d'Oliveira	Ricardo d'Oliveira Ramos
Narciso Pires Cerveira	Serafim dos Anjos França
Onofre Pires da Silveira Canto	Silvano José Monteiro de Araujo Paula
Pedro Mendes Limoeiro	Sebastião Pinto da Fontoura
Pedro de Azevedo e Souza	Sebastião Xavier Ferreira da Silva
Pedro Maria Xavier d'Oliveira Meirelles	Salustiano Severino dos Reis
Patrício Augusto de Câmara	Tristão Jeremias de Moraes
Pedro Pereira de Carvalho	Thomé José de Araujo
Polidoro Antunes Pinto	Veríssimo da Silva Rosa
Patrício de Azambuja Cidade	Vicente Ferrer da Silva Freire
Pedro Rodrigues da Rosa	Victoriano Ignacio da Silva
Pedro da Costa Carvalho	

Porto Alegre, em sessão extraordinária de 17 de fevereiro de 1834.

José de Paiva Magalhães Calvet – Presidente

Marcos Alves Pereira Salgado

Bernardo José Rodrigues Filho

José Antônio Machado Ourique

Francisco José da Rosa

José Joaquim dos Passos

Simplício José da Silva

Luiz Ignacio Pereira de Abreu

Tristão Barreto Pereira Pinto

José Luiz da Costa

Manoel Bernardo Corrêa de Lacerda

O Pároco Thomé Luiz de Sousa

O Pároco Bartolomeu Lopes de Azevedo

O Pároco João Ignacio de Mello

O Cura Antônio Nunes da Silva

O Cura Francisco José Pereira

Está conforme: Libanio Pereira da Silva

Secretário da Câmara Municipal

FONTE: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

FONTE: O COMMERCIO, P. Alegre, 5 de março de 1841. – Lista geral dos cidadãos de 1º e 2º distritos desta cidade (...) para juizes de fato no corrente ano de 1841.

1. Antonio Rezende Rodrigues
2. Antonio José Rodrigues Ferreira
3. Antônio José Rodrigues Ferreira Filho
4. Antonio Rodrigues Chaves filho
5. Antonio José Lourenço
6. Antonio Augusto Guimarães
7. Antonio Gonçalves Carneiro
8. Antonio Fernandes Teixeira
9. Antonio José de Araujo Basto
10. Antonio Joaquim da Silva
11. Antonio de Azevedo Lima
12. Antonio Félix Lobo

13. Antonio Manoel de Sampaio
14. Antonio Gomes de Amorim
15. Antonio José da Rocha Junior
16. Antonio José Ribeiro
17. Antonio Luiz da Cunha
18. Antonio José de Freitas e Souza
19. Antonio de Freitas Barreto Queiroz
20. Antonio Pedro Frazão de Lima
21. Antonio Fernandes dos Reis
22. Antonio Francisco da Silva Lessa
23. Alf. Antonio José Pedroso,
24. Antonio Lopes Duro
25. Antonio Rodrigues Fonseca Araújo
26. Dr. Antonio Ferreira de Andrade Neves
27. Antonio de Azambuja Vila-nova
28. Antonio Venancio da Rosa
29. Antonio José de Moraes
30. Antonio de Freitas
31. Antonio Francisco de Almeida
32. Antonio José Rodrigues
33. Antonio José da Cunha
34. Ten. Antonio Teixeira de Carvalho
35. Antonio Joaquim Nunes
36. Antonio José Porto
37. Sarg. mór Antonio Máximo da Trindade
38. Antonio Martins da Rocha
39. Antonio Alves Britto
40. Antonio José de Campos
41. Antonio Álvaro de Araujo

42. Antonio Caetano Pereira de Abreu
43. Antonio Fragoso Pimentel
44. Antonio de Souza Cardoso
45. Antonio José de Faria
46. Alf. Antonio José de Castro Guimarães
47. Alf. Antonio José da Costa Barboza
48. Antonio José Martins
49. Alexandre José Leal
50. Alexandre José da Silva Guimarães
51. André Nunes Cardoso
52. Albino José Pereira
53. Dr. Américo Cabral de Mello
54. Américo Pereira da Silva
55. Álvaro José de Araujo
56. Agostinho Teixeira de Souza
57. Antonio Joaquim da Silva Maia
58. Ten. Antonio dos Santos Lara
59. Antonio Joaquim de Oliveira Lima
60. Cap. Antonio Caetano Damazio
61. Alf. Antonio da Silva Froes
62. Acacio Joaquim Corrêa
63. Antonio de Azambuja Cidade
64. Ten. André Miguel dos Santos
65. Tenente coronel Antonio Maria Xavier de Souza
66. “ “ Antonio Cândido Gomes da Silva
67. Cap. Antonio Francisco Peixoto
68. Antonio José Feijó
69. Antonio Alves de Oliveira
70. Agostinho Silveira Pastoriza
71. Ten. Antonio Bernardino dos Santos Correa

72. André Jesuíno de Oliveira Barreto
73. Sargento mór Antonio de Azevedo Barbosa
74. Antonio de Azevedo Barbosa Filho
75. Antonio Rodrigues Bellas
76. Abel Alves de Oliveira
77. Antonio José Ferreira
78. Cap. Antonio José da Silva Guimarães
79. Antonio Francisco da Silva Souto
80. Cap. Antonio de Moraes de Andrade
81. Albino da Costa Moreira
82. Antonio Rodrigues Lopes Campião
83. Tenente coronel Belchior da Costa Rabelo Correia Silva
84. Bernardo José de Freitas
85. Bernardo Ribeiro da Fonseca
86. Bernardo José de Freitas Guimarães
87. Dr. Balthazar Pereira Guedes
88. Coronel Bebiano José Carneiro da Fontoura
89. Boaventura Rodrigues Vasconcellos
90. G. mór Bernardino Berlink
91. Bernardino Antonio de Barros
92. Bernardino Henrique Coutinho
93. Belchior Corrêa da Câmara
94. Cactano da Silva Paranhos
95. Christóvão José Leite
96. Custódio Gonçalves da Silva
97. Ten. Cândido Rodrigues Pereira
98. Cândido de Albuquerque Fernandes Gama
99. Cândido José de Souza
100. Carlos Antonio Vieira

101. Carlos da Costa Torres
102. Custódio José Pereira
103. Cândido Peixoto de Miranda
104. Major Cristiano Buiz
105. Caetano Antonio de Moraes
106. Caetano Ignacio de Moraes
107. David Marcelino da Silva
108. Domingos Martins Barbosa
109. Domingos Alves Leite
110. Domingos Antonio da Costa Guimarães
111. Domingos Ferreira Bastos
112. Domingos José da Silva Flores
113. Domingos José da Costa
114. Domingos José da Trindade
115. Dionísio da Fonseca Reis
116. Alf. Domingos José Ribeiro
117. Alf. Domingos José de Araujo Basto
118. Dr. Domingos Gonçalves Ramos
119. Eleazar Norberto dos Santos
120. Eduardo de Azevedo e Souza
121. Eugenio José de Freitas
122. Eleutério Severiano dos Santos Pereira
123. Euflabio Fernandes Sobreiro
124. Estácio da Cunha Bitancourt
125. Estulano Ignacio Ferreira
126. Cap. Francisco José Alves Leite
127. Alf. Francisco Pereira Caldas
128. Cap. Francisco de Paula Menna Barreto
129. Francisco Manoel de Azevedo
130. Francisco Vieira de Aguiar

131. Francisco de Souza Britto
132. Francisco Marques
133. Cap. Francisco Pedro de Miranda e Castro
134. Francisco Dias Moreira
135. Francisco Coelho Barreto
136. Francisco Silveira dos Santos
137. Francisco Rebello de Figueiredo
138. Brigadeiro Francisco Antonio Olinto de Carvalho
139. Major Francisco Fernandes Anjo
140. Francisco José da Cunha Vicira
141. Francisco Pinheiro Guimarães Dourado
142. Francisco Estácio Borges
143. Cel. Francisco de Paula Soares
144. Francisco José de Mello
145. Francisco José da Veiga
146. Francisco Antonio Carneiro da Fontoura
147. Ten. Francisco José de Amorim
148. Francisco José das Neves
149. Francisco Pacheco da Silva Leão
150. Feliciano Antônio de Castro
151. Felisberto Peixoto de Oliveira
152. Felicíssimo Rafael de Azevedo
153. Felipe José Teixeira
154. Cap. Floriano Joaquim de Carvalho
155. Fausto Antonio da Cruz Brilhante
156. Firmino Luiz Gomes de Abreu
157. Francisco José da Silva Moura
158. Francisco da Silva Santos
159. Francisco José Moreira

160. Francisco Luiz Correa
161. Francisco Pinto de Souza
162. Francisco Ferreira Bastos
163. Francisco de Paula Cesimbra Moura
164. Francisco José Furtado
165. Francisco José Furtado Filho
166. Francisco de Azambuja Cidade
167. Francisco da Silva Barbosa
168. Francisco José de Souza Leal Filho
169. Francisco Xavier de Mello Filho
170. Felisberto Peixoto de Azevedo
171. Francisco Rodrigues Dias Ramos
172. Fermino Maria de Vasconcellos
173. Galdino de Freitas Noronha
174. Tenente coronel Gabriel de Araujo e Silva
175. Gervazio Alves Ferreira
176. Cap. Gaspar Pinto Bandeira Filho
177. Gaspar Froes da Silva
178. Gaspar Pinto Bandeira
179. Germano Severiano da Silva
180. Gustavo César Vianna
181. Henrique Maia de Castilhos
182. Herminigildo de Miranda e Castro
183. José Pinto da Fonseca Guimarães
184. José Vieira de Faria Júnior
185. Dr. José Affonso Pereira
186. José Manoel da Silva Oliveira
187. José Pedro do Amaral
188. José dos Santos Telles de Menezes
189. José Pinto Gomes

190. Major José Cezário de Abreu
191. José Luiz de Azevedo
192. José Luiz Vicente da Costa
193. Ten. José Joaquim Leite de Castro
194. José Antonio Machado
195. José Pereira da Costa
196. José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha
197. José Thomaz de Almeida
198. Alf. José de Miranda e Castro
199. José Antonio Coelho Júnior
200. José Pedro Alves
201. José Joaquim Ribeiro Guimarães
202. José Joaquim dos Santos Ferreira
203. José Joaquim Simões
204. José Fernandes da Silva
205. José Ignacio Lourenço
206. José Marques da Cunha
207. José Ignacio Fernandes
208. José Luiz Cardoso de Salles
209. José Francisco da Silva
210. Ten. José Antônio Machado Ourique
211. José Victoriano da Rocha
212. José Antônio de Moraes
213. Major Jose Ferreira da Silva Santos
214. José Alvaro Xavier
215. Ten. José Maria de Souza
216. José Pereira de Barros
217. José Rodrigues Pereira
218. José Antonio Dias
219. José Antonio de Lima

220. José Manoel de Moraes
221. José Alves de Souza
222. José Alves Ramos
223. José Antonio Rodrigues Ferreira
224. José Gonçalves Mendes Ferreira
225. José Joaquim de Paula
226. José Manoel Teixeira
227. José Maria dos Santos
228. José Luiz Moreira
229. José Manoel de Moraes Filho
230. José Gomes Jardim
231. José Barbosa
232. José de Sá e Brito
233. José Lopes de Oliveira
234. José Dias de Souza
235. José Ignácio Teixeira
236. José Francisco de Carvalho
237. José da Cruz Ferrary
238. José Antonio Ramalho
239. Cap. José Nunes Benfica
240. José Joaquim da Silva
241. José Antonio da Silveira Casado
242. José Antonio de Araujo Ribeiro
243. José Antonio do Valle
244. José Gabriel da Silva Lima
245. José Antonio de Souza
246. José Ignacio de Souza
247. José Maria Ferreira da Cunha
248. José Maria Marques
249. José Maria Ramalho

250. José Antonio Pinto
251. José Marques de Figueiredo
252. José Joaquim da Silva Leal
253. José Mariano de Mello
254. Alf. João Pacheco de Assiz
255. João Marinho de Freitas
256. João Julio Carneiro Barbosa
257. Cap. mór João Thomaz de Menezes
258. João Hipólito Fernandes Lima
259. João Correa de Oliveira
260. Ten. João Pereira de Barros
261. João Baptista Soares da Silveira e Souza
262. João Mendes de Oliveira Castro
263. João Antônio Muniz
264. João José Nunes
265. João Job Bernardes
266. João Antonio Vieira de Araújo
267. João Félix da Fonseca Pereira Pinto
268. Cap. João Luis de Abreu e Silva
269. João dos Santos Castro
270. Ten. João Pedro de Abreu
271. João José de Oliveira Barreto
272. João Ricardo
273. João José Cabral e Costa
274. João Evangelista Cordeiro
275. João Martins Lamego
276. Cap. João Tristão de Lima
277. Major João da Cunha Lobo Barreto
278. João Ignacio de Souza
279. Dr. João Dias de Castro

280. João de Sousa Dias
281. João Pinto do Rego César
282. Major João Pereira Monteiro
283. João Baptista da Silva Pereira
284. João Henrique Marques
285. João Ferreira dos Santos
286. João Antonio Capelani
287. João Ignacio de Oliveira
288. João Rodrigues de Azevedo
289. João de Souza Vieira
290. João Pereira de Miranda
291. João da Silva Paranhos
292. João Antônio de Oliveira
293. João de Castro Canto e Mello
294. João Damasceno Ferreira
295. João José da Silva
296. Cap. João Manoel de Pontes
297. Cap. João José Corrêa Vasques
298. João Nepomuceno da Silva
299. Joaquim José Pereira
300. Joaquim Rodrigues do Valle
301. Cap. Joaquim Félix da Fonseca
302. Joaquim José Ferreira Barbosa
303. Joaquim José Gonsalves Guimarães
304. Joaquim José da Silva
305. Joaquim José dos Santos
306. Joaquim Francisco de Moraes
307. Joaquim Lopes Duro
308. Alf. Joaquim Ferreira Soares de Oliveira
309. Joaquim Vieira da Cunha

310. Alf. Joaquim José da Paz
311. Alf. Joaquim Alves de Carvalho Fanfa
312. Major Joaquim Procópio Pinto Chichorro
313. Joaquim Baptista da Silva
314. Joaquim Antonio de Almeida
315. Joaquim Dias da Costa e Silva
316. Joaquim José Lourenço
317. Joaquim José Quintiliano de Carvalho
318. Cap. Joaquim da Costa Moreira
319. Joaquim Francisco Ilha
320. Joaquim Gonsalves Bastos
321. Alf. Joaquim Lopes de Barros
322. Dr. Jacintho da Silva Lima
323. Jacintho Ferreira da Silva
324. Ignacio Venceslau de Azevedo
325. Justino da Costa Faria
326. Ignacio Candido da Silva
327. Comendador Israel Soares de Paiva
328. Israel Antonio da Silva
329. Isidoro Ferreira da Costa
330. Isidoro Felipe Duarte
331. Izac da Silva Ribeiro Lima
332. Cap. Jaime Vasques da Cunha
333. Cirurgião-mór Ignacio Joaquim de Paiva
334. Dr. Ignácio Joaquim de Paiva Freire de Andrade
335. João Baptista da Silva
336. Joaquim Antonio Alves
337. José Antonio da Silva Chaves
338. José Antonio da Silva Costa
339. José Ribeiro Luís

340. José Antonio da Silva
341. Ignacio Joaquim da Silveira
342. Ignacio José dos Santos
343. Alf. Isidoro José Lopes
344. José Joaquim de Alencastro
345. Cap. João Baptista de Alencastro
346. José Manoel da Silva Oliveira
347. José Antonio Gomes
348. Cap. Joaquim Pedro de Almeida
349. Ten. Joaquim Pedro de Freitas
350. Ten. João da Costa Souza
351. Cap. Justiniano José Ribeiro
352. Comendador José Thomaz de Lima
353. José Narcizo Velloso Ferreira
354. José Soares de Almeida
355. João Antunes Tavares
356. João Pedro Freire Barém
357. Joaquim José Pinheiro
358. Joaquim Francisco de Oliveira Furtado
359. Ten. Cel. Joao Antonio Mendes Totta
360. Cap. Joao Monteiro de Lacerda
361. João José da Silva Guimarães
362. Joaquim Antonio Pereira
363. João Antonio da Silva Pereira
364. José da Costa Vianna
365. Dr. Israel Rodrigues Barcellos
366. Jesuino Freire Rangel
367. José Ignacio dos Santos
368. Ten. Joaquim Parrot

- 369. Ten. Cel. Ignacio José Cabral e Costa
- 370. Alf. João Coelho de Souza Júnior
- 371. José Duarte Pereira Lobo
- 372. Joaquim Pereira de Freitas
- 373. Ten. Cel. Joaquim José de Andrade Vasconcellos
- 374. Joaquim José Leocádio Guerra
- 375. José de Almeida Gomes
- 376. Ten. Joaquim Maria de Azevedo Guerra
- 377. João Antonio de Paiva
- 378. José do Nascimento e Silva
- 379. José Manoel Dias
- 380. Joaquim Raimundo
- 381. João José Maria
- 382. Joaquim Manoel de Azevedo
- 383. José Caetano Ferraz
- 384. José da Silva Marques Júnior
- 385. João da Silva
- 386. Jacintho Antonio Dias
- 387. José Maria de Macedo
- 388. José de Souza Braga
- 389. Joaquim da Fonseca Varanda
- 390. João Cardoso da Silva
- 391. José Antonio da Silva
- 392. João Machado Moreira
- 393. Ignacio José de Alencastro
- 394. João Alexandre da Motta
- 395. José Antonio da Silva Veiga
- 396. Ten. Joaquim José da Silva Rocha
- 397. Major Joaquim Anacleto de Azevedo
- 398. João Ignacio da Silveira

399. Cap. José Fernandes da Silva
400. José Pereira da Motta Porto
401. João Eustaquio Carceller
402. Jacintho José de Oliveira
403. João Thomaz de Cantuaria
404. José de Souza Costa
405. João Coelho Barreto
406. Luiz Ferreira de Abreu
407. Luiz Antonio da Silva Flores
408. Cap. Luiz Ignacio Pereira de Abreu
409. Luiz Pereira da Silva
410. Luiz Beltrão de Miranda e Castro
411. Luiz Antonio de Medeiros
412. Luiz da Fonseca Bandeira
413. Luiz Rodrigues de Castro e Silva
414. Dr. Luiz de Freitas e Castro
415. Tenente-Coronel Luiz Cezar de Athaide
416. Cap. Luiz Alves dos Santos Marques
417. Liberato Vieira da Cunha
418. Letto Antonio de Almeida
419. Ten. Ludovico Homem da Costa
420. Lauriano Antonio Dias
421. Cap. Libanio Pereira da Silva
422. Lino José da Silva
423. Leandro Antonio Barbosa
424. Lourenço Gomes de Oliveira
425. Leonel Coelho da Silva
426. Luis Antonio Feijó
427. Luis Antonio Feijó Filho
428. Luiz Francisco da Silva

429. Ten. Leopoldino Joaquim de Freitas
430. Luiz de Azevedo e Souza
431. Luiz Antonio Dias de Andrade
432. Luiz Fernandes da Cunha
433. Luiz Antonio de Oliveira
434. Manoel José de Freitas Travassos
435. Manoel Luiz Feijó
436. Manoel Rodrigues da Silva
437. Manoel Nunes Pinto
438. Manoel Ignacio de Souza
439. Manoel Antonio Fernandes
440. Manoel Junior de Freitas
441. Manoel Barreto Ribeiro
442. Manoel da Silva Só
443. Manoel Antonio da Costa
444. Manoel Joaquim de Souza
445. Manoel Maria Ricalde Marques
446. Manoel Rodrigues Lopes
447. Manoel Gonsalves de Carvalho
448. Manoel José de Campos
449. Ten. Manoel Pereira de Barros
450. Manoel de Assumpção e Souza
451. Manoel Lopes Guimarães
452. Manoel Vaz da Silva
453. Manoel Antonio da Costa
454. Manoel Antonio da Costa Guerra
455. Major Manoel dos Passos Figueirôa
456. Manoel Francisco Peixoto
457. Cel. Manoel Fernandes de Andrade
458. Manoel de Araujo

459. Manoel Fernandes
460. Dr. Manoel José de Campos
461. Manoel José de Campos
462. Manoel do Nascimento Coelho
463. Manoel Rodrigues Chaves
464. Alf. Marcos Antonio Mont'auray (SIC)
465. Maximiano José Lopes
466. Mariano José Soares
467. Manoel Ignacio de Souza Oliveira
468. Marechal Manoel Carneiro da Silva e Fontoura
469. Cap. Manoel José Saraiva
470. Manoel Antonio do Oliveira Paiva
471. Manoel Joaquim de Almeida
472. Manoel Ferreira Porto
473. Cirurgião Manoel José Henrique da Cruz
474. Manoel José Vieira Lima
475. Manoel Francisco Moreira
476. Manoel Martins da Silva
477. Manoel Guedes Luiz
478. Manoel Alves de Oliveira
479. Maximo Antonio Moreira Torres
480. Manoel Pinto de Oliveira
481. Manoel Soares Lima
482. Manoel Francisco Ribeiro
483. Cap. Manoel José da Câmara
484. Manoel de Azevedo e Souza
485. Manoel José da Câmara Júnior
486. Manoel Gonsalves Ramos
487. Manoel de Souza Rosa
488. Manoel da Costa Silveira

489. Manoel Coutinho da Silva
490. Manoel Gonsalves Ferreira de Brito
491. Ten. Manoel Gomes Limeira
492. Ponciano Nunes da Silveira
493. Prudêncio José da Câmara e Sá
494. Alf. Pedro José Gomes de Abreu
495. Ten. Pedro Maria Xavier d'Oliveira Meirelles
496. Alf. Primo dos Santos Candal
497. Major Paulo Nunes da Silva Jardim
498. Major Patrício Corrêa da Câmara
499. Paulo Júnior da Silva Costa
500. Pedro Nolasco Pereira da Cunha
501. Perceverando José Rodrigues Ferreira
502. Patricio Augusto da Costa
503. Ten. Pedro de Azevedo e Souza
504. Pedro Antonio Martins
505. Cap. Ricardo de Oliveira Ramos
506. Rodrigo José de Figueiredo Moreira
507. Roberto Lourenço da Silva
508. Ricardo José Villa-nova
509. Severino José Antonio
510. Simão José da Silva
511. Sebastião Coelho Barreto
512. Major Sebastião José Ferreira da Silva
513. Sebastião Joaquim de Carvalho
514. Sebastião Ferreira Soares
515. Sebastião Pereira de Barros
516. Serafim de Magalhães Rodes
517. Severino José de Ávila
518. Alf. Sebastião Maria Ricalde

519. Simplicio Luiz de Araujo
520. Ten. Coronel Severo Luiz da Costa Labareda Prates
521. Theodoro das Virgens Rapozo
522. Thomaz de Aquino Araujo
523. Visconde de Castro
524. Venceslau Antonio da Silva
525. Venceslau Joaquim Alves Leite
526. Vicente da Silva Lima
527. Vicente Ferreira Villas-boas
528. Vericimo da Silva Roza
529. Venancio José Chaves
530. Victorino José Ribeiro
531. Vasco Alves de Oliveira
532. Vicente José Ferreira de Carvalho
533. Vicente de Azevedo e Souza
534. Visconde de Camamu

Paço da Câmara Municipal da cidade de Porto Alegre em três de janeiro de 1841

Domingos Gonsalves Ramos – José Affonso Pereira – Patrício Correa da câmara – Américo Cabral de Mello – Dr. Manoel José de Campos – Ignacio Joaquim de Paiva Freire de Andrade – João Rodrigues Fagundes – Joaquim José Affonso Alves – Thomé Luiz de Souza

(O final da relação foi publicado em O COMMERCIO de 19 de março de 1841)

A carta que nunca chegou

Elma Sant'Ana

Trata da tradução da carta (nunca enviada) que João Jorge Klein escreveu para Carl von Koseritz, datada de 2 meses antes do sangrento desfecho no Morro Ferrabrás.

O texto original desta carta de Klein é composto de 12 páginas manuscritas. É um dos mais importantes documentos de toda essa história.

Klein era membro da família e em determinado momento ajudou na estruturação da seita.

Klein “joga no papel” fatos relacionados a importantes momentos de um passado recente e, absoluta maioria, suas denúncias “fecham” com uma série de detalhes que conhecemos. São valiosas declarações.

Klein tinha uma cultura acima da média dos moradores da colônia. Com curso no Seminário de Professores Públicos que o licenciava, ainda colaborava com dois jornais - o *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, e o *Der Bote*, de São Leopoldo - nos quais publicou artigos sobre agronomia considerados valiosos até mesmo por Koseritz. João Jorge Klein faleceu em Canoas, a 6 de outubro de 1915, com 95 anos de idade. Moacyr Domingues em sua pesquisa, chega à conclusão de que Klein, o “Misterioso”, não passou, em todo o episódio, de ingênuo paladino duma causa perdida. Para Janaína Amado, Klein não morreu pelo que acreditava nem combateu o que discordava. E ainda passou vários anos na cadeia.

São Leopoldo, 8 de maio de 1874.

Senhor Carl von Koseritz

em Porto Alegre

Conforme informações recebidas por intermédio do meu cunhado Friedrich Carl Einsfeld, V.S. teria declarado que dentro do prazo de um mês me teria em Porto Alegre, na mesma situação e condição como Maurer e consortes. Como esta afirmação data do ano passado, lamentavelmente serei forçado a desistir dessa honra. Entretanto, não quero perder a oportunidade de esclarecer uma dúvida reinante e possivelmente V.S. não me compreenderá, da mesma forma como outros que não lhe compreendem: Trata-se exatamente do caso Maurer, que normalmente é denegrido como embusteiro. No que diz respeito à religião, não há nada melhor do que o raciocínio lógico e sensato; é como diz o provérbio: vamos deixar os brinquedos para a criança, as muletas ao coxo e ao senil e o guia ao cego. Eu, pessoalmente, suspenderia de imediato todos costumes e cerimônias religiosas ao tomar conhecimento de algum desvio que possa dar motivos a escândalos públicos e concordaria plenamente com o velho Napoleão que na cidade do Cairo deixou-se passar por moslim para evitar fanática insubordinação e derramamento de sangue. Lamentavelmente pouquíssimas pessoas pensam assim, do contrário não existiriam mais mártires, como os tem havido mesmo entre notáveis sábios. Quem seria capaz de acusar pessoas simples, sem instrução e sem cultura simplesmente porque permanecem com seus costumes.

Quando Lúcio Schreiner deu início a impensada luta contra Maurer e consortes, teria sido um prazer para mim se o epílogo tivesse sido como ele imaginou.

Segundo meus parcos conhecimentos dos homens e da história, me parece que sua estratégia foi imprópria e descabida. A sucessão dos fatos são contundentes. Pelo que sei, foi a primeira vez que Lúcio Schreiner não deu ouvidos aos meus conselhos. Inquestionavelmente houve algo que o influenciou e o fez mudar de idéia. Chego a essa conclusão ao observar sua teimosia e seu silêncio não habitual. Em maio do ano passado, no mesmo dia em que me participou a existência da petição dos 42^[1], simplesmente recusou, sem dar motivos, a minha bem intencionada orientação, encontrei-o no seu escritório acompanhado do vigário Wilhelm Feldhaus e ambos mantinham profundo diálogo, que foi imediatamente interrompido, retirando-se e despedindo-se o padre. Lúcio Schreiner, ao contrário do seu antigo costume, nada me falou sobre a razão desta visita nem sobre o que estavam conversando. Foi fácil concluir de Lúcio Schreiner estar se deixando influenciar por esses sujeitos. Verifiquei novamente a lista dos signatários e constatei que o escrivão e os próprios autores do requerimento são criaturas jesuítas autênticas. Posteriormente fiz diversas

tentativas, tentando um esclarecimento de Lúcio Schreiner sobre o assunto, porém foram infrutíferas. Eu vislumbrei então uma oportunidade para fazer uma visita ao padre Feldhaus, cujo contato não me foi difícil, porque o falecido Dr. Wolfenbüttel havia me questionado várias vezes com a finalidade de obter o meu apoio ao jornal "Deutsche Volksblatt" [2] e aos interesses dos padres. Durante a conversa com o padre Feldhaus, foi fácil concluir que a palestra mantida entre ele e Lúcio Schreiner, foi em torno do assunto Maurer e que já haviam mantido diversos diálogos sobre este mesmo assunto. O padre Feldhaus me repetiu até as palavras dele ao Lúcio Schreiner, pelas quais exigia de Lúcio um enérgico procedimento. Exatamente este foi o grande erro neste assunto, causado por autênticos jesuítas. Mais tarde, Lúcio Schreiner demonstrou que tinha mais a esconder, além do conteúdo dessas conversas. Em todas as suas questões particulares ninguém o serviu tanto como eu, mesmo em detrimento dos meus próprios interesses. Com ninguém tinha tanta intimidade como comigo ... e agora, repentinamente, este frio e fechado comportamento. Quando Maurer e esposa voltaram de Porto Alegre, em julho de 1873, tudo estava muito calmo exatamente como poderia-se desejar ao Maurer, porém se Spindler não tivesse se intrometido, perturbando a vida de Maurer na sua casa nova e molestando o seu irmão e cunhado nos seus trabalhos na floresta. Spindler cometia verdadeiras infantilidades, que devido a sua autoridade às vezes transformavam-se em vergonhosa judiaria. E, de acordo com informações fidedignas, foram os irmãos Schreiner os autores intelectuais desse episódio. Se não tivesse ocorrido o atentado contra Johann Lehn, tudo teria continuado em paz, mesmo com todas as barbaridades contra essa gente. De onde isso procede? Já me empenhei muito para encontrar uma explicação e esclarecer este episódio; já juntei provas evidentes e conclusivas, as quais cheguei a oferecer, por carta, ao Lúcio Schreiner, bem como lhe disse estar em condições de ajudá-lo a trazer alguma luz sobre estas trevas.

Passaram-se seis meses desde que esta carta foi, indubitavelmente, remetida por intermédio de Alexander Klein e Grovermann [3], sem que Lúcio Schreiner tivesse demonstrado o mínimo interesse em obter esclarecimentos sobre esta ação de violência. A descoberta dos culpados parece lhe ser tão desconfortável, igualmente ao Lehn, que respondeu à minha oferta com malícia e inimizade. Lehn, que várias vezes sofreu atentados de inimigos, parece saber porque, como também futuramente o saberão os filhos dignos de seu pai. Estes, no dia 31 de maio a.c. [ano corrente] atacaram com seus relhos um jovem doente e melancólico, há muitos anos mudo, porém um bom e calmo rapaz, ataque feito sem motivo algum, unicamente por maldade e sadismo e com seus relhos, especialmente providos de pesados e angulosos anéis, quase lhe destroçando a cabeça e por pouco não matando o pobre rapaz.

Mas vamos ao causo e aos causadores: ao invés de Spindler colher um auto de corpo de delito, simplesmente prendeu Maurer em seguida e Lúcio Schreiner seguiu prendendo mais 32 pessoas, o que foi novamente uma orientação dos jesuítas. Fui obrigado a considerar Lúcio Schreiner como cúmplice, bem como o Spindler em 2º lugar. Algumas destas criaturas chegaram ao ponto de introduzir os padres em diversas casas com a finalidade de tentar a conversão ao catolicismo, por exemplo: Philipp Sehn, que Lúcio Schreiner convocava nos interrogatórios como testemunha preferencial, apesar dele não poder ser indicado como testemunha, pois era signatário da acusação. Após a libertação dos 33 presos a história teria adormecida pacientemente, se a imprensa de tempos em tempos não tivesse novamente badalado os sinos. Mas quem poderia alegrar-se com as tentativas de excitação? Somente quem interesse nisso. São aquelas pessoas que perderam algumas ovelhas do seu curral e têm o grande desgosto de não poder reconduzi-las, apesar de todas as tentativas possíveis.

Lúcio Schreiner usou de malícia ao vos participar que na sua excursão de 23 de novembro de 1873 encontrou-me na casa de Maurer. Se eu realmente lá teria estado, então seria somente para cumprir com uma promessa feita ao Dr. Sampaio e ao Dr. cel. Hillebrand, pela qual me comprometi a observar essa gente e suas ocupações e em caso de necessidade, comunicar-lhes fazendo um relatório. O que aconteceu, na verdade, Lúcio Schreiner encontrou-me no meu regresso acompanhado da sua escolta; achei-o muito misterioso e observei que haviam diversas pessoas em sua companhia que deixavam dúvidas quanto ao relacionamento com Maurer, e sem que ele notasse, me juntei ao séquito que certamente iria à casa de Maurer, que já havia sido aprisionado na parte da manhã. Como ele não respondeu à reportagem Nº 98, do “Deutsche Zeitung” [=Jornal Alemão], do ano passado, resolvi escrever <eu mesmo> um desmentido e entregá-lo para o Alexander Klein, oportunidade em que encontrei na casa de Peter Kröff, o professor Weiss e o padre Feldhaus, que logo começaram a palestrar sobre diversos artigos publicados no jornal “Deutsche Zeitung”, contra Maurer, bem como sobre os autores dos mesmos. As palavras de Feldhaus: “Sim, trate de sair logo desta estória!”, me chamaram a atenção e de imediato respondi: “Sim, eu vou encaminhar um desmentido ao J. Dillenburg [?]” - “Sim, sim”, disse ele. E nós nos separamos. O que significa isto? Será que o vento mudou de lado e os espertos senhores abandonaram o caso com as mãos lavadas?

O caso mereceu um teste: portanto, mandei o meu relatório para o “D.Z.” [5] para o Sr. Dillenburg e pouco tempo depois recebi a seguinte carta: “São Leopoldo, 19 de dezembro de 1873. Somente poderei publicar o [manuscrito] que me foi enviado, como publicação à pedido. O custo será de 100 rs. [cem réis] por linha, mediante pagamento antecipado. Caso esteja de acordo, o Sr. poderá divulgar suas matérias

através do meu periódico. Caso contrário, lhe devolverei o manuscrito através de minha Agência de Hamburgo Velho incontinenti à sua resposta. Atenciosamente J.Dillenburg."

Estes senhores querem mesmo fazer bons negócios. A proposta me era muito cara para dinheiro bom e não deixei passar muito tempo e respondi: "Atualmente Novo Hamburgo, 25 de dezembro de 1873. Acuso o recebimento da sua prezada comunicação de 19.12.1873 e peço manter o referido manuscrito em seu poder, até nosso provável breve encontro. J.G.Klein."

Em seguida, recebi a seguinte breve resposta: "Da data do recebimento do seu manuscrito até hoje, ocorreram mudanças e estou na impossibilidade de publicá-lo em meu jornal, de maneira alguma publicarei sua matéria, não obstante, me coloco à disposição para levar seu caso ao fórum como "impresso em separata". Humilmente, J.Dillenburg."

Resposta tão rápida e sem data? O dinheiro ele quer ganhar mas não quer identificar-e com o caso. Pouco tempo depois, encontrei-me em São Leopoldo, não lembro mais em casa de quem, com meu compatriota J. Dillenburg, que me disse apressadamente e olhando atônito em torno de si: "Não pude publicar vosso caso. É impossível! o senhor conhece minha posição (isto eu realmente desconhecia até aquele momento). Mas eu vou imprimir vosso assunto em forma de brochura."

Brochura? Mas que diabo! exatamente as idéias do padre, durante nosso diálogo no Kröff!. Muito obrigado.

Isto significaria retirar as castanhas do fogo, e ainda às custas do meu dinheiro! Exatamente o plano do velho Pe.Wolffenbüttel. Mas, o que está em jogo?

Pouco tempo depois, a grande petição do professor Demolz apareceu sobre o tapete em Campo Bom. Para que a coisa se tornasse mais atraente, os senhores padres fizeram uma tradução para o alemão que expuseram em diversos locais públicos, mas não foi bem recebida, por exemplo: nas redondezas da Baumpikade conseguiram 18 (dezoito) assinaturas, mas na Picada Bom Jardim, muitos exigiram a retirada de seus nomes e no Sr. Jacob Knierim está uma página inteira com todas as assinaturas riscadas. Muitas pessoas assinaram propositadamente com nomes falsos, coagidos pelo subdelegado e que estava abusando de sua autoridade. Igualmente, na maioria dos nomes foram feitas rasuras a posterior.

Freqüentemente um assinava o nome do outro, o que faz lembrar o Juiz Carlos, onde todos assinaram, porém com nomes trocados. Voltando à tradução: encontrei uma tradução na casa de um amigo e parente próximo (sobrinho). O homem me disse

que os padres, nem de longe, fizeram aquela tradução tão agressiva como o original em português. O pessoal ficou com a impressão que a tradução fosse uma clemência para com os Maurer, mas ela foi propositadamente suavizada apenas para as pessoas perderem o medo pelas conseqüências que poderiam advir com suas assinaturas.

Eu pedi que me cedesse uma dessas traduções manuscritas jesuíticas, por alguns dias, mas como isso me foi negado, manifestei então o desejo de fazer uma cópia [transcrição] no próprio local sob o olhar do dono da casa, mas como isso iria contradizer as condições estabelecidas pelo padre, também me foi negado. Em todos os lugares os padres têm suas mãos [controlam tudo]. Mais uma vez quero retroceder para dizer que enquanto Lúcio Schreiner mantinha boa amizade comigo, mesmo mantendo profundo silêncio sobre seu relacionamento com os Jesuítas, em outros assuntos, geralmente era muito comunicativo, por exemplo: contou-me dos desmandos e desserviço prestados pelo escrivão Laitano de Hamburger Berg [4]. Lúcio Schreiner pediu-me que escrevesse um severo artigo, criticando pela imprensa, este e outros desmandos. Concordei com o seu pedido e entreguei o documento ao agente Alexander Klein. Como não surgiu a publicação, perguntei então ao Alexander Klein, se realmente teria enviado-o, mas com grande surpresa recebi a seguinte resposta: "Não! porque este artigo mesmo não seria aceito para publicação!" O jornal Deutsche Zeitung mostrava-se, sem justificado motivo, muito agressivo e nervoso contra minha pessoa. Quanto ao caso, tanto Lúcio Schreiner como todos seus irmãos, demonstraram a mais confortável índole de sinceridade e bondade. Como parente e confiável amigo de longos anos, ninguém os conhecia melhor do que eu. Na verdade, sobre meu compadre Peter Schreiner, já formei minha opinião pessoal há muito tempo: em suas palavras nota-se a preocupação que ele tem em esconder seus verdadeiros pensamentos e suas intenções. Em uma extensa carta que eu dirigi ao Lúcio Schreiner, como amigo e parente, descrevi toda a desonestidade e hipocrisia dele, o que também eu gostaria de transmitir para V.S. se não fosse tão extenso. Sim, já critiquei inúmeras vezes conscientemente e muito ásperamente a figura de C. v. Koseritz, com a intenção d'ele transmitir isso a V.S., dando-vos motivo de escrever-lhe e ser forçado a lhe mandar o original. Para convencer V.S. da exatidão do meu relato, quero apenas dizer-lhe que, quando outrora V.S. confiou-lhe encargos e a incumbência para lhe entregar a matéria publicada contra Curtius, Lúcio Schreiner simplesmente fez uso da procuração para unir-se a Curtius. Quanto a questão Schumann de Nova Petrópolis, J. Link[?], ele externou suspeitáveis e cordiais saudações, na minha presença e do homem que trouxe as ordens de V.S. de Porto Alegre.

Este homem com seu inconstante caráter e falsa conduta prestou ao povo, à imprensa alemã e parcialmente à brasileira e aos jesuítas um enorme serviço que

nem dezenas de coadjutores e a própria imprensa católica em longos anos teriam conseguido. Não vamos nos aborrecer demasiadamente e pensemos como o velho Napoleão: “O erro [dos turcos] foi tão imbecil que não podia ser previsto.” De que modo Lúcio Schreiner deixou-se subornar? Pela bajulação ou o dinheiro dos padres? Luiz XI opinava: “Todos são subornáveis, alguns pelo dinheiro, outros pela bajulação, todos são igualmente corruptos”. Quem corrompeu Lúcio Schreiner? Quem o conhece como eu, tem de admitir que o dinheiro lhe é mais atraente do que a bajulação. Seu procedimento tem várias facetas, e a mim causou a impressão que no final das contas tratou-se de um negócio pecuniário (para não dizer extorsão). O editor de um certo jornal disse-me com toda franqueza que pela pronta venda de determinado número de exemplares de seu jornal e outras “ajudas” financeiras, iria imediatamente tomar a “defesa” de Maurer! A maioria aqui opina sobre a existência de uma “caixa forte” [Große Kasse] de onde retira-se dinheiro a vontade. Mesmo antigos partidários de Maurer são dessa opinião e como seus planos de empréstimos falharam, tornaram-se venenosos adversários e caluniadores de Maurer. É uma violenta loucura! Nenhuma dessas pessoas explora um negócio lucrativo e cada um necessita muito o que possui e o que adquire. Mesmo Maurer pode ter ganho alguma coisa com suas curas, mas na minha opinião, não possui nada. As duas viagens ao Rio de Janeiro e suas duas estadias em Porto Alegre, devem ter absorvido tudo o que possuía; ele foi obrigado a interromper, por duas vezes, o cultivo da roça e as colheitas, perdidas. Tudo isso que aqui afirmo são observações e estimativas minhas. Nunca falei nem com Maurer nem com sua mulher sobre este assunto. A minha posição sobre tudo isto é [ilegível - folha dilacerada - como diz Mephisto, no drama “Faust” de Goethe] “que em nada[ilegível - folha dilacerada]...” Respeito e consideração me dizem para fazer uso de tolerância e [ilegível - folha dilacerada] como Maurer trata bem sua pobre mulher, minha cunhada, a despeito da grande carga de trabalho que lhe causam, afetuosamente e com esmero, motivo pelo qual preciso lhe dar atenção e procuro protegê-lo nos seus direitos. Quem em semelhantes condições familiares pensar e agir diferentemente, pode ser tudo, mas não um bom ser humano. Mas eu não compreendo como neste caso, e considerando sua grande ingenuidade, quanto mais fico observando, ainda existirem pessoas que espalham um vergonhoso alvoroço mundo afóra. Mas é preciso levar em consideração que é preciso descontar 99% destas maldades e invenções levianas. Este caso deu um grande golpe à colonização e a nossa cultura alemã. Por que estas malévolas, fétidas e mentiras inventadas e publicadas no Nr. 23 do “Deutsche Zeitung”! contra o Robinson e a minha pessoa? Posso comprovar com documentos legais que o assunto é bem diferente do que estes perversos mentirosos [ilegível] em suas escritas e o que os covardes e patifes afirmam. Não importa! Quem me conhece [ilegível - folha dilacerada] no estado das

coisas [ilegível] quanto ao assunto Robinson c/a Baier que foi tratado publicamente no fórum da Baumschneis [Dois Irmãos]. Quem me conhece despreze os mentirosos e aquele que não me conhece deve esquecer estes caluniadores. Na elaboração deste vergonhoso artigo foi ainda incluído, de forma ridícula, o Julius Curtius, conforme suas palavras ditas em casa de J. Nitsche, na minha presença e de mais dois homens muito conceituados. Eis a forma de revanche pelos inúmeros e importantes serviços que lhe prestei, atendendo a apressados apelos verbais e escritos de amigos a quem devo inúmeros favores que de outra maneira eu não saberia saldar. No dia 24 de janeiro de 1874 um padre “à paisana” viajou no vapor “Guahyba” de Porto Alegre à São Leopoldo, comportando-se como verdadeiro emissário contra o governo, criticando durante o tempo todo, o chefe de polícia Dr. Sampaio, por este ter libertado Maurer e sua mulher, aprisionados em Porto Alegre. Diversas pessoas interessadas em conhecer a identidade deste cidadão não conseguiram ouvir seu nome, dito ao escrivão Oellrich em voz baixa e quase imperceptível. Quando surgiu a petição dos 42, no Curtius, o padre Feldhaus apareceu na casa dele imediatamente para fazer [ilegível] Ele foi avisado. Veio um padre depressa na casa do Sehn, fazendo tentativas de reversão. Como nada conseguiu, dirigiu-se então às mulheres, perguntando-as se elas achavam certo não freqüentarem a igreja e nem irem ao confissionário há tanto e tanto tempo, recebendo a seguinte resposta:

– “Sim, justamente devido a infame e perversa confissão é que nos afastamos da igreja”. O que as pessoas trazem à público é que nas famílias das jovens esposas dos irmãos Sehn, um dos padres tentou seduzí-las no confessionário, também uma moça solteira.

Schalley diz: “Judeus e Jesuítas não perdoam, assim como ninguém os perdoa!”. Como represália, Sehn foi acusado de criminoso suspeito.

Hoje, 1º de junho de 1874, finalmente fiquei sabendo que a grande petição Damolg somente foi distribuída [copiada] por Damolg, mas redigida em São Leopoldo por Lúcio Schreiner e muito provavelmente foi ditada por jesuítas. [inserido a posterior com letra minúscula por falta de espaço] Ainda devo observar que há tempos Lúcio Schreiner me disse que os jesuítas perceberam que a influência de Maurer era muito maior que a dos padres [ilegível - letra minúscula por falta de espaço] disse-me que de Lúcio Schreiner estão causando indignação geral.

O fato de Koseritz ainda soprar no mesmo trombone com V.S. [? frase não faz sentido; sujeito e destinatário é a mesma pessoa] não modifica a situação para melhor. Muitos já sentiram isto com amargo desgosto e sensível perda e me revelaram que V.S. está tentando enxotar as lebres que o senhor não está conseguindo capturar. para a cozinha deles, pois Kose=Ritz também perde sua atração com o

passar do tempo. O seu processo contra Maurer iniciado com Spindler simultaneamente em São Leopoldo e Porto Alegre, por alegados [Termobruches = quebradores de termos de contrato]. onde Maurer foi condenado, está sendo interpretada pela comunidade, abertamente, como uma repugnante patifaria. Antigamente V.S. recebia queixas freqüentemente de jovens que se portavam como verdadeiros salteadores e que pela sua perversidade incomodavam e traziam insegurança em toda esta região e nas reuniões dançantes causaram verdadeiros derramamentos de sangue. Quanto a minha queixa à respeito de um desses elementos, evadido da guarda e disciplina paternal, vagabundeando durante um ano na minha vizinhança, importunando e molestando-me com roubos de toda espécie, causando destruição na minha plantação, ofendendo e perseguindo minha mulher e meus filhos, maltratando os meus animais, ao invés de ter sido recrutado juridicamente [encarcerado], apenas consegui de V.S. o afastamento desse elemento aqui da região. Isto foi amplamente divulgado por toda parte por vossos adeptos (ou ainda alunos?) Spindler e Sehn e divulgado pelo jornal "Deutsche Zeitung" excitando mais ainda este mau-elemento contra mim. De uma forma totalmente exagerada V.S., agindo contra a Lei, mandou recrutar dois jovens que estão gozando da melhor reputação. É esta a sua Justiça? O mundo denomina isso como sede de vingança e perversidade. Christian Richter terá de servir durante três meses e depois terá de apresentar um substituto e certamente mais tarde fará parte do grande grupo dos que foram vossos amigos. O outro jovem recrutado será libertado pelo Dr. Barcellos. Este senhor é tão inteligente, que sabe ganhar dinheiro, ao passo que V.S. só sabe fazer inimigos, não ganhando nada pelo vosso tempo e dinheiro gasto.

O Dr. Barcellos também foi tão amável em declarar que a substituição do delegado Lúcio Schreiner, já foi providenciada. O Dr. Barcellos sabe como conservar amigos e colaboradores. Um cidadão muito conhecido em todo o município e estimado pela maioria dos moradores, disse-me recentemente: "Lúcio Schreiner teve apenas poucos amigos (poucos os que o aturam) e esta minoria, agora, ele ainda transforma em seus inimigos. Quando algum dia sentir a falta do seu ordenado, começará a aprender com seus erros. Eu estou convencido que esta probabilidade agora já é irreversível. Até parece ele ter ouvido de V.S. aquilo que Spindler sempre diz: "Vou exercer o meu cargo de maneira tal, que até os netos falarão de mim" o que já está acontecendo, porém com o oposto sentido de como o ofuscado homem sonhava e pensava. E isto acontece mais rapidamente porque V.S. o induziu a assinar os documentos de novembro do ano passado, referentes à prisão, confisco, recrutamento, denúncia, etc., como se de sua autoria fossem. Isto V.S. fez tipicamente ao estilo de Schreiner! Quem hoje em dia ainda quer exercer barbarismo, algum dia será repudiado pela humanidade. Ninguém escapa do castigo seguindo essa doutrina. V.S. fez

queixa diante de Mathias Schröder pelas críticas proferidas, ou algo semelhante, contra o falecido pai [do Lúcio Schreiner]; todo parentesco estaria ofendido e injuriado. Devo responder o seguinte: - Todos são sentenciados pelos seus atos e a boca da história não pode ser tapada.

Semelhantes sindicâncias e complicados relatos, revelaram que o velho cidadão quando residia em Taquary, ou mesmo em outros lugares, sempre portou-se como grande desordeiro, fez um papel semelhante ao ouriço sem abrigo, aceitou ser alojado na casa do falecido Johann Englert, a quem como o ouriço mal-agradecido e malvado, quase expulsou o coelho de sua toca [por invejas e brigas]. V.S. pessoalmente contou-me a história do muro que ajudou a construir à noite, com a finalidade de fraudar a posse da terra do Sr. Johann Englert. As conseqüências para o Sr. Englert, conforme ele mesmo me contou, foram os custos de um dispendioso processo e a perda de uma parte de um patrimônio honestamente adquirido. Georg Jacob Müller, na época empregado na casa do pai [do Lúcio], me contou igualmente este episódio. Este indivíduo me fez lembrar outro assunto: era sabido que o velho pai estava muito empenhado em se apoderar da já existente herança originária do lado materno dos irmãos de sua mulher, dos cunhados e do velho e muito bondoso sogro, cuja propriedade também ambicionava. O restante deste patrimônio foi empregado pelo filho Jacob Müller na compra de uma colônia na Baumpikade [Dois Irmãos]. Jacob Müller posteriormente adonou-se daquela colônia por usurpação, auxiliado nesta trapaça pelo velho Schreiner e mulher que não mediram esforços para defendê-lo contra as reivindicações dos outros irmãos Müller, principalmente o Franz.

Lúcio Schreiner disse-me pessoalmente: “Nós, melhor dito, meus pais e meus parentes, arranjaram o assunto de modo que Jacob Müller seja o único proprietário, pois ele tem uma numerosa família e os outros membros da família, caso ocorresse um fracionamento da colônia, quase não teriam benefício”. Isto foi algo parecido com a caridade de Chrispim, presentear os pobres com os sapatos feitos com couro roubado. Mas a questão é ainda suspeita e pior: o falecido avô contava que Jacob Müller tinha cedido seu filho Georg Jacob Müller ao velho Schreiner, como trabalhador pelo período de dois anos e meio, em agradecimento pela “ajuda” prestada para conseguir a “posse” da dita colônia. Eu fiz recentemente pesquisas sobre Georg Jacob Müller, e descobrí que ele realmente trabalhou todo aquele tempo sem ser remunerado. Diante deste quadro, temos a confirmação que o velho alfaiate de Hennweiler [55765-Ellweiler] Friedrich Schreiner organizou tudo de modo que em caso de algum dos filhos [do G.J.Müller] andassem em seu caminho, poderão contar com enormes vantagens. Aparentemente esta é a verdade. Em primeiro plano, está a viagem de Krämer e Schmitt ao Rio de Janeiro, que custou aproximadamente 5:000\$000 (cinco

contos-de-réis), isto é, dois contos-de-réis correspondem a uma dívida antiga em favor do Krämer (honorários) e três contos-de-réis correspondem às despesas de viagem, recreações/passeios e diversas dispendiosas miudezas. Simultaneamente o negociante em ouro Geyer [Ignacio Guilherme Geyer?], no Rio, pede informações sobre um débito em São Leopoldo (esse último me parece uma fábula). Nosso processo contra Ruppenthal, bem como a visita e hospedagem de nosso advogado na casa de nossos adversários, durante o processo, ressuscitou dos mortos e está causando fantasias. Em *Hamburger Berg* [Hamburgo Velho] tanto naquela oportunidade como agora, muito se discutiu sobre este assunto. Tudo foi novamente revolido por causa de seu cego e hostil procedimento contra Maurer, no qual V.S. se denuncia duplamente suspeito e deveria ter-se retirado incondicionalmente. Um amigo recentemente disse-me: “Se eu tivesse esse irmão, que ora é cego, ora louco e que durante sua loucura queria matar o sogro, eu teria todo o cuidado de não falar da situação anormal dos outros e fazer agitação contra eles. Da irmã e da sobrinha destes irmãos nem quero falar. Maurer e consortes nunca foram surpreendidos na tentativa de assassinar alguém. Acredito porém que Friedrich [Schreiner] possui irmãos mais cegos e loucos que ele próprio. V.S. não deve acreditar que este homem é um amigo de Maurer, Deus me livre.”

O mesmo, há poucos dias, me escreve textualmente: “Como Lúcio Schreiner é um adversário de Maurer, não posso impedi-lo no seu caminho, pessoalmente porém, sou contra Maurer, porém ...” Vide pois, como o pré-julgamento já é público! Este cidadão, seu amigo, declara V.S. simplesmente como inimigo de Maurer e V.S. quer ser juiz e conselheiro, apresentando-se formalmente partidário. Exatamente como V.S. utiliza os inimigos e acusadores de Maurer como testemunhas.

Para sua surpresa: como V.S. citou-me na resposta [Retour-Chaise] do Nr. 23 do “*Deutsche Zeitung*”, quero lhe citar um verso de Shakespear declamado pelo rei Ricardo III, a quem as almas dos perseguidos e assassinados gritavam durante seus sonhos: “Amanhã almejo estar sentado com todo o meu peso sobre a tua alma, desespera e morra!”

É provável algum dia V.S. sentir em sua alma um peso como uma carga de chumbo por causa de seu procedimento contra ou por causa de Maurer. “O inesperado acontece com frequência!” Não pense que os falsos aplausos da população ignorante vão colocar V.S. em segurança! A popularidade é um embuste! As Cruzadas também foram aplaudidas pelo povo em sua época. Custaram a vida de aproximadamente 7 milhões de pessoas, mas hoje são condenadas como uma loucura dirigida abusivamente pelo egoísmo papal [eclesiástico]. Durante a Guerra dos 30 Anos não foi diferente e agora ao último quarto de século XIX, querer acionar uma campanha

de perseguição por crenças religiosas, não passa de uma loucura infantil, quando não uma possível e ultrajante extorsão pecuniária, tentada por certos funcionários, como diversas pessoas já o estão afirmando. “Que os raios partam os colonos que não estão em condições de me sustentar!” disse certa feita um inimigo e parasita dos colonos. Se V.S. não compreender isto, quero lembrá-lo e a mim mesmo das palavras escritas e dirigidas à V.S. pelo falecido farmacêutico Schäfer: “Não seja ridículo apresentando-se a mim como advogado, ainda que V.S. o faça diante dos ignorantes agricultores, com o propósito de esvaziar a carteira de dinheiro deles!” Agora V.S. com certeza recebeu uma carta do Klein! A única questão que ainda existe e nos separa, é a diferença de 35 e 21 mil-réis e uma vez resolvida esta questão, espero não nos darmos mais oportunidades para troca de nova correspondência. Não é um prazer ter contatos com pessoas que sem motivo algum e com perseverância iniciam uma polêmica jornalística covarde e traiçoeira, como está sendo mantida contra Maurer e também, as vezes contra mim. Estas pessoas [Schreiner, Dillenburg e Koseritz] pronunciam sua própria sentença quando afirmam jubilosos em sua infâmia que o caminho para as vítimas se defenderem lhes foi interceptado. Estes “lobos” confirmam que mais se prestam para carrascos, assassinos e salteadores de estradas ao invés de lutadores honestos. Entre esta espécie de gente o chefe de polícia deveria ter procurado os assassinos. Autores intelectuais dos crimes eles não são.

Um andarilho rejeitado pela noiva, um balastrac cornudo [no sentido de ser rejeitado pela noiva] e um Ritz [Koseritz] muitas vezes curtido [no sentido de ausência de ética], formam um trio admirável e audacioso.

[Em letras pequenas para aproveitamento do espaço existente na extremidade inferior esquerda da carta]:

Não devemos esquecer a história da “Sobra” que eu, com muito custo, investiguei entre a Picada 48 e a Baumpikade e conforme combinado com V.S., para o senhor fazer a intermediação para a aquisição legal, convidando como terceiro parceiro o capitão Franz Dillenburg. Eu queria que Dillenburg participasse, porque ele pouco tempo antes, por ocasião da eleição, mostrou-se muito prestimoso a seu favor. E V.S. sumamente agradecido, portou-se de uma maneira muito infame, dizendo-me na cara: “A Sobra eu reservei para mim, porque era muito pequena para três!” Foi bonito o que lhe aconteceu como com tudo que tendes explorado, confirmando as palavras de Spindler: “Quem toma este (Lúcio Schreiner) (quer dizer: como advogado), certamente perderá tudo!”

[Também em letras pequenas, para aproveitamento do espaço existente na margem inferior direita]:

O homem recorda involuntariamente as palavras de Langbein em “Boné Batizado”: “Apanhe novamente a tesoura e o ferro de engomar, do contrário será expulso!”.

(A “Sobra” foi agora comprada por Johann Oetz).

J.G.Klein.

[1] Abaixo-assinado de 42 pessoas, pedindo providências contra os Mucker.

[2]: O imigrante alemão Jacob Dillenburg, no ano de 1871, fundou nos fundos do Colégio dos Jesuítas em São Leopoldo, um jornal alemão cujo nome era *Deutsche Volksblatt*. Foi o primeiro porta-voz do mundo católico do Rio Grande do Sul e principal oponente ao também jornal editado em alemão, de Porto Alegre, *“Deutsche Zeitung”*, de propriedade do destinatário da carta, Carl von Koseritz. No ano de 1874 Dillenburg vendeu seu negócio para a congregação dos Jesuítas. A direção do jornal passou às mãos do Pe. Mathias Müsch até o ano 1890. Circulou de forma ininterrupta durante quase 70 anos. Vide doc. nr. 132.

[3] Alexander Klein, comerciante em Hamburgo Velho, *1806 †1886 cc Anna Maria Philippsen *1807 †1884. Sepultados no cemitério católico de Hamburgo Velho ao lado de um filho. Na lápide ainda consta: // *Trostlos weint der Eltern Klage / An des einz'gen Kindes Grab / Jede Hoffnung ihrer Tage / Sank mit in die Guft hinab* //. Quanto ao Grovermann, provavelmente trata-se do também comerciante de São Leopoldo, Carl Grovermann.

[4] Vide Doc. 126.

[5] Aqui Klein se enganou: Dillenburg era proprietário do jornal *“Deutsche Volksblatt”* de São Leopoldo, portanto a abreviatura que ele certamente queria usar era D.V. e não D.Z.

*12.4.1830, perto de Hannover e era cc 15.2.1859 cf. Igr. Ev. H. Velho, Elisabeth Habigzang, filha de Carl Ludwig Habigzan & Philippine Brenner de Hamburgo Velho.

Fonte: arquivo particular de Elma Santana.

[Tradutores: Ernani Haag e Ingobert Karl Niewöhner]

Esboço de uma Bibliografia da Revolução Rio-Grandense de 1923

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Transcorreu, em 2003, o 80º aniversário da Revolução de 1923, também conhecida como Revolução Libertadora ou Revolução Assisista.

Salvo engano, ainda não foi realizado um levantamento bibliográfico mais extenso dessa Revolução. É o que se pretende neste trabalho.

Para tanto, procurou-se listar, tanto quanto foi possível, o que se publicou sobre o assunto, não esquecendo artigos de jornal e panfletos assinados. Foi risco calculado, com a certeza de que o levantamento sempre estaria incompleto, mas, em contrapartida, provocando possíveis leitores a trazerem suas contribuições e retificações. Daí, a denominação de **Esboço**, que não tem outra finalidade senão contribuir como ferramenta de trabalho aos interessados no tema e na História do Rio Grande do Sul.

ABRÃO, Nicolau da Silveira - ver CASSOL, Arnaldo Luiz e, cit.

ADAMI, João Spadari - História de Caxias do Sul. 1864-1962; Caxias do Sul. São Miguel, 1962, 1º tomo.

ALMEIDA, J. A. Pio de - Um Guerreiro de Dois Mundos; in Correio do Povo. Porto Alegre, 20 e 27/05/1973.

ALMEIDA, João Pio de - Borges de Medeiros. Subsídios para o Estudo de sua Vida e de sua Obra; Porto Alegre. Julio Dias Allend. 1928.

ALMEIDA, Valêncio dos Santos - Esboço Histórico do 1º Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul durante os Anos de 1923 a 1937; inédito, texto datilografado.

ANNAES da Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul 1922-1923, 31ª Sessão Ordinária; Porto Alegre, A Federação, 1923.

ANTONACCI, Maria Antonieta - A Revolução de 1923 : As Oposições na República Velha; in Dacanal. José Hildebrando e Gonzaga, Sergius (org.), cit.

ANTONACCI, Maria Antonieta - RS : As Oposições & A Revolução de 1923; Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

ANTUNES, José Narciso e outros - Ao Rio Grande do Sul: São Gabriel. s.n., s. d. [1923], panfleto.

- ARANHA, Oswaldo - Discursos (1916-1931); Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999, org. por Carmen Aita e Gunter Axt, Perfis Parlamentares Gaúchos, nº 4.
- ARAÚJO, Rubens Vidal - A Hora Final do Capitão Brizola: in Zero Hora, caderno D, Porto Alegre, 10/04/1988 (contestado por Francisca Brizola Rotta e Paraguassu de Moura Brizola, em carta ao jornal, publicada em 12/06/1988, e por Pedro Ivo dos Santos, in Correio do Povo, Porto Alegre, 08/05/1988).
- ARDENGHI, Lurdes Grolli - Caboclos, Ervateiros e Coronéis. Lutas e Resistência no Norte do Rio Grande do Sul; Passo Fundo, UPE, 2003.
- ASSIS BRASIL, Cecília - Diário de Cecília Assis Brasil (1916-1928); Porto Alegre, L & PM, 1983, org. por Carlos Reverbel.
- AXT, Gunter - Constitucionalidade Debatida : a Polêmica Carta Estadual de 1891; in Justiça & História, Porto Alegre, 2002, vol. 2, nº 3.
- AXT, Gunter - Contribuição ao Debate Historiográfico Concernente ao Nexo entre Estado e Sociedade para o Rio Grande do Sul Castilhistas-Borgistas; in Revista Métis : História & Cultura, Caxias do Sul, EDUCS, 2002, vol. 1, nº 1.
- AXT, Gunter - O Poder Judiciário na Sociedade Coronelista Gaúcha (1889-1930); in Revista da Ajuris, Porto Alegre, 2001, nº 82.
- AXT, Gunter - Votar Por Quê ? Ideologia Autoritária, Eleições e Justiça no Rio Grande do Sul Borgistas; in Justiça & História, Porto Alegre, 2001, vol.1, nº 1 e 2.
- BANDEIRA, Alípio - Apelo aos Republicanos; Porto Alegre, Barcellos, Bertaso & Cia., 1923.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin - Lagoa Vermelha e sua História; Lagoa Vermelha, IMPLA, 1974.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin - Nova História de Lagoa Vermelha; Porto Alegre, EST, 1981.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin - O Combate da Encruzilhada; in Correio do Povo, Letras e Livros, Porto Alegre, 22/01/1983, 05/02/1983 e 19/03/1983.
- BARCELLOS, Rubens de - Estudos Rio-Grandenses. Motivos de História e Literatura; Porto Alegre, Globo, 1960, 2ª edição, coleção Província, vol. 7, coligidos e seleccionados por Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho.
- BARCELLOS, Rubens de - Reflexões sobre a Revolução de 1923; in Província de São Pedro, Porto Alegre, 1949, nº 7.
- BARRETO, Fernando - Album dos Bandoleiros. Revolução Sul Rio-Grandense 1923; Porto Alegre, Revista Kodak, 1924.
- BELÉM, João - História do Município de Santa Maria (1797-1933); Santa Maria, UFSM, 1989, reedição.
- BELTRÃO, Romeu - Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho (1787-1930); Canoas, La Salle, 1979, 2ª edição.

BEM, Baltasar Guarany de - Memórias; Porto Alegre, s.n., 1958.

BENTO, Claudio Moreira - Canguçu, Reencontro com a História. Um exemplo de Reconstituição de Memória Comunitária; Porto Alegre. IEL, 1983.

BINDÉ, João Arbo - Revolução de 1923; in Correio do Povo, Porto Alegre, 14/04/1973.

BRILHANTE, Ismael O. - No Ápice da Glória. Heróis da Brigada Militar; Porto Alegre, s.n., 1979, vol. I

BROSSARD, Paulo (org.) - Idéias Políticas de Assis Brasil. Estudo Introdutório; Brasília, Senado Federal: Rio, Fundação Casa de Rui Barbosa. 1989. 1º volume.

BRUM, Eliane - Honório Lemes sai do Ostracismo e Ressuscita; in Zero Hora, Porto Alegre, 30/09/1990.

BUSATO, Benjamin Luiz - Meu Erechim Cinquentão; Erechim, Carraro. 1968.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo - A Revolução de 1923; in Anais do II Seminário de História Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos; Getúlio Vargas, Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas/Prefeitura Municipal, 2004.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo - Acerca de Provisórios; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº134, 1999.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo - O Complô do Centro Republicano de Porto Alegre; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 136, 2001.

CAETANO, Arthur - O Povo contra a Tyrannia. Discursos Parlamentares; São Paulo, Empresa Editora Rochéa, 1925, 2ª edição.

CAFRUNI, Jorge E. - A Coluna Menna Barreto. Subsídios para a História da Revolução de 23; in O Nacional, Passo Fundo, série de artigos publicados em 1958/59.

CAFRUNI, Jorge E. - Antecedentes da Revolução de 23 em Passo Fundo; in Correio do Povo, Porto Alegre, 08/07/1973.

CAGGIANI, Ivo - 2º Regimento da Brigada Militar (2º RPMon), o Heróico; Livramento, EDIGRAF, 1997.

CAGGIANI, Ivo - A Dupla de Leões da Serra do Caverá; in Zero Hora, Porto Alegre, 14/02/1998.

CAGGIANI, Ivo - A Última Carga de Lança Gaúcha; in Zero Hora, Porto Alegre, 12/06/1999.

CAGGIANI, Ivo - Clemência para o Espião Paz; in Zero Hora, Porto Alegre, 04/07/1998.

CAGGIANI, Ivo - Flores da Cunha. Pensamento Político; Porto Alegre, Pol Ost, 1993.

CAGGIANI, Ivo - Honório Lemes e o Comunismo; in Zero Hora, Porto Alegre, 10/04/1999.

CAGGIANI, Ivo - Honório Lemes, um Herói Popular; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1999.

CAGGIANI, Ivo - João Francisco, a Hiena do Catí; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1988.

- CAGGIANI, Ivo - Sant'Ana do Livramento, 150 Anos de História; Livramento, A Platéia, 1984, 2º volume.
- CALDAS, Pedro Henrique - Zeca Netto & A Conquista de Pelotas; Pelotas, Semeador, 1993.
- CALLAGE, Roque - O Drama das Coxilhas (Episódios da Revolução Riograndense -1923); São Paulo, Monteiro Lobato & Co., 1923.
- CAMPOS, Peti Silveira - Os Dois Estilos do Caudilho Flores da Cunha; in Zero Hora, Porto Alegre, 20/12/1998
- CARNEIRO, Glauco - História das Revoluções Brasileiras; Rio. O Cruzeiro. 1965, 1º volume.
- CARNEIRO, Glauco - Lusardo, o Último Caudilho; Rio. Nova Fronteira, 1977, 1º volume.
- CARONE, Edgard - A República Velha II. Evolução Política (1889-1930); São Paulo, DIFEL, 1977.
- CARONE, Edgard - Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938); São Paulo. Buriú, 1965.
- CARRARO, Geder - ver MENEGATI, Altair José e, cit.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de - Memórias. Dados para a História do Brasil; Rio. s.n., 1950.
- CARVALHO, General Setembrino de - A Pacificação do Rio Grande do Sul. Documentos mandados publicar pelo General Setembrino de Carvalho; Porto Alegre, Barcellos, Bertaso & Cia. - Livraria do Globo, 1923.
- CARVALHO, Setembrino de - A Pacificação do Rio Grande do Sul em 1923; in Província de São Pedro, Porto Alegre. 1949, nº 14.
- CASSOL, Arnaldo Luiz e ABRÃO, Nicolau da Silveira - Coronel Coriolano Castro. Fragmentos das Revoluções 1893-1923-1932; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1983.
- CASSOL, Ernesto - O Combate nos Quatro Irmãos; in revista Destaque, Erechim, 01/04/1978.
- CASSOL, Ernesto - O Combate nos Quatro Irmãos; in Anais do II Seminário Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos; Getúlio Vargas, IHGGV/Prefeitura Municipal, 2004.
- CASTELLANO, Nívio - Efemérides Vermelhenses. Notas para a História de Lagoa Vermelha; s.l., s.n., 2002. revisão e apresentação de Ney Eduardo Possapp d'Ávila.
- CASTILHOS, Raul e MARQUES, Abelardo - Filho de Honório Lemes conta as Façanhas do "Leão do Caverá"; in Folha da Tarde, Porto Alegre, 25/01/1973.
- CAVALCANTI, Abelardo - Os Bravos não Morrem. Cenas do Sul; Caxias do Sul, Paulinas, 1979.
- CHERUBINI, Humberto - ver Giacometti, Fortunato e Polesso, Hermenegildo e, cit.
- CIBILIS, Luís Alberto - Tapes. Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro; Porto Alegre. Champagnat, 1959.
- COLLOR, Lindolfo - A Campanha Presidencial do Rio Grande do Sul (1922-1923); Porto Alegre, Globo, s.d.

CORRÊA, Adalberto - O Brasil Inquieto. De 1922 a 1937. Memórias; s.l. [Rio], s.n. [Antonio Guedes de Holanda], 1954.

CORRÊA, S. de Faria - Carta Aberta ao Bacharel Pedro Vergara, redactor do Diário Popular, folha que se edita na cidade de Pelotas; São Gabriel, Livraria Popular, 01/06/1923, panfleto.

CORREIO DO POVO - A Efêmera Aventura da Aviação Policial; (sem identificação de autor), Porto Alegre, 23/10/1979.

CORREIO DO POVO - A Revolução de 1923; resumos dos noticiários de 26 de janeiro a 16 de dezembro de 1923, publicados no cinquentenário da Revolução; Porto Alegre, 1973.

CORREIO DO POVO - Cinquenta Anos de uma Revolução; Porto Alegre, 25/01/1973, (sem indicação de autor).

CORREIO DO POVO - Edição especial do Caderno de Sábado em homenagem ao Centenário de nascimento do General Flores da Cunha; Porto Alegre, 01/03/1980.

CORREIO DO POVO - Maragatos Recordam o Surgimento da Revolução de 23 em Carazinho; Porto Alegre, 29/05/1973, (sem indicação de autor).

COSTA, Antonio Ferreira da - Resenha dos Feitos do 2º Regimento de Cavallaria da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, Brigada Militar, s.d. [1935].

CRESPO, Dario - O Ataque e a Tomada de Pelotas pelas Forças do General Zeca Netto; in Correio do Povo, Porto Alegre, 18 e 25/11 e 02/12/1962.

CRUZ, Valeriano - História e Memórias de Bossoroca - Retrato de uma Época; São Luiz Gonzaga, A Notícia, 1993.

CUNHA, Flores da - A Campanha de 1923; Rio, Zélio Valverde, s.d. [1943]. Brasília, s.n. [Senado Federal], 1979, 2ª edição.

CUNHA, José Antônio Flores da - 1923 - A Campanha de Flores; in Zero Hora. Porto Alegre, 03/09/1978. ref. aos capítulos IX (Ponte de Ibirapuitã) e XIII (Ponche Verde) do livro A Campanha de 1923.

CUNHA, José Antônio Flores da - Discursos (1909-1930); Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998, org. por Carmen Aita e Gunter Axt, Perfis Parlamentares Gaúchos, nº 3

CYPRIANO, Manduca - Votai em Assis Brasil; s.l.[Uruguiana], s. n., [A Nação], s.d. [1924], cfe. pedro leite Villas-Bôas, in Dicionário Bibliográfico Gaúcho, seria o pseudônimo do Dr. Francisco Gomes de Araújo Góes.

DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (org.) - RS : Economia & Política; Porto Alegre, Mercado Aberto. 1979. série Documenta 2.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp - 23, uma Revolução Iniciada em Passo Fundo; in Anais do II Seminário de História Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos; Getúlio Vargas, IHGGV/Prefeitura Municipal, 2004.

- DIAS, Nilo - Morre um dos Últimos da Revolução de 1923; in *A Razão*, Santa Maria, 08 e 09/10/1988.
- DILLENBURG, Sérgio R. - Velho Combatente Revive a Revolução de 23; in *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/01/1973.
- DONATO, Hernâni - *Dicionário das Batalhas Brasileiras*; São Paulo, IBRASA, 1987.
- DUCATI NETO, Antonio - *O Grande Erechim e sua História*; Porto Alegre, Grafosul, 1981.
- DUCATTI NETO, Antônio - *O Grande Erechim e sua História*; Porto Alegre, EST, 1981.
- EIFLER, Ellen Walkiria - *Bom Retiro do Sul, sua História e sua Vida*; Porto Alegre, FEPLAN, 1992.
- ESCOBAR, Wenceslau - *Pela Intervenção no Rio Grande e Renúncia do Dr. Borges de Medeiros*; Rio, Canton & Beyer, 1923.
- ESCOBAR, Wenceslau - *Trinta Anos de Ditadura Rio-Grandense*; Rio, Canton & Beyer, 1922.
- ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do - *A Revolução de 1923 e suas Consequências*; in *Anais do II Seminário de História Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos*; Getúlio Vargas, IHGGV/Prefeitura Municipal, 2004.
- FABRIS, Neivo Angelo - *Apontamentos acerca da Revolução de 1923*; in *Anais do II Seminário de História Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos*; Getúlio Vargas, IHGGV/Prefeitura Municipal, 2004.
- FAGUNDES, Antônio Augusto - *Combate da Ponte do Ibirapuitã (Revolução de 1923)*; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1982.
- FAGUNDES, Antônio Augusto - *O Combate*; in *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, Porto Alegre, 08/03/1980
- FÉLIX, Loiva Otero - *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1996, 2ª edição revista e ampliada.
- FEREIRA FILHO, Arthur - *Ciclo Castilhistas na Política Rio-Grandense*; in *Enciclopédia Rio-Grandense*, Canoas, Regional, s.d. [1957], volume 3.
- FERREIRA FILHO, Arthur - *Flores da Cunha, Centenário de seu Nascimento*; in *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, nº 122, 1982.
- FERREIRA FILHO, Arthur - *História Geral do Rio Grande do Sul. 1503-1960*; Porto Alegre, Globo, 1960.
- FERREIRA FILHO, Arthur - *Memórias*; Porto Alegre, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/EST, 1999.
- FERREIRA FILHO, Arthur - *O Combate da Encruzilhada*; in *Correio do Povo*, Letras e Livros, Porto Alegre, 29/01/1983.
- FERREIRA FILHO, Arthur - *Revolução de 1923*; in *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1963, série de artigos.

- FERREIRA FILHO, Arthur - Revolução de 1923; Porto Alegre, Imprensa Oficial do Estado, 1973.
- FERREIRA FILHO, Arthur - Revoluções e Caudilhos; Passo Fundo, Instituto P. Berthier, s.d. Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1986, 3ª edição.
- FIGUEIREDO, Osório Santana - As Revoluções da República (1889-1932); Santa Maria, Pallotti, 1995.
- FIGUEIREDO, Osório Santana - História de São Gabriel; s.l., s.n., 1993.
- FIGUEIREDO, Osório Santana - O Último Guerreiro; in O Imparcial, São Gabriel, 21/03/1990.
- FIGUEIREDO, Osório Santana - São Gabriel desde o Princípio; s.l., s.n., 1977; Santa Maria, Pallotti, 1984, 3ªed
- FLORES, Élio Chaves - No Tempo das Degolas. Revoluções Imperfeitas; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1996.
- FLORES, Moacyr - Oswaldo Aranha; Porto Alegre, IEL, 1991, série Rio Grande Político.
- FONSECA, Ney - A Brigada Militar à Caça de Honório Lemes; in Revista do Globo, Porto Alegre, nº 836, 22/12/1962 a 04/01/1963, (entrevista com o Cel da Brigada Militar Aldo Ladeira Ribeiro).
- FONSECA, Ney - Uma Coluna Uruguaia foi Derrotada na Revolução de 23; in Revista do Globo, Porto Alegre, nº 838, 19/01 a 01/02/1963, (entrevista com o Cel da Brigada Militar Florestano de Souza Guterres).
- FONSECA, Pedro C. Dutra - RS : Economia & Conflitos Políticos na República Velha; Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, série Documenta 18.
- FONSECA, Pedro César Dutra - A Reorientação da Economia Gaúcha na República Velha : a Política Econômica e os Fundamentos dos Conflitos Políticos; Porto Alegre, Gráfica da UFRGS, 1981.
- FONT, Juarez Miguel Illa - Serra do Erechim. Tempos Heróicos; Erechim, Carraro, 1983.
- FONTOURA, João Neves da - Memórias. Borges de Medeiros e seu Tempo; Porto Alegre, Globo, 1969, 1º vol.
- FONTTES, Carlos - Uruguiana. Aqui te Canto. Notas à Margem de sua História; Porto Alegre, Evangraf, 2000.
- FOSSA, Humberto Castro - Ata de Ocupação de Encruzilhada - 1923; in Jornal do Sudeste, Encruzilhada do Sul, 07/03/1992.
- FOSSA, Humberto Castro - O Avião do Borges; in Folha Encruzilhadense, Encruzilhada do Sul, 10/10/1987.
- FRAINER, João - Album do Município de Erechim; Erechim. Modelo, 1936.
- FRANCISCO, Coronel João - Psychologia dos Acontecimentos Políticos Sul-Riograndenses; São Paulo, Monteiro Lobato & Co., 1923.
- FRANCO, Sérgio da Costa - A Pacificação de 1923. As Negociações de Bagé; Porto Alegre, Editora da Universidade/ UFRGS/EST Edições, 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa - Porto Alegre e seu Comércio; Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

- FREITAS, Fernando de Castro - Triunfo - História, Gente e Legendas: Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1985.
- GALANT, Heitor - Democrático Silveira, um Bravo de 23; in *Correio do Povo*, Letras e Livros, Porto Alegre, 12/02/1983.
- GALANT, Heitor - O Rio Grande de Ontem...; in *Gazeta de Alegrete, Alegrete*, 21/07/1973.
- GARCIA, Nepomuceno Saravia - Memórias de Aparício Saravia; Montevideo, Editorial Medina, 1956.
- GARDELIN, Mário - Lagoa Vermelha na Revolução de 1923, in *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, Porto Alegre, 27/03/1971 e 03/04/1971.
- GARDELIN, Mario - Quintino Biazus, o Herói Esquecido; in *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/04/1984.
- GIACOMEL, Fortunato e POLESSO, Hermenegildo e CHERUBINI, Humberto - Pioneiros às Margens do Uruguai. A Vida nos Primórdios das Novas Colônias Italianas do Alto Uruguai; Porto Alegre, Escola Superior de Tecnologia São Lourenço de Brindes, 1975, tradução, notas e introdução do Prof. Dr. Luís Alberto De Boni.
- GONÇALVES, Raniero - Generaes d'uma Cruzada; Rio, Leite Ribeiro, 1924, 4ª edição.
- GONZAGA, Sergius - ver DACANAL, José Hildebrando e
- GONZÁLEZ, Eugenio - ver TIMM, Octacílio B. e, cit.
- GOUVÊA, Paulo de - Leão do Caverá. Legenda e Morte; in *Correio do Povo*, caderno de Sábado, Porto Alegre, 27/09/1980.
- GRASSI, Fiorindo David - Os Maragatos e o Médio Alto Uruguai no Sul do Brasil: Frederico Westphalen, URI, 1996.
- GRESSLER, Carlos - O Rio Grande do Sul estava em Crise Econômico-Social. Por isso, a Revolução de 23; in *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/02/1974.
- GRITTI, Isabel Rosa - Imigração Judaica no Rio Grande do Sul. A Jewish Colonization Association e a Colonização de Quatro Irmãos; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1997.
- GRITTI, Isabel Rosa - A Revolução de 1923 e a Desestabilização da Ordem na Região de Erechim; in *Anais do II Seminário de História Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos*; Getúlio Vargas, IHGGV/ Prefeitura Municipal. 2004.
- HAIGERT, Francisco Evaldo Vieira - São Francisco de Assis - Ancestrais Alemães; Santiago, Expressão, 1999, 1º volume.
- HICKMANN, Pe. João A. - Bom Retiro do Sul - Leonel Rocha; in *Revista Estudos*, Porto Alegre, 1955, nº 1.
- JORNAL DO BRASIL - Cinquentenário da Revolução de 23; Rio, 21/01/1973, caderno Especial (s/ind. Autor).
- KARNAL, Oscar - Subsídios para a História do Município de Erechim; Porto Alegre, Globo, 1926.

KRIEGER, Daniel - Desde as Missões...Saudades, Lutas, Esperanças; Rio, José Olympio, 1976, coleção Documentos Brasileiros nº 175.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do - Oswaldo Aranha. O Rio Grande e a Revolução de 1930. Um Político Gaúcho na República Velha; Rio, Nova Fronteira, 1996.

LAMB, Dean Ivan - The Incurable Filibuster. Adventures of Colonel Dean Ivan Lamb; New York, Farrar & Rinehart, 1934.

LEMES, Honório - Lei Militar; Porto Alegre, IEL, 1993, org. e notas explicativas de Coralio Bragança Pardo Cabeda; apresentação de Carlos Reverbel.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão - "Notícias da Revolução de 1923 em Bagé: Bagé, Praça da Matriz, 2005".

LETTI, Nicanor - Perfil Político-Social de Honório Lemes; in Correio do Povo, Porto Alegre, 26/08/1973.

LIMA, Alcides de Mendonça - A Tomada de Pelotas por Zeca Netto; in Zero Hora, Porto Alegre, 05/11/1990.

LOPES FILHO, Ildefonso Simões - A revolução Gaúcha e as suas Causas; Pelotas, s.n., 1923.

LOPES FILHO, Ildefonso Simões - Revolução Sul-Riograndense de 1923. Carta Aberta ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros; Pelotas, s.n., 30/07/1923, panfleto.

LOPES SOBRINHO, Hermito - Regimento Cel. Pillar. Esboço Histórico; Santa Maria, UFSM, 1992. 2º volume.

LOPES, João Máximo - Subsídios à História de Camaquã. Os 80 Anos da Revolução de 1923; Porto Alegre, Evangraf, 2003.

LOVE, Joseph L. - O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930; São Paulo, Perspectiva, 1975.

LUSARDO, João Batista - Luzardo em Rosário do Sul : a Revolução de 23 Surgiu de um Pacto entre Três Jovens no Rio de Janeiro; in Correio do Povo, Porto Alegre, 09/10/1973.

MACHADO, César Pires - Combate do Passo da Juliana. Revolução de 1923; Santa Maria, Pallotti, 1999.

MACIEL JUNIOR, José - Reminiscências da Minha Terra : Santo Antônio da Patrulha; Porto Alegre, EST/Pref.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida - Arthur Bernardes, Estadista da República; Rio, José Olympio, 1973, coleção Documentos Brasileiros nº 159.

MALFATTI, Selvino Antonio - Chimangos e Maragatos no Governo de Borges de Medeiros; Porto Alegre, Pallotti, 1988.

MARÇAL, João Batista - Quarai, Terra de Intelectuais e Guerreiros (Personagens Ilustres da Minha Cidade); Porto Alegre, s.n., 1995.

MARIANTE, Hélio Moro - Chimangos e Pica-Paus no Folclore Político-Militar Gaúcho; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1987.

- MARIANTE, Hélio Moro - Crônica da Brigada Militar Gaúcha; Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1972.
- MARIANTE, Hélio Moro - Osvaldo Aranha, o Líder: in Revista do IHGRGS. Porto Alegre, nº 130, 1994.
- MARIANTE, Hélio Moro - Sarilhos Milicianos; Porto Alegre, BM Edições/Presença, 1990.
- MARQUES, Abelardo - ver Castilhos, Raul, cit.
- MARQUES, Antero - Assis Brasil e a Evolução Nacional. Autos de um Processo de Distorção Sociológica, Histórica e Política; Porto Alegre, Pallotti, 1983.
- MARQUES, Antero - De Ibirapuitan ao Armistício. Notas de Interpretação e de Saudade. Mensagem a Poucos; Porto Alegre, Grafosul, 1985.
- MARQUES, Antero - Mensagem a Poucos. 23. Vivências de um Estudante Revolucionário; s.l. [Porto Alegre], s.n. [A Nação], s.d. [1964]
- MARTINS, José Júlio Silveira - Nação Aggredida (Em resposta ao livro Terra Desumana); Rio, Benedito de Souza, 1926.
- MEDEIROS, Manoel da Costa - História do Herval; Caxias do Sul. UCS/EST/Prefeitura Municipal de Herval do Sul. 1980.
- MENEGATI, Altair José e CARRARO, Geder - O Combate no Desvio Giareta. Revolução de 1923; s.l.[Erechim], s.n., s.d.[2003].
- MENEGATI, Altair José - Antecedentes Históricos da Revolução de 1923; in Anais do II Seminário de História Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos: Getúlio Vargas, IHGGV/Prefeitura Municipal, 2004.
- MENNA BARRETO, João Rodrigues - Documentos de seu arquivo particular; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MORAES, Demétrio Dias de - Brasil Grande e A História de Lagoa Vermelha (Nos Umbrais do Centenário); Lagoa Vermelha, Planalto, 1977.
- MORAES, Demétrio Dias de - Torção Amado : Lagoa Vermelha e a sua História; Lagoa Vermelha. Gráfica Lagoense. s.d. [1953].
- MORAES, Demétrio Dias de - Vivendo e Aprendendo. Lagoa Vermelha de Tudo um Pouco; Lagoa Vermelha, Gráfica Lagoense, 1967.
- MORAES, Vitor - Campanha da Brigada do Sul contra os Revoltosos de 23; in Correio do Povo, Porto Alegre, 21/10/1979.
- MORAES, Vitor - Diário de Campanha de um Chefe Legalista na Revolução de 1923; in Correio do Povo, Porto Alegre, 07/10/1979.

MORAES, Vitor - Reminiscências de 1923 - De Canguçu Velho a Caçapava; in Correio do Povo, Letras e Livros, Porto Alegre, (data ?).

MOTTA, J. Patrocínio - Influência da Época e do Tempo no Quadro da Revolução de 1923; in Correio do Povo, Porto Alegre, 25/11/1973.

MOTTA, José do Patrocínio - República Fratricida. Revoluções Rio-Grandenses de 1835-1932; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1989.

MOTTA, José do Patrocínio - São Sepé, de Ontem, de Hoje e de Amanhã; Santa Maria, Pallouti, 1988.

Municipal de Santo Antônio da Patrulha, 1987.

NETTO, José Antonio - A Tomada de Pelotas; in Correio do Povo, Letras e Livros, Porto Alegre, 22/01/1983.

NETTO, José Antonio - Memórias do General Zeca Netto; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1983; apresentação e notas de Sérgio da Costa Franco, nota biográfica de Ruy Castro Netto.

O' DONNELL, F. Talaia - Oswaldo Aranha; Porto Alegre, Sulina, 1980.

O' DONNELL, Fernando O. M. - Notícia dos Combates de Capão do Mandiju e Estância dos Figueiredos. As Revoluções de 23 e 24 em São Borja, Itaqui e Santiago; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1985.

O' DONNELL, Fernando O. M. - O Combate da Estância da Serra (sinopse), in Retamozo, José Hilário, coord., Seis combates e Uma Invasão; Porto Alegre, Presença, 1987.

O'DONNELL, Fernando O. M. - Honório Lemes e a Paz dos Vencidos; in A Razão, Santa Maria, 24 e 25/12/1988

O'DONNELL, Fernando O. M. - Lembrança de Honório Lemes; in A Razão, Santa Maria, 17/03/1988.

OLIVEIRA, Cândido Pires de - Alma, Terra e Sangue. Fragmentos da História das Palmas em Bagé-RS; Bagé, s.n., 2003.

OLIVEIRA, Dinarte Gil - Histórico da Revolução de 1923 em Dom Pedrito; inédito, texto datilografado.

PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE - O Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense de 12 de Outubro de 1923; Porto Alegre, A Federação, 1924.

PEREIRA, Baptista - Pela Redenção do Rio Grande; São Paulo, Saraiva & Co., 1923.

PEREIRA, Getúlio - Rosário do Sul Guarda com Carinho os Restos Mortais de Honório Lemes; in A Platéia, Livramento, 03/04/1966, (entrevista com o Dr. José Narciso da Silveira Antunes).

PEREIRA, Manoel Batista - Espumas de Sapo; s.l., s.n., s.d. [1925].

PESAVENTO, Sandra Jatahy - Borges de Medeiros; Porto Alegre, IEL, 1990, série Rio Grande Político.

PESAVENTO, Sandra Jatahy - República Velha Gaúcha : Charqueadas, Frigoríficos e Criadores; Porto Alegre, IEL/Movimento, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy - República Velha Gaúcha : Estado Autoritário e Economia; in Dacanal, José Hildebrando e Gonzaga, Sergius (org.), cit.

PILLA, Raul e outros - Manifesto ao Rio Grande do Sul e ao Brasil: Razões das Comemorações Alusivas ao Cinquentenário da Revolução de 23; in Correio do Povo, Porto Alegre, 22/04/1973.

PINTO, Céli Regina J. - Política Rio-Grandense na República Velha; in Análise Econômica, Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, nº 8, março de 1987.

PINTO, Paulo Brossard de Souza - A Paz de Pedras Altas; in O Estado de São Paulo, São Paulo, 07/01/1984.

POLESSO, Hermenegildo - ver Giacomel, Fortunato e Cherubini, Humberto e, cit.

PONT, Raul - Campos Realengos. Formação da Fronteira Sudoeste do Rio G. do Sul; Porto Alegre, EDIGAI., 1986. 2ª edição.

PORTO, Valdreani de Carvalho - São Francisco de Assis, Palco de um Combate em 1923; São Francisco de Assis. Grafoeste, 2000.

POSSAMAI, Osmar J. - ver RIZZON, Luiz A. e, cit.

POZZOBON, Zolá Franco - Como Dizia Honório Lemos; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1997.

PRESTES, João Paulo - Livres Cangussuenses !; Cangussú, s.n., 24/02/1923, panfleto.

REVERBEL, Carlos - Assis Brasil; Porto Alegre, IEL., 1990, série Rio Grande Político.

REVERBEL, Carlos - Caudilhos e Doutores; in Zero Hora, Porto Alegre, 03/01/1991.

REVERBEL, Carlos - Um Tropeção; in Correio do Povo. Letras e Livros, Porto Alegre, (data ?).

REVERBEL, Carlos - Um Veterano de 23; in Correio do Povo. Letras e Livros, Porto Alegre, (data ?).

REVERBEL, Carlos - Uma Doação; in Folha da Tarde, Porto Alegre, 18/08/1978.

REVERBEL, Carlos - Uma Sentença Lapidar; in Zero Hora, Porto Alegre, 02/11/1998.

REZENDE, A. M. Pacheco de - Dias de Guerra e de Amor; Rio, Livraria Schmidt-Edtª, 1924.

REZENDE, A. M. Pacheco de - O Papa Verde; Rio, Livraria Schettino, 1921.

RIBEIRO, Aldo Ladeira - Brigada Militar do Rio Grande do Sul, um Monumento de Tradições; s.l.,s.n.,s.d.

RIBEIRO, Aldo Ladeira - Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, Brigada Militar, 1953, volume II.

RIBEIRO, Coronel Hippolyto - Revolução de 1923 - Subsídio à História; in Correio do Povo, Porto Alegre, 12/01/1963.

- RIZZON, Luiz A. e POSSAMAI, Osmar J. - História de São Marcos; s.l., s.n., 1987.
- ROCHA, Nafla Albuquerque da - Leonel, o General das Revoluções Gaúchas. O Outro Lado da História; Campinas, PUC-Campinas, 2002.
- RODRIGUES, Eduardo Contreiras - Estácio Azambuja. Ensaio Biográfico; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1998.
- RODRIGUES, Eurico - O Sentido Histórico da Revolução de 23; in Correio do Povo, porto Alegre, 29/06/1973.
- RODRIGUES, Eurico - Setembrino de Carvalho, o Pacificador do Rio Grande; in Diário de Notícias, Porto Alegre. 02/02/1974 e 03/02/1974.
- RODRIGUES, Eurico - Um Velho Carreteiro, o "Condor dos Tapes", Zeca Netto; in Diário de Notícias, Porto Alegre, 17/03/1974.
- ROSA, Othelo - Os Males e os Crimes do Assisismo; Porto Alegre, A Federação, 1927.
- RÜDIGER, Sebalt - A Revolução Rio-Grandense de 1923; in Correio do Povo, Caderno de Sábado, Porto Alegre, série de 13 artigos, publicados de 31/07/1971 a 23/10/1971.
- SÁ, Mem de - A Politização do Rio Grande; Porto Alegre, Tabajara, 1973.
- SÁ, Mem de - A Revolução de 23, Cinquenta Anos Depois; in Correio do Povo, Porto Alegre, 02/12/1973, 08/12/1973 e 16/12/1973.
- SAINT PASTOUS, A. - Páginas da Vida; Porto Alegre, Globo, 1972.
- SAMPAIO, Fernando G. - O Combate da Encruzilhada; in Correio do Povo, Letras e Livros, Porto Alegre, 26/02/1983.
- SANTARÉM, Argeu - Apontamentos. O Histórico Depoimento do Gal. João Rodrigues Menna Barreto; in Diário da Manhã, Passo Fundo, 28/11/1970.
- SANTOS, Mariza E. Simon dos - Honório Lemes, um Líder Carismático. Relações de Poder no Rio Grande do Sul - 1889/1930; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1998.
- SANTOS, Octavio - Heróis e Bandoleiros (Na Tragédia Gaúcha); s.l., s.n., 1923.
- SANTOS, Pedro Marques dos - São Luiz, sua História e sua Gente 1687-1987; Porto Alegre, Pallotti, 1988.
- SCHNEIDER, Regina Portella - Flores da Cunha, o Último Gaúcho Legendário; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Martins Livreiro-Editor, 1981.
- SCHRÖDER, Celso M. - A Incursão de Honório Lemes em Missões; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 81, 1941.
- SCHRÖDER, Celso M. - A Revolução Rio-Grandense de 1923; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 78, 1940.
- SCHRÖDER, Celso M. - A Revolução Riograndense de 1923; Porto Alegre, Globo, 1940.

SEM IDENTIFICAÇÃO DE AUTOR - História Ilustrada do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, JÁ Editores, 1998, apoio cultural da CEE; série de 20 fascículos encartados em Zero Hora; v. fascículo 15.

SHAEFFER, Dary Ivo - O Combate do Desvio Giareta; in Diário da Manhã, Erechim, 23/05/2002.

SILVA, Hélio - 1922, Sangue na Areia de Copacabana; Rio, Civilização Brasileira, 1964, coleção Documentos da História Contemporânea, vol. 11.

SILVA, Hélio - Artur Bernardes, 12º Presidente do Brasil, 1922-1926; São Paulo, Grupo de Comunicações Três, 1983, coleção Os Presidentes.

SILVA, João Palma da - Documentos Inéditos da Revolução de 1923; in Correio do Povo, Caderno de Sábado, Porto Alegre, 29/08 e 05/09/1970.

SILVA, Lúcia Silva e - Uruguaiana e os Coronéis; Porto Alegre, Evangraf, 2001.

SILVEIRA, Caio Flávio Prates da - Joaquim Francisco de Assis Brasil. Aspectos Gerais e Ângulos de uma Personalidade Polidétrica; s.l., s.n., s.d.

SILVEIRA, José Luiz - O Rio Grande pelo Brasil (1897-1932); Santa Maria, Machris, 1989.

SOARES, Mozart Pereira - Palmeira das Missões Centenária; in Correio do Povo, Porto Alegre, 05/05/1974.

SOARES, Mozart Pereira - Santo Antônio da Palmeira; Porto Alegre, Bels, 1974.

SOBRAL, Lourival Petit - A Revolução de 1923; in Correio do Povo, Porto Alegre, 01/07/1973.

SOUZA, J. P. Coelho de - 1º de Novembro de 1923 em Porto Alegre; in Correio do Povo, Caderno de Sábado, Porto Alegre, 20/03/1971.

SOUZA, J. P. Coelho de - O Pensamento Político de Assis Brasil; Rio, José Olympio, 1958.

SPALDING, Walter - Pelos Caminhos da História : Honório Lemes da Silva; in Revista do Globo, Porto Alegre, nº 890, 16/01/1965.

TAGLIARI, Pedro A. - A Revolução de 1923; in Anais do II Seminário de História Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos: Getúlio Vargas, IHGGV/Prefeitura Municipal, 2004.

TEIXEIRA, Edilberto - Lavras do Sul na Bateia do Tempo; s.l., edição da Prefeitura Municipal, 1992, 1º vol.

TEIXEIRA, José Francisco - Combate do Passo das Carretas; Santana da Boa Vista, s.n., s.d. [1994].

TELLES, Jorge - Honório Lemes e as Revoluções de seu Tempo; Rosário do Sul, SARAN, s.d.[2000].

TELLES, Jorge - Uma Batalha e Três Combates; s.l. [Rosário do Sul], VCS Editora & Distribuidora, 1996.

TILL, Rodrigues - A Revolução Abreviou a Poesia; in Zero Hora, Porto Alegre, 18/02/1995.

TIMM, Francisco da Rocha - 50 Anos de Viagens.Trabalhos.Peripécias e Alegrias; Porto Alegre, A Nação,1972.

TIMM, Octacílio B. e GONZÁLEZ, Eugenio - *Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*: Porto Alegre, Selbach, s.d.[1934].

TORRES, Homero - *Cartas Patrióticas*; São Paulo, s.n., 1923, panfleto.

TRINDADE, Hégio - *Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937)*; in Dacanal, José Hildebrando e Gonzaga, Sergius (org.), cit.

TRINDADE, Hégio - *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*; Porto Alegre, Sulina, 1980.

VASCONCELLOS, Antônio Campos de - *Combate da Estância da Serra*. ocorrido entre os dias 30 de abril e 1º de maio de 1923; inédito, com fotos, mapas e croquis levantados no local; comunicação apresentada no VII Encontro Estadual de Microistória, São Gabriel, setembro de 1990.

VELHO, Gaúcho - *Pelo Rio Grande*; s.l., s.n., 1923; cfe. Pedro Leite Villas-Bôas, in *Dicionário Bibliográfico Gaúcho*, seria o pseudônimo de Demétrio Nunes Ribeiro.

VELHO, Patrício - *Defesa do Dr. Borges de Medeiros (Presidente do Rio Grande do Sul)*; Rio, Canton & Beyer. 1923; cfe. Pedro Leite Villas-Bôas, in *Dicionário Bibliográfico Gaúcho*, seria o pseudônimo de Francisco Gonçalves Miranda.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes - *A Crise dos Anos 20. Conflitos e Transição*; Porto Alegre. Ed. da universidade/UFRGS, 1992, coleção Síntese Rio-Grandense, vol. 7.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes - *O Rio Grande do Sul e a Política Nacional : Da Frente Oposicionista Gaúcha de 1922 à Revolução de 1930*; Porto Alegre, BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. s.d. [1982].

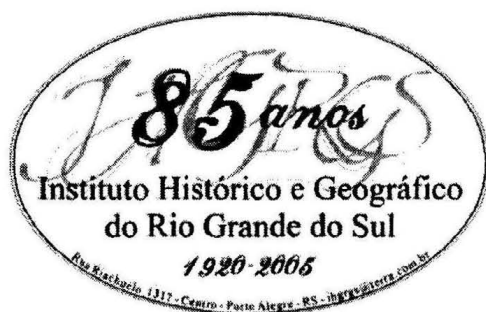
VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes - *Os Liberais e a Crise da República Velha*; São Paulo, Brasiliense, 1983, coleção Tudo é História, vol. 67.

WEDY, Garibaldi Almeida - *Soledade, Fatos Políticos, Violências e Mortes. Reminiscências, Década de 1930-1940*; Porto Alegre, Renascença, 1999.

WENCZENOWICZ, Thaís Janaina - *O Sonho da Propriedade : Colonização e Povoamento de Áurea (1910/1945)*; in *Anais do II Seminário de História Regional- A Revolução de 1923- 80 Anos do Combate de Quatro Irmãos*; Getúlio Vargas, IHGGV/Prefeitura Municipal, 2004.

ZERO HORA - 1923. a Última Revolução a Cavalos; Porto Alegre. Caderno de Cultura, especial, 18/12/1993.

NOTICIÁRIO



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL ARQUIVOS PRIVADOS: FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundos

- | | | | |
|-----|---|-----|---|
| 1. | Abeillard Barreto | 61. | Manuel da Cunha Vasconcelos |
| 2. | Adroaldo Mesquita da Costa | 62. | Manuel de Cerqueira Daliro Filho |
| 3. | Afonso Guerreiro Lima | 63. | Miguel Meirelles |
| 4. | Almir Porto da Rocha | 64. | Moacyr Domingues |
| 5. | Álvaro Moraes | 65. | Murilo Furtado |
| 6. | Amaro Baptista | 66. | Nicanor Letti (Protásio Alves médico e secretário de Estado) |
| 7. | Antônio Augusto Borges de Medeiros | 67. | Othello Rosa |
| 8. | Antônio José Borges | 68. | Papa João Paulo II |
| 9. | Aparício Mariense da Silva | 69. | Plácido de Castro |
| 10. | Apolinário Porto Alegre | 70. | Queiroz & Cia |
| 11. | Armando Dias da Costa | 71. | Quintino de Azevedo Bandeira |
| 12. | Armando Dias de Azevedo | 72. | Ramiro Barcellos |
| 13. | Arquimedes Borlini | 73. | Raphael Copstein |
| 14. | Arthur Ferreira Filho | 74. | Reinaldo Câmara |
| 15. | Athos Damasceno Ferreira | 75. | Riograndino da Costa e Silva |
| 16. | Aureliano de Figueiredo Paz | 76. | Roberto Landell de Moura |
| 17. | Aurelio Porto | 77. | Sérgio da Costa Franco |
| 18. | Aurelio Porto | 78. | Severiano de Almeida |
| 19. | Aurélio Virissimo de Bittencourt | 79. | Severino Ribeiro Carneiro Monteiro |
| 20. | Aymoré Drummond | 80. | Tarcisio Taborda |
| 21. | Bento Martins de Menezes Barão de Ijuí | 81. | Telmo Jobim |
| 22. | Bernardo de Castilho Maia | 82. | Thomas José Luiz Osorio |
| 23. | Bernardo Pres | 83. | Valsumiro Dutra |
| 24. | Carlos G. Rheingantz | 84. | Vânia Amoretty Abrantes |
| 25. | Carlos Reverbel | 85. | Walter Spalding |
| 26. | Clube Republicano Rio-Grandense | | |
| 27. | Coralin Cabeda | | |
| 28. | Delegacia Fiscal Provisoria | | |
| 29. | Domingos José de Almeida | | |
| 30. | Earle Macarthy Moreira | | |
| 31. | Edgar Klettner | | |
| 32. | Eduardo Duarte | | |
| 33. | Emílio Fernandes de Souza Docca | | |
| 34. | Emílio Lúcio Esteves | | |
| 35. | Enio de Freitas e Castro | | |
| 36. | Felisberto Baptista | | |
| 37. | Francisco Antônio Borges | | |
| 38. | Fundo Geral | | |
| 39. | Gastão Abott | | |
| 40. | Gervasio Rodrigo Neves | | |
| 41. | Getúlio Vargas | | |
| 42. | Homero Baptista | | |
| 43. | Humberto Da Costa Fossá | | |
| 44. | João Barreto | | |
| 45. | João de Deus Martins | | |
| 46. | João Francisco Pereira de Sousa | | |
| 47. | João Palma da Silva | | |
| 48. | João Pedro Carvalho Moraes | | |
| 49. | João Rodrigues Menna Barreto | | |
| 50. | José Antônio Corrêa da Câmara 2º Visconde de Pelotas | | |
| 51. | José Custódio Coelho Leni | | |
| 52. | José de Araújo Fabricio - | | |
| 53. | José Feliciano Fernandes Pinheiro Visconde de São Leopoldo | | |
| 54. | José Otaviano Pinto Soares | | |
| 55. | La Ilíre Guerra - Teatro São Pedro | | |
| 56. | Ladislau Amaro da Silveira | | |
| 57. | Laudelino Teixeira de Medeiros | | |
| 58. | Leonel Brizola | | |
| 59. | Leonor Francisco Hessel | | |
| 60. | Manoel Pacheco Prates | | |

MAPOTECA

- | | | |
|----|-------------------|-------------------------|
| 1. | Porto Alegre | Mapas, planos e plantas |
| 2. | Rio Grande do Sul | Mapas |
| 3. | Diversos | Mapas |

ACERVO DE ATLAS

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul possui catalogados em sua Biblioteca 398 Atlas.

ACERVO DE CDs (em organização)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul possui 84 cds em seu acervo.

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Incorporação no período dezembro de 2004/outubro 2005, de:

Livros

Adquiridos por doação:

365 livros de diversos doadores.

- Doação de Raphael Copstein e Gisela Copstein 7.000,00 volumes entre mapas e livros de História, Geografia e diversos.

- 2ª A senhora Odila Klettner, viúva do cartógrafo Edgar Klettner, doou para o Instituto 138 volumes entre eles em sua maioria mapas e guias de ruas de Porto Alegre.

Adquiridos por compra:

Foram comprados 30 livros.

CD -Rom

Adquiridos por doação: 6

Documentos

Adquiridos por doação: 62

Aumento patrimonial no período

1- Biblioteca

- | | |
|---|----------------|
| – Doação Raphael Copstein e Gisela Copstein | R\$ 100.000,00 |
| – Doação Edgar Klettner | R\$ 690,00 |

– Compra:	R\$ 133,00
– outras:	<u>R\$ 3.884,50</u>
	R\$ 104.707,50

3- Equipamentos

- Armário para CDs e livros raros em MDF (1)
- Arquivo de Aço (3)
- Scanner A3 (1)

Correspondência (dezembro 2004/ outubro 2005)

RECEBIDA: 135

EXPEDIDA: 44

Assembléias Gerais

Datas: 08 de dezembro de 2004, 09 de março de 2005, 20 de abril de 2005, 18 de maio de 2005, 22 de junho de 2005, 18 de agosto de 2005, 04 de outubro de 2005.

Reuniões da Diretoria

Datas: 16 de março de 2005, 18 de maio de 2005, 22 de junho de 2005, 15 de julho de 2005, 18 de agosto de 2005.

Doações da revista do Instituto

Para as seguintes entidades, com coleção completa:

- Espaço do Vereador da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
- Escola Municipal São Francisco
- Escola Estadual Padre Efreu
- Escola Municipal Gina Guanini
- Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/RS

- Escola Municipal Dr. Crispim Raimundo
- Biblioteca Municipal de Canguçu

Participação em eventos externos

– Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - Setembro de 2005 em João Pessoa. (Carta de João Pessoa- anexo I).

– I Simpósio de luso-Brasileiro de Cartografia Histórica – Setembro de 2005 no Rio de Janeiro.

Situação do Projeto de Lei nº4839/2005.

Aguardando parecer do Relator da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal. Deputado José Carlos Machado

Evento cultural promovido pelo Instituto com o apoio dos parceiros: Museu Júlio de Castilhos e Memorial do Rio Grande do Sul.

Exposição “Lívio Zambaccari e a Revolução Farroupilha”

TEMA: Lívio Zambaccari

Data: 30 de novembro de 2005.

Eventos culturais promovidos pelo Instituto e realizados em sua sede, no período de Dezembro 2004/ Outubro 2005

Palestra de Margaret Marchiori Bakos e Elvo Clemente

TEMA: *Egito Antigo no Brasil*

Data: 08 de novembro de 2004

Palestra de Ronaldo Rogério de Freitas Mourão

TEMA: *A Importância de Julio Verne da atualidade*

Data: 05 de maio de 2005

Sessão Solene em 5 de agosto de 2005 em comemoração aos 85 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem a satisfação de convidar a V.Sª para as atividades comemorativas aos 85 anos de sua fundação:

Dia 05/08/05 – 15hs

- **Abertura da Sessão Solene**
Prof.º Gervásio Rodrigo Neves
- **Hino Nacional**
Banda da Brigada Militar do Rio Grande do Sul
- **Leitura da Ata de fundação**
Prof.º Luis Alberto Ciolis
- **Homenagens:**
 - Prof.ª Gisela Coestem e
 - Prof.º Raphael Coestem
 - Prof.º Ir Joaquim Ciolet
 - Prof.º Ir Norberto Rauch
 - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Prof.º José Carlos Heremmann
 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 - Prof.º Wilson Maria Pantoja
 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 - Prof.º Nelson Boeira
 - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
 - Prof.º Ercy Pereira Lima
 - Associação Riograndense de Imigrantes
- **Posse dos Novos Membros Efetivos:**
 - Prof.º Fábio Kühn
 - Prof.º René Gertz
- **Conferência do Senador Pedro Simon**
Título: *Albino Pasquini*
- **Apresentação dos CDs editados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 2005:**
Colonização Alemã

Cartografia histórica da cidade de Porto Alegre
Porto Alegre, Zambocari e a Revolução Farroupilha
Coquetel

DIA 08/08/05 – 15hs

- **Conferência de posse de René Gertz**
Título: *A história da imigração no Rio Grande do Sul, experiências do pesquisa*
- **Conferência de Elma Santana**
Título: *Jacobina e cartas dos Mucker*

DIA 09/08/05 – 15hs

- **Conferência de posse de Fábio Kühn**
Título: *José Marcelino de Figueiredo, governador da Continência do Rio Grande*
- **Conferência de Roberto Rossi Jung**
Título: *A gaucha Maria Josula, pioneira jornalista brasileira*

DIA 10/08/05 – 15hs

I Seminário Programa CAIXA de Adoção de Entidades Culturais.
"Organização, Inventário e Informatização do Arquivo Borges de Medeiros (1897-1960)"

A Política Cultural de Borges de Medeiros
Palestrante: Gervásio Rodrigo Neves
O Arquivo Borges de Medeiros na IHGRGS
Palestrante: Sérgio da Costa Franco

- **Exposição do corpo técnico do Projeto "Organização, Inventário e Informatização do Arquivo Borges de Medeiros (1897-1960)"**

Discurso de abertura da Sessão proferido pelo presidente do Instituto, Gervásio Rodrigo Neves:

Senhores e Senhoras

Tenho a honra de abrir esta Sessão Solene em homenagem aos 85 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

O Instituto é uma instituição vitoriosa desde 5 de agosto de 1920. Vitória; contém o passado e é anunciadora do futuro.

O Instituto foi um projeto que se concretizou completando uma poderosa e perene "política cultural republicana" moderna e democrática formulada no início do século XX no Rio Grande do Sul, por Antônio Augusto Borges de Medeiros.

O Instituto é um projeto fecundado pelo futuro e é em tal direção que estamos construindo e pavimentando o caminho, trabalho no qual vocês todos, aqui presentes, são nossos acompanhantes de viagem.

Muito Obrigado.

HOMENAGEADOS PELO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul quer, através deste ato e de um objeto simbólico que materialize a lembrança, fazer os nossos agradecimentos:

Aos professores Gisela Ludwig Copstein e Raphael Copstein pela generosidade, desprendimento e emoção em doar a totalidade de suas bibliotecas, com mais de 6 mil volumes especializados, e sua documentação de pesquisa, ao Instituto.

Ao professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Ir. Norberto Francisco Rauch;

A professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Profa. Wranna Maria Panizi;

Ao excelentíssimo senhor Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Nelson Boeira e

Ao Jornalista e Presidente da Associação Rio Grandense de Imprensa Ercy Pereira Torma.

Pela participação cidadã no momento em que encaminharam à Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, Emenda Popular que, aprovada por unanimidade no legislativo, nos permitiu obter recursos para abrir as portas da modernidade tecnológica.

A todos, com razão e emoção, o nosso muito obrigado.

Gervásio Rodrigo Neves



*Da direita para a esquerda:
Gervásio Rodrigo Neves,
Raphael Copstein, Gisela Copstein,
Wranna Maria Panizi,
Ercy Pereira Torma,
Norberto Francisco Rauch, Nelson
Boeira e João Carlos Brum Torres.*

Posse dos Membros Efetivos René Gertz e Fábio Kühn

Realizamos, agora, o cerimonial de ingresso, como membros efetivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul dos professores René Gertz e Fábio Kühn, que ingressam no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pelo trabalho acadêmico, de investigação que vêm desenvolvendo no campo da História.

Contamos, de agora em diante, com o trabalho criativo, a dedicação, o esforço e a atividade entusiasmada, objetivando a transformação do Instituto num poderoso e ativo centro de pesquisa da História e Geografia do Rio Grande do Sul.

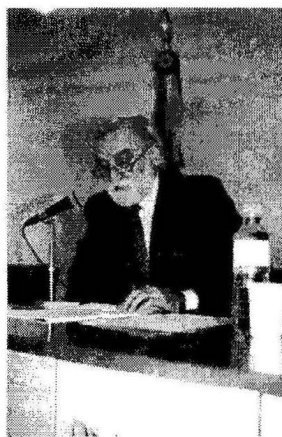
O que temos a oferecer é um sonho concretizado e um futuro em construção. O que esperamos é simples: o trabalho de vocês.

Sejam bem vindos

Gervásio Rodrigo Neves



Prof. Fábio Kühn



Prof. René Gertz

PALESTRA DO SENADOR PEDRO SIMOM

Na apresentação da palestra do Senador Pedro Simon, sobre Alberto Pasqualini, o presidente do Instituto registrou:

Senador Pedro Simon

Permita-me acrescentar os agradecimentos de todos os Institutos Históricos e Geográficos do país pelo projeto apresentado por V.Excia. ao Senado Federal, aprovado por unanimidade naquela casa e em todas as Comissões da Câmara dos Deputados, em benefício dessas instituições, o que significa o apoio nacional à preservação da memória regional-nacional, trabalho fundamental dessas instituições.

Lembro, Senador Pedro Simon, que esse projeto nasceu aqui, por sua iniciativa, em visita aos nossos arquivos documentais.

Queira, senador Pedro Simon, receber um agradecimento nacional que a nós também honra.



*Gervásio Rodrigo Neves e
Senador Pedro Simon*

Palestra do Senador Pedro Simon na comemoração dos 85 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Senhor Presidente,

Em 23 de setembro de 1901, nasceu em Ivorá, então Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul, um dos mais destacados líderes políticos da história do Rio Grande do Sul: Alberto Pasqualini.

Alberto Pasqualini passou a infância e a juventude no meio rural até que, em 1915, ingressou no curso ginasial do Seminário Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. Em 1919, deixou o Seminário e iniciou o curso de magistério no Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Em 1929, forma-se em Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 1935, elege-se vereador em Porto Alegre. Convidado pelo interventor federal no Rio Grande do Sul, general Cordeiro de Farias, passa a integrar o Departamento Administrativo, em 1939. Pouco depois toma posse como secretário do Interior, cargo no qual permanecerá até julho de 1944.

Em 1945, recusa indicação para ministro do Supremo Tribunal Federal. Em novembro 1946, candidata-se ao Governo do Estado. Perde a disputa, em janeiro do ano seguinte, por 20 mil votos, para Valter Jobim.

Em outubro de 1950 é eleito, com 385 mil votos, senador pelo PTB gaúcho. Seu adversário, Plínio Salgado, obteve 275 mil votos. No Senado, foi indicado membro da Comissão de Finanças.

Em seus discursos no Senado, Pasqualini defende as chamadas reformas de base, analisando-as ponto de vista econômico; e critica o clientelismo político e o empreguismo de apaniguados de políticos na administração pública. Em diversas oportu-

tunidades, enfatiza o papel fundamental dos partidos políticos para o amadurecimento institucional do País.

Vários de seus pronunciamentos tinham como tema central a economia, em especial a defesa do valor do trabalho e condenações veementes à inflação, que considerava “um dos maiores flagelos sociais” e “um tributo lançado sobre as massas trabalhadoras e os assalariados em geral”.

Para Alberto Pasqualini, os meios de produção não deveriam ficar nas mãos do Estado. Mas, mesmo estando nas mãos de particulares, esses meios de produção deveriam propiciar a busca da justiça social. Sobre os meios de produção – dizia o político gaúcho – pesa uma hipoteca social.

No que tange aos temas econômicos, entre os seus discursos mais notáveis, destacam-se, em 1952, a defesa do substitutivo ao projeto que criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Naquele mesmo ano, em tocante pronunciamento, também abordou o problema da falta de moradias.

Em 1953, numa de suas mais destacadas atuações no Senado, Pasqualini relata a lei que criou a Petrobrás. Só por este fato, acreditamos, já se justifica a indicação de seu nome para a sala da Comissão de Economia e Finanças.

Em 1954, apresenta projeto criando o Sistema Federal de Bancos de Estado, mecanismo oficial para financiar investimentos públicos e privados (algo que seria mais tarde concretizado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES).

Diferenciando-se dos políticos de sua época pela densidade de seus conhecimentos, pelo rigor de seus estudos, Alberto Pasqualini foi o homem que deu substrato intelectual ao trabalhismo brasileiro. Para ele, o trabalhador estava no centro da atividade econômica e, por isso, merecia remuneração digna. Criou uma doutrina que recebeu o nome de solidarismo. A solidariedade deve, segundo ele, permear as relações sociais, de modo a fazer prevalecer a harmonia. Escreveu Pasqualini: “É o trabalho a fonte original e primacial dos bens e é, portanto, o trabalho a causa principal do valor de quase todos os bens”.

De Pasqualini para cá, o País tem lutado para superar suas precariedades. Nosso amadurecimento como nação tem se dado à duras penas. Almejamos conquistar uma justiça social que seja obtida com integral respeito aos direitos fundamentais do cidadão.

Pasqualini falava pelos que não tinham voz, enxergava a esperança pelos que só tinham a miséria ante seus olhos. Quis reduzir as fronteiras entre pobres e ricos

para que aqueles não invejassem estes e estes não vivessem do sacrifício daqueles, porque somos todos companheiros do mesmo destino humano. Alberto Pasqualini tinha forte na lembrança os olhos famintos das crianças das colônias agrícolas e às cruzes dos amigos de infância que não sobreviveram à fome, às doenças da pobreza.

Na sua infância, os colonos eram atingidos por alto índice de mortalidade, eram explorados e muitos não tinham terra onde trabalhar. A convicção da reforma agrária, que defendeu, teve origem em sua convivência com as dificuldades que os colonos encontravam para sobreviver.

Examinando a situação dos “marginais”, “os deficitários da vida”, Pasqualini observou: “O analfabetismo, a falta de ocupação, a vida difícil e a miséria poderão criar uma grave situação de insegurança que evoluirá para uma criminalidade irreprimível. Todos aqueles que possuem bens e desejam conservá-los deveriam compreender que, quando um esfaimado ronda a porta, é mais seguro dar-lhe meios de vida do que chamar a Polícia. Infelizmente, nem todos pensam assim e acham preferível e mais econômico chamar o delegado”.

Esse comentário, feito 50 anos atrás, é atualíssimo quando em nossas principais cidades a violência predomina e já surge a geração dos filhos dos meninos e meninas de rua.

Só haveremos de superar este problema com o desenvolvimento, com a justiça social e com o crescimento do emprego, porque, se os pais receberem um salário condigno os filhos não serão abandonados. Nossas ruas não podem ser gigantescas rodas dos expostos.

Defensor do trabalhismo, Pasqualini frisava que era preciso fazer com que os pobres tivessem melhor condição de vida porque assim agindo estava na esteira de Nosso Senhor, “que defendeu sempre os humildes e os deserdados”. Foi, em sua época, ridicularizado, porque reivindicava para os operários a possibilidade de irem aos cinema, possuírem rádio e refrigerador, pois, era muito melhor o trabalhador com direitos a defender do que ser marginalizado e ter reclamações a fazer.

A situação do trabalhador não é a sonhada por Alberto Pasqualini, contudo o Brasil avançou algo, desde então. Somos, hoje, uma democracia aberta, onde um operário, como Luiz Inácio Lula da Silva, migrante em busca de trabalho, chegou à Presidência. Nossa democracia ainda não oferece a indispensável igualdade de oportunidades, mas, o voto é nossa arma para promover a justiça social.

Alberto Pasqualini deixou-nos muitos ensinamentos. Homem de Partido, considerando a vida pública um dever, foi, sempre, crítico implacável dos políticos opor-

tunistas, fisiológicos. No Brasil, observou, não saímos da era do primitivismo político, caracterizado pelas formações partidárias, em função de pessoas e de interesses e, algumas, com a única finalidade de apoiar governos.

Um Partido não podia ter apenas objetivos eleitorais, porque o considerava instrumento de mobilização social, de difusão de idéias e de educação do povo, e sua força residiria, sobretudo, na grandeza dos seus ideais, na sinceridade e na eficiência de sua ação. O Partido, a seu ver, deveria ser um programa, uma orientação e uma ética, e o exercício do Governo, um ônus em benefício da coletividade.

Quase não temos Partidos estáveis, alicerçados em torno de idéias e propostas. O que vemos, na maioria, é a constante mudança de siglas, o que contribui para a imagem ruim dos políticos.

Homem de posições firmes, definidas e intrépidas. Em 1943, ao assumir a Secretaria de Interior e Justiça, advertiu que “as fronteiras do DIP terminavam em Santa Catarina” e garantiu, com sua autoridade moral, ampla liberdade de imprensa e pensamento. O Governo não se julgava mais digno, mais clarividente nem mais patriota do que os jornalistas, e, por isso, considerava questão de honra assegurar a livre apreciação dos atos da administração pública.

“Nenhum Governo – afirmou- pode ser dignamente exercido sem a liberdade de crítica honesta e independente. A imprensa é, por assim dizer, o tribunal da opinião pública, onde as manifestações e os atos do poder público devem ser examinados, discutidos e julgados. A crítica, justa ou injusta, é uma contingência a que está sujeito o homem público. Admiti-la, acatá-la e compreender-lhe a necessidade deve fazer parte de sua própria educação política”.

Tinha Pasqualini verdadeira devoção à igualdade dos cidadãos e, por isso, lutou, sempre, para que as leis fossem rigorosamente cumpridas, sem distinção entre pobres e ricos, fracos e poderosos. Ético, exemplo de honestidade e independência, reconhecido até por seus adversários, deu – e as fez cumprir – ordens severas e enérgicas à Polícia para que reprimisse qualquer tipo de fraude, principalmente quando nela estivessem envolvidos autoridades ou agentes do poder público. Não admitia a imoralidade administrativa e tinha, como meta, varrê-la do Rio Grande do Sul.

Lutou contra os juros, considerado direito inerente do dinheiro no regime capitalista, que visa o lucro, computado no custo da produção. A Nação, de acordo com Pasqualini, só se libertará da servidão econômica no dia em que forem reduzidas as taxas de juros porque, então, o trabalho valerá mais que o dinheiro, a iniciativa compensará mais do que a comodidade e, havendo mais trabalho, e mais iniciativas, haverá maior produção e, conseqüentemente, maior riqueza e maior soma de bem-estar.

O legado de Pasqualini é um tesouro farto e inesgotável e a evolução da sociedade mostrará que, quanto mais o lermos, mais o ouvirmos, mais o lembrarmos, mais justos e mais irmãos seremos.

O projeto político de Alberto Pasqualini consistia na criação de uma sociedade mais justa, assentada em programas de combate à pobreza, à desigualdade de renda e à falta de moradia. Temas que, infelizmente, ainda estão na nossa pauta de debates.

Ao longo de sua vida, ele propôs inúmeras reformas que poderiam ter mudado a iníqua e arcaica estrutura social brasileira. Sempre que pôde, pronunciou-se pela valorização do trabalho do homem, nos campos ou nas cidades.

Hoje está mais claro do que nunca que Alberto Pasqualini foi um homem muito à frente do seu tempo. Era atacado pela direita e pela esquerda, indistintamente.

Ficou famosa a sua definição sobre a ideologia que praticava:

“Se por socialismo se estende a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se entender-se, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura, então somos socialistas. Da mesma forma, se por capitalismo se entender individualismo, egoísmo e tradicionalismo, não somos capitalistas; se, porém, se entender uma função social que se exerce para o crescente progresso econômico e social da coletividade, então somos capitalistas”.

Ao reler os pronunciamentos de Alberto Pasqualini um fato chamou-me a atenção. Embora o intelectual gaúcho tenha analisado com grande profundidade as mais diversas facetas da realidade brasileira de sua época, ele quase não trata de corrupção. Ele analisa, como eu já disse, inúmeros problemas que ainda agora se mantêm de pé. Como o da pobreza, por exemplo. Mas não se refere à corrupção.

Isso seria impensável, hoje, para qualquer homem público que queira avaliar a vida brasileira. A corrupção ocupa o centro de toda e qualquer conversa política. Sem dúvida nenhuma, a maior urgência brasileira é a necessidade de que sejam restabelecidos os princípios éticos da sociedade. A verdade é que, nos últimos tempos, os três poderes vêm sendo muito contestados. As denúncias sobre corrupção se sucedem e nada é apurado a fundo.

Tenho dito e repetido que precisamos deixar de ser o país da impunidade. Para isso, claro, é preciso mudar as leis, de modo que os corruptos e os corruptores sejam mandados mesmo para a cadeia. Alberto Pasqualini sempre mostrou grande preocupação com o trato da coisa pública. Não aceitaria o que se vê todo dia. Tenho dito que

é preciso priorizar o combate aos crimes contra o patrimônio do Estado. Digo e repito que quem sonega imposto tem que ser penalizado. O Brasil não é um país congenitamente corrupto, como querem alguns. Alberto Pasqualini certamente concordaria comigo: temos que adotar atitudes concretas para eliminar a impunidade.

Conferência de posse

Palestrante: René E. Gertz

TEMA: *A história da imigração no Rio Grande do Sul*

Data: 08 de agosto de 2005.

Conferência de posse

Palestrante: Fábio Kühn

TEMA: *José Marcelino de Figueiredo, Governador do Continente do Rio Grande*

Data: 09 de agosto de 2005.

Seminário

TEMA: *I Seminário Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais. "Organização, Inventário e Informatização do Arquivo Borges de Medeiros (1897-1960)"*

Data: 10 de agosto de 2005.

Palestrantes: Gervásio Rodrigo Neves e Sérgio da Costa Franco

Palestra de Gervásio Rodrigo Neves

Relatório Borges de Medeiros e a política cultural republicana

Homenagem ao único Presidente Honorário do
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Gervásio Rodrigo Neves

A expressão “política cultural” está no texto constitucional.

É evidente, nos tempos atuais, a aridez das reflexões sobre política cultural, efetivamente transmutada pelas diretrizes esterilizantes da “*sociedade espetáculo*” que domina em todos os setores da *ação cultural*, sob o pretexto de uma “*prática cultural*”.

O Rio Grande do Sul demonstrou, em diversos momentos históricos, a pujança não só da política mas também da ação cultural. Um desses momentos, com resultados duradouros, foi a implantação da política cultural do Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Foi de autoria de Borges de Medeiros a legislação e as ações que criaram os equipamentos culturais do Rio Grande do Sul que, até então, contava exclusivamente com o teatro São Pedro, espaço privilegiado da reduzida elite porto-alegrense.

Ele realizou o trabalho de base, segundo os princípios e propósitos da República. Mandou reunir, organizar e colocar à disposição do público a documentação histórica e científica; por mas mãos da população uma biblioteca pública e procurou incentivar o desenvolvimento da cultura em todas as suas manifestações. A política cultural foi implantada associando a ação cultural com uma explícita e exuberante vontade política: a de formar cidadãos. Associando cultura com o espírito de formação do cidadão.

Foi de Borges de Medeiros o mais importante projeto e ação cultural já realizada no Rio Grande do Sul, iniciado com o Decreto 589 de 30/01/1903 quando foi criado “um museu estadual”, organizado em quatro seções dedicadas, respectivamen-

te às áreas da 1 – zoologia e botânica; 2 – mineralogia, geologia e paleontologia; 3 – antropologia e etnografia e 4 – ciências, artes e documentos históricos. Logo em seguida cria, pelo Decreto 876 de 08/03/1906 o Arquivo Público, compreendendo a Estatística e a Biblioteca que em 11 de fevereiro de 1909, pelo Decreto 1.435 são desanexadas do Arquivo Público, por ato do Presidente Carlos Barbosa Gonçalves. Finalmente em 1913 Borges de Medeiros regulamenta o funcionamento do Arquivo Público através do Decreto 1994 de 27 de agosto.

Através desses instrumentos foram organizados os equipamentos culturais do Rio Grande do Sul, consolidados com a construção dos modernos prédios do Arquivo e da Biblioteca Pública. Equipamentos públicos que subsistem até hoje como os mais importantes do Rio Grande do Sul.

Nessa política, ampla e generosa, sem nichos, deve-se também inscrever o incentivo à criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual Borges de Medeiros foi seu primeiro e único Presidente Honorário.

Nos reduzidos trabalhos sobre a vida de Borges de Medeiros, a sua ação cultural foi totalmente esquecida ou negligenciada. Oube ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul o compromisso de preservar - como estamos fazendo - sua memória intelectual e política.



*Da esquerda para a direita: Gervásio Rodrigo Neves,
Luís Alberto Cibilis e Sérgio da Costa Franco*

Palestra de Cláudia Laitano

Tema: *Lembranças de Carlos Reverbél*

Data: 11 de outubro de 2005.

Palestra de Jayme Copstein

Tema: *Histórias da Música Popular Brasileira*

Data: 26 de outubro de 2005.

Publicações do IHGRGS

1. Série Perfis Parlamentares Gaúchos – Bento Gonçalves da Silva – Lançamento: Porto Alegre.

Lançamento do livro “O Perfil Parlamentar de Bento Gonçalves da Silva”, na Assembléia Legislativa, em 21 de setembro de 2005.

Na ocasião o Presidente Gervásio Rodrigo Neves pronunciou as seguintes palavras:

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que comemora 85 anos de fundação e na homenagem aos 170 anos desta Assembléia Legislativa, quero registrar nossa satisfação em apresentar O Perfil Parlamentar de Bento Gonçalves da Silva, resultado da fecunda e aberta cooperação cultural entre nós e a Assembléia.

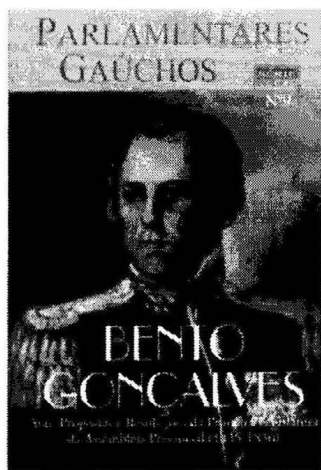
Satisfação pelo cumprimento de um compromisso. Satisfação por se tratar do movimento Farroupilha, ato coletivo de construção da brasilidade, pois a revolução de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul, foi o mais persistente e longo movimento do liberalismo radical, ou dos “*farroupilha*” do período das Regências. Nessa condição a Revolução Farroupilha foi, antes de mais nada, de consolidação da Nação livre e independente, inscrevendo-se no movimento e no espírito do Mundo, na Era das Revoluções e, de modo especial, das três ondas revolucionárias do Mundo Ocidental entre 1815 e 1848, dentre as quais, a de 1830 que foi embalada e instigada pelas idéias da jovem Itália, Jovem Polônia, Jovem Alemanha, Jovem França e da Jovem Europa.

Não se trata de metáfora falar no “*sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*”, como enfatizou **Souza Doca**, um dos nossos fundadores. Ela foi coerente com o espírito dos brasileiros e povos do Mundo.

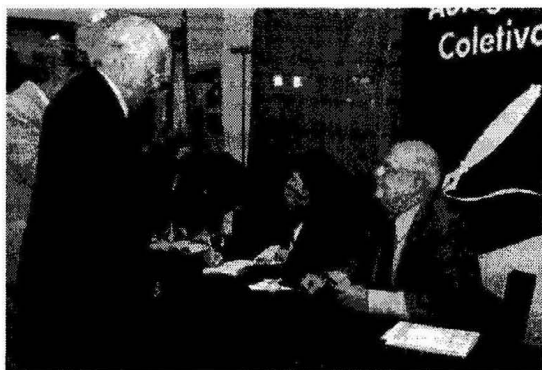
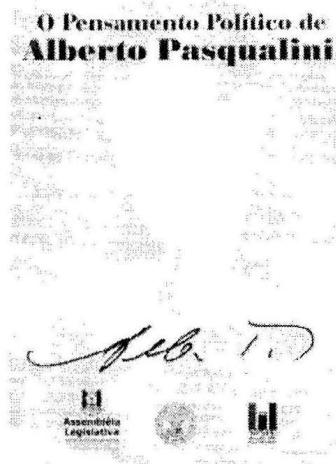
Os farroupilhas, na observação de Alfredo Varela “*Pugnavam por uma democracia integral. Do modelo mais avançado mais progressivo, mais simpático, mais carinhoso, mais libertário*”, tal como vem fazendo, historicamente, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Esperamos ter cumprido, escrupulosamente, com o nosso compromisso, ao realizar o trabalho que estamos aqui lançado.

Muito Obrigado.



2. O pensamento Político de Alberto Pasqualini – Lançamento: Porto Alegre



Da esquerda para a direita: Matheus José Schmidt Filho, na mesa: Nara Machado Nunes, Maria Avelina Funrhu Gastal e Gervário Rodrigo Neves.

3. Conferências e entrevistas em CD:

3.1 - Comemorações dos 85 Anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

3.2 - Conferência do Senador Pedro Simon, extraído nas comemorações dos 85 Anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

3.3 - Conferência de Hélio Moro Mariante sobre Simões Lopes Neto.

3.4 - Conferência de Osório Santana Figueiredo, Prof. Carlos Appel, Edilberto Teixeira e dr. Caio Flávio Prates da Silveira sobre Alcides Maya.

3.5- Entrevista com Luiz Carlos Prestes sobre a Coluna Prestes- Parte I e II.

4. Em conclusão no ano de 2005, para a Feira do Livro:

4.1 - A Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre

OBTENÇÃO DE AUXÍLIOS À MODERNIZAÇÃO DOS ACERVOS.

1) Projeto “A Cartografia virtual histórica-urbana de Porto Alegre” apresentado na Prefeitura de Porto Alegre, junto ao FUMPROARTE. Em conclusão.

2) Emenda popular, apresentada na Assembléia Legislativa ao projeto de orçamento do Estado para o exercício de 2005, assinada pelos senhores reitores PUC e UERGS, solicitando auxílio financeiro para o Instituto, dando continuidade ao projeto de modernização dos arquivos e bibliotecas, iniciado pelo auxílio por ela concedido em 2004. Aprovado

3) Projeto apresentado junto a Caixa Econômica Federal. Para modernização dos Arquivos e Biblioteca. Em execução.



NOVAS SOLICITAÇÕES DE AUXÍLIOS

1) Projeto “Preservação da Memória da Imprensa Porto Alegrense 1827-1836” apresentado na Prefeitura de Porto Alegre, junto ao FUMPROARTE

2) Emenda popular, apresentada na Assembléia Legislativa ao projeto de orçamento do Estado para o exercício de 2006, assinada pelo senhor reitor da UERGS e senhor presidente da ARI, solicitando auxílio financeiro para o Instituto, dando continuidade ao projeto de modernização dos arquivos e bibliotecas, iniciado pelo auxílio por ela concedido em 2004. Aprovado.

3) Projeto “ Organização do Museu Cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” apresentado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

– Museu Del Risorgimento de Bolonha. Itália.

CONTATOS INSTITUCIONAIS

– Fundação Biblioteca Nacional;

– Fundação Arquivo Nacional;

– Arquivo Histórico do Exército;

– Mapoteca do Itamaraty.

SERVIÇOS OFERECIDOS PELO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

1 . Fotografias digitais, em CD ou disquete de imagens e textos

1.1 - Cópias em papel

1.2 - Em CD ou disquete

2 . Cópia de textos impressos, com transformação em OCR, em disquete (sem correção que fica a cargo do solicitante)

2.1 – Cópias em disquete e em papel

3 . Cópias de páginas das falas, mensagens e relatórios dos presidentes da Província/Estado, de 1829 a 1930.

4.1 . Em papel

4 . Pesquisa bibliográfica em bibliotecas nacionais e estrangeiras (temas específicos).

5.1 – Em disquete

5 . Pesquisa sobre a disponibilidade de documentos em arquivos nacionais

5.1 – Em disquete ou CD

6 . Cópias de páginas dos documentos do período colonial, disponíveis em arquivos de Portugal. Em disquete ou CD

6.1 – Cópias em papel

7 . Relatório da bibliografia geográfica (Biblioteca do IHGRGS).

7.1 – Em papel

8 . Relatório sumário dos documentos (exceto telegramas) do Arquivo Borges de Medeiros (em CD).

9 . Pesquisa demográfica, do universo e da amostra do censo demográfico de 2000 para todos os municípios do país.

9.1 – Cópias em papel

10 . Dados demográficos do país e estados no período de 1900 a 2000.

- 11.1 – Cópias em papel
- 11.2 – Cópias em disquete ou CD
- 12 . Dados demográficos históricos totais do Rio Grande do Sul.
- 12.1 – Cópias em papel
- 13 . Serviço de orientação à apresentação bibliográfica, segundo as normas da ABNT
- 14. Serviço de pesquisa temática na Internet
- 15. Serviço de consultas a mapas do Rio Grande do Sul nas escalas: 1:50 000; 1:250 000 e outras
- 16. Serviço de consultas a **imagens de radar** de todo o território do Rio Grande do Sul
- 17. Serviço de elaboração de mapas digitais (sob encomenda e orçamento prévio).
- 18. Serviço de consulta a coleção de Atlas (do IHGRGS).
- 19 . Serviço de pesquisas . Indicação de profissionais para transcrição de documentos. No Rio Grande do Sul e outros estados.

VENDAS

Por encomenda:

1. Cds:

1.1 – Série Imigração & Colonização – I Alemães (1824-1850)

1.2 – Cartografia Histórica – Colonização – Parte I

1.3 – Cartografia Histórica – Revolução Farroupilha (Mapa)

Comemorações dos 85 Anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

1.4 – Conferência do Senador Pedro Simon, extraído nas comemorações dos 85 Anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

1.5 – Conferência de Hélio Moro Mariante sobre Simões Lopes Neto.

1.6 – Conferência de Osório Santana Figueiredo, Prof. Carlos Appel, Edilberto Teixeira e dr. Caio Flávio Prates da Silveira sobre Alcides Maya.

1.7 – Entrevista com Luiz Carlos Prestes sobre a Coluna Prestes – Parte I e II.

1.8 – Discursos, relatórios, ofícios, exposições, falas e mensagens – São Paulo – Parte I (1838-1887)

1.9 – Discursos, relatórios, ofícios, exposições, falas e mensagens – São Paulo – Parte II (1887-1930)

2.0 – Mapas Históricos de Porto Alegre (consultar).

2. Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (consultar volumes disponíveis).

Compra de Livros, Revistas e CDs:
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Rua Riachuelo, 1317- 1º andar
CEP: 90010-271 POA/RS
Fone/Fax: (51) 3224-3760
e-mail: ihgrgs@terra.com.br
Consulte, a partir de 20 de dezembro o site do Instituto.
www.ihgrgs.org.br

Anexo I - Carta de João Pessoa

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO****Fundado em 7 de setembro de 1905**

Declarado de Utilidade Pública pela Lei nº 317, de 1909

CNPJ 09.249.830/0001-21 - FONE (083) 3222-0513

58013-080 - Rua Barão do Abaeté, 64 - João Pessoa - Paraíba



Carta de João Pessoa

Os presidentes ou representantes dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais presentes às comemorações do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, na cidade de João Pessoa, entre os dias 4 e 7 de setembro de 2005, firmam o compromisso de:

1. Manter, conservar, ampliar e divulgar o patrimônio cultural, histórico e geográfico do país.
2. Solicitar às respectivas Assembleias Legislativas Estaduais a aprovação de Lei declarando como Patrimônio Cultural os respectivos Institutos Históricos e Geográficos.
3. Manter, com os poderes Executivos e Legislativos Estaduais, convênios de cooperação cultural.
4. Manter, entre os Institutos Históricos e Geográficos, convênios de cooperação cultural, objetivando desenvolver projetos comuns.
5. Solicitar entrevista, para outubro do presente ano, com o Exmo. Sr. Presidente da República, visando a sanção da Lei elaborada e aprovada pelo Senado da República e pela Câmara Federal referente ao auxílio financeiro anual da União aos Institutos Históricos e Geográficos. A entrevista com a Presidência da República terá a representação de todos os Institutos Históricos e Geográficos estaduais, em funcionamento.

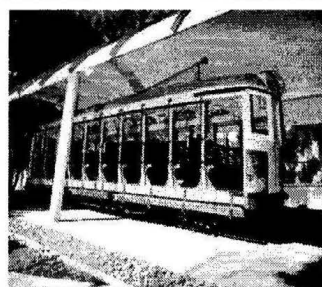
João Pessoa, Paraíba, 07 de setembro de 2005

Presidente/Representante	Instituição
1. João Pessoa	Inst. H. e G. Paraíba
2. Antônio Carlos de Almeida	Inst. G. e H. do Rio Grande do Sul
3. João Carlos de Almeida	Inst. H. e G. do Rio de Janeiro
4. João Carlos de Almeida	IHG RJ
5. João Carlos de Almeida	Inst. Histórico e Geográfico - RN
6. João Carlos de Almeida	Inst. Histórico e Geográfico - AL
7. João Carlos de Almeida	Inst. H. e G. do S. C.
8. João Carlos de Almeida	Inst. H. e G. Sergipe
9. João Carlos de Almeida	Inst. H. e G. do Ceará
10. João Carlos de Almeida	Inst. H. e G. do Piauí
11. João Carlos de Almeida	Inst. H. e G. do Rio Grande do Norte

90 anos do confrade Lothar Hessel

Em 31 de março do corrente ano, transcorreu o 90º aniversário de nosso confrade Lothar Hessel, nascido no município de Estrela em 1915.

A Revista registra a efeméride, que é grata a todos os amigos do eminente professor, que a esta altura é o decano dos membros efetivos do sodalício, integrante da Academia Rio-Grandense de Letras e professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



**A CAIXA DEVOLVE À
SOCIEDADE ALGUNS
DOS MAIORES
ACERVOS DA
NOSSA CULTURA.**



CAIXA de Apoio de Entidades Culturais

O futuro do Brasil começa pela resgate do nosso passado. Arte, literatura, documentos, achados arqueológicos e objetos históricos que formam algumas das mais valiosas coleções do acervo nacional, são o alvo do Programa CAIXA de Apoio de Entidades Culturais. Se a tarefa é grandiosa, os números também são. Apenas no primeiro ano do Programa, 28 Entidades Culturais foram beneficiadas, com o total de R\$ 5 milhões investidos. Descubra com a CAIXA tudo que o Brasil de ontem tem a oferecer para os brasileiros de hoje.



www.caixa.gov.br

CAIXA
Para você. Para todos os brasileiros.

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL